ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 48 — Série VII — N.º 255
14 de Dezembro de 1978

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, Lisboa 4 – Tel. 76 97 25 – Telex 13411 – Composição e Impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – CDL, R. Pedro Nunes, 9-A, Lisboa 1 – Tels. 76 97 44-76 97 51

O GOVERNO PASSOU A CRISE PERMANECE

Documentos e relatos das intervenções do grupo parlamentar do PCP no debate sobre o programa do governo Mota Pinto nas págs. 3, 4 e 5

Os camaradas Samora Machel, presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, e Carlos Costa da Comissão Política do Secretariado do CC, que chefiou a delegação do PCP, durante a fraterno encontro no Maputo

Amizade Frelimo-PCP

A PAZ É POSSÍVEL!

As propostas dos países do Pacto de Varsóvia – Pág. 11

CONGRESSO DOS METALÚRGICOS

O Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica realizado no passado fim-de-semana constituiu uma poderosa manifestação de unidade e organização – Pág. 6

O PROGRESSO DE FANHÕES ESTÁ NO VOTO NA APU!

UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO

Pág. 8

O Porto em debate

Pág. 12

SAUDAÇÃO AO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO

É o seguinte o texto do telegrama enviado ao Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho e ao camarada Presidente Agostinho Neto pelo CC do PCP:

Ao Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho
Ao camarada Presidente Agostinho Neto

Queridos camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o MPLA – Partido do Trabalho por ocasião do 22.º aniversário da fundação do MPLA e pelo primeiro aniversário do MPLA – Partido do Trabalho, partido que se orienta pela ideologia científica do proletariado, o marxismo-leninismo.

Na base dos princípios do internacionalismo proletário, fazendo votos, queridos camaradas, para que se reforcem os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos, no interesse do movimento revolucionário mundial e dos povos de Angola e Portugal.

O Comité Central do Partido Comunista Português.

José Dias Coelho

Na próxima **segunda-feira** completam-se 17 anos sobre o assassinato de José Dias Coelho pela PIDE. Às **19 horas** realizar-se-á uma **concentração** em Alcântara, no local onde tombou o nosso camarada e em que usará da palavra Dias Lourenço. A seguir, realiza-se um colóquio no CT de Alcântara sobre o fascismo em Portugal.

Editorial **UMA VERGONHOSA CAPITULAÇÃO**

Editorial

UMA VERGONHOSA CAPITULAÇÃO

No país do 25 de Abril, pela primeira vez desde a queda do fascismo, um governo de direita situado na área política do PPD e do CDS, dirigido por uma personalidade de direita, com um "programa" virado em absoluto para a recuperação capitalista agravada e acelerada, desajustado às exigências constitucionais e às realidades económicas e sociais do país, acaba de passar na Assembleia da República. Um governo com uma política que em muitos aspectos promete impor-se pela violência e pelo arbítrio.

Durante quase meio século de fascismo a violência e o arbítrio foram uma constante da nossa vida nacional. Tais métodos cavaram irrevogavelmente um abismo entre o povo e os órgãos de poder.

Um aparelho de Estado estreitamente vinculado à defesa dos interesses dos grandes senhores da banca, da indústria, do comércio e do latifúndio, à manutenção do domínio colonial sobre outros povos e à submissão imperialista do nosso próprio povo, manipulou durante longos anos um monstruoso aparelho repressivo e armado por meio do qual assegurava a sujeição terrorista do povo laborioso das cidades e dos campos às classes exploradoras. Este o passado odioso que o heróico "movimento dos capitães" enterrou em definitivo.

O 25 de Abril fez ruir esta barreira política e de classe, o poder aproximou-se do povo; as Forças Armadas identificaram-se com as grandes aspirações populares e nacionais e o divórcio de antigamente transformou-se numa aliança criadora que abriu ao povo português insuspeitados horizontes de libertação.

O divórcio entre o povo e o poder perfila-se de novo neste governo Mota Pinto, que se diz "apartidário" mas que se situa na área política do PPD e do CDS. Naturalmente a nossa experiência nacional aponta para o falhanço a curto prazo desta equipa governamental que não somente não resolverá os grandes problemas nacionais nem desfará os pontos nodais dos antagonismos da sociedade portuguesa como arrastará tudo isso para novas zonas de tensão e de conflito. A acção do MAP contra os trabalhadores da Reforma Agrária e de destruição das UCPs é suficientemente instrutiva.

O PCP viu derrotada a sua moção de rejeição do governo Mota Pinto de inspiração PPD e CDS, mas sem nenhuma dúvida, com os deputados do PCP, com o seu voto democrático, esteve a imensa maioria dos portugueses de todos os quadrantes políticos e formações sociais e em primeiro lugar os trabalhadores das cidades e dos campos.

☆ ☆ ☆

O governo de direita de Mota Pinto não passaria na Assembleia da República se a vergonhosa abstenção do PS o não o tivesse decisivamente ajudado.

Assistiu-se a espantosa abdicação do PS para salvar um governo de inspiração PPD e CDS, cujas grandes linhas programáticas apontam à revisão anticonstitucional da Constituição, à aplicação brutal da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, à criação de condições para o restabelecimento do poder autocrático que o 25 de Abril apeou. O PS deu o aval ao governo Mota Pinto, principalmente, para fugir ao veredicto popular em eleições gerais antecipadas.

No "congresso-publicitário" do CDS, Freitas do Amaral tornou público o que era já suficientemente conhecido das intenções do seu partido ao participar no governo de coligação PS/CDS, isto é, arrumar o PS como partido socialista, amarrá-lo a um compromisso de renúncia à via socialista, sempre apregoada e não cumprida, liquidar o socialismo como ideologia a nível de governo.

Freitas do Amaral confirmou assim a verdade das denúncias do PCP quanto aos verdadeiros intentos do CDS. Na ausência de qualquer desmentido do PS tem de aceitar-se como verídica a versão de Freitas do Amaral quanto à natureza dos seus compromissos com os socialistas que serviram de base à formação do II governo de legislatura PS/CDS.

O PS com a sua vergonhosa abstenção na votação da moção do PCP mostrou não somente a sua fidelidade a esses indignos compromissos com o CDS como uma subalterna submissão à chantagem eleitoralista do PPD para fazer passar o governo Mota Pinto.

Os partidos da extrema-direita legal farão beber ao PS até à última gota o cálice amargo das suas conciliações políticas e de classe com os directos representantes dos monopólios e dos latifúndios, com saudosistas do passado que sonham restabelecer o fascismo em Portugal.

Sabia-se que a direcção do PS havia dado o seu aval à candidatura de Mota Pinto à chefia do novo governo, mas, depois das violências do MAP contra a Reforma Agrária e das declarações anticomunistas e antidemocráticas do novo Primeiro-Ministro no decurso dos debates na Assembleia, ouvir o secretário-geral do PS exaltar Mota Pinto como figura de democrata e ao mesmo tempo lançar-se em diatribes contra o PCP, é significativo dos deslizes cada vez mais acentuados para posições de direita do dirigente máximo do PS.

É evidente que os partidos da extrema-direita, que constituem a base oficiosa do governo de Mota Pinto na Assembleia da República, continuarão a esfarelar impiedosamente o PS exigindo-lhe sempre mais cedências, agora sob a chantagem de que forçarão as eleições gerais antecipadas para o liquidar e com ele liquidarem a maioria de esquerda na Assembleia da República.

Mirandela, Penhascoso, Évora, mostram que tal objectivo não seria atingido e que a realizarem-se eleições antecipadas a maioria de esquerda se alcançaria de novo pois se é verdade a crescente perda do PS (em 1980 muito maior o será) verifica-se da parte do PCP uma inegável subida de votação. É evidente que os partidos da extrema-direita parlamentar — o PPD e o CDS — esperam liquidar por duas formas a maioria parlamentar PS/PCP: uma, promover a revisão constitucional por meio de um referendo — à margem e mesmo contra a Constituição — outra, fazer aprovar uma lei eleitoral antidemocrática que favureça os partidos reaccionários. A grande vítima seria seguramente o PS mas um perigo mortal para a democracia não poderia deixar de resultar das manigâncias da extrema-direita.

Para já a vergonhosa abdicação do PS vai possibilitar que um governo de direita, da área política do PPD e também do CDS, realize uma política antidemocrática, de continuação dos arbítrios e violências, em particular contra a Reforma Agrária, sem que os dois partidos apareçam como directos responsáveis dessa política. Deste facto certamente os trabalhadores socialistas tirarão as conclusões práticas.

☆ ☆ ☆

A discussão do "programa" do governo Mota Pinto reforça as conclusões do PCP quanto ao seu carácter reaccionário de classe. Em especial uma nova e grande ameaça pesa sobre a classe operária portuguesa sob a forma de novos congelamentos de salários e da contratação colectiva e de liberalização dos despedimentos. Se as leis previstas no "programa" do governo forem aprovadas, se o PS ao lado do PCP não se dispuser a combatê-las e a impedi-las na Assembleia da República, a classe operária vai ficar ainda mais à mercê do grande patronato no seu direito ao trabalho, nas suas condições de vida, nos seus direitos e liberdades.

O PS assumirá uma gravíssima responsabilidade se continuar no plano legislativo a sua pactuação com os partidos da direita.

Por outro lado, pesadas ameaças o "programa" do governo "Mota Pinto" comporta para a economia e a independência nacional.

Através do Banco Mundial e da intervenção descarada da Mello, Deutsche, Morgan, os grandes monopólios germano-americanos preparam-se para atirar para a falência inúmeras empresas portuguesas assim como alguns grandes projectos de inegável interesse para o nosso desenvolvimento económico e cultural ficarão bloqueados. Através do Banco Mundial, o FMI bloqueia o projecto de Alqueva, assim como os de saneamento básico de Lisboa, Porto, Algarve, e outras áreas urbanas e rurais do país deverão ser revistos. A Universidade do Minho deverá ser reconvertida e a nossa rede de transportes ferroviários ficará dependente das decisões do capital estrangeiro.

O governo Mota Pinto, na esteira do de Nobre da Costa e certamente por imposição do FMI, não deu ainda qualquer despacho aos investimentos de 32 empresas nacionalizadas enquanto noutras do sector empresarial do Estado, foram feitos cortes de 22%, no montante de 7,2 milhões de contos, no respectivo investimento.

Estas serão sem dúvida as decisões práticas que o "programa" do governo "Mota Pinto", viabilizado pela vergonhosa abstenção do PS, imprimirá na sua política económica.

☆ ☆ ☆

A passagem do governo Mota Pinto com o aval parlamentar do PS representa um encorajamento às forças anticonstitucionais, aos elementos mais reaccionários, às provocações terroristas e ao separatismo.

A resposta a esta ruinosa política terá de ser dada em todas as frentes e nos planos mais diversos, no terreno parlamentar e na acção de massas. A unidade antifascista e de todos os democratas e patriotas, designadamente de socialistas e comunistas, é imprescindível para enfrentar e derrotar a ofensiva da direita, para defender a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão, os direitos e liberdades, para defender a Constituição.

O governo Mota Pinto/PPD não serve os interesses do povo e do país. Uma alternativa democrática é possível na base do entendimento de todos os que querem defender Abril e as suas conquistas. A realização de eleições legislativas antecipadas surge neste quadro como uma saída constitucional para a prolongada crise política que o governo Mota Pinto/PPD vai agravar e que tão nociva tem sido para o regime democrático e para a solução dos problemas nacionais.

A visita do PC Romeno

Encontra-se em Portugal, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Romeno, dirigida por Virgil Cazacu, membro do Comité Político Executivo, Secretário do Comité Central e Vice-Primeiro Ministro do Governo Romeno e composta ainda por Aurel Neguciciu, Secretário do Comité Distrital de Cluj do PCR, e Ioan Dan Stefan, membro da Secção de Relações Exteriores do CC.

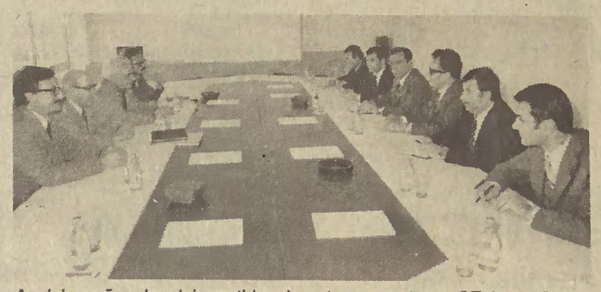
Depois de conversações havidas no dia 10 de Dezembro entre a delegação do PCR e uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, e também composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e António Abreu, membro suplente do CC, a delegação do PCR prosseguiu e prossegue encontros e visitas.

No dia 11 encontrou-se com uma delegação do Comité Local de Lisboa, de quem recebeu informações das experiências e da actividade do Partido nos diversos sectores de trabalho, encontrando-se presentes os camaradas Félix, Jorge Cordeiro, Romeu, Orlando e Guida Folque.

No mesmo dia a delegação romena visitou a MAGUE, onde foi recebida por elementos da Comissão de Trabalhadores, bem como da Administração da empresa. Recorde-se que a Mague tem recebido diversas encomendas da Roménia.

Realizou-se ainda um encontro com a Secção de Informação e Propaganda do PCP, a que estiveram presentes os camaradas Aurélio Santos, membro do CC, Vítor Neto e Vítor Dias.

No dia seguinte a delegação foi recebida no Centro de Trabalho de Torres Vedras por camaradas ligados ao trabalho camponês — Margarida Tengarrinha, do Comité Central, e Martins Coelho, da DORL.



As delegações dos dois partidos durante o encontro no CT da rua Soeiro Pereira Gomes

À tarde a delegação visitou a Redacção do «Avante!», tendo sido recebida pelos camaradas Dias Lourenço, director do órgão central do PCP, Ruben de Carvalho, e Fernando Correia, respectivamente chefe e subchefe da Redacção.

Amanhã, dia 15, às 21.30 horas, terá lugar no Barreiro, no pavilhão dos Ferroviários, um comício de amizade PCR-PCP, onde usará da palavra o camarada Virgil Cazacu, bem como o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC do Partido.

Uma delegação do PC da Bolívia esteve em Portugal

Entre 8 e 12 de Dezembro de 1978 esteve de visita a Portugal uma delegação do Partido Comunista da Bolívia dirigida por Jorge Kolle Kueto, secretário-geral do Comité Central doi PCB, e composta por Simon Reys, membro do Bureau Política e do Secretariado do CC e por Jorge Ibañez Castro, membro do CC.

Durante a sua estadia no nosso País, a delegação do Partido Comunista da Bolívia foi recebida por uma delegação do Partido Comunista Português composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e por Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do PCP.

Os dirigentes comunistas bolivianos tiveram ainda a oportunidade de contactar com diversos sectores de actividades do PCP, nomeadamente no campo da luta sindical, de massas, e da juventude.

Os encontros realizados por ocasião desta visita permitiram um melhor conhecimento recíproco das realidades dos dois países e da luta dos dois Partidos, contribuindo para o reforço dos laços de amizade fraternal entre o PCP e o PCB. Nesta ocasião o PCP reafirmou a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do povo, da classe operária e dos comunistas bolivianos.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Central:** Rua Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C – Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 – Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 – Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A – Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 – Lisboa-1 Tel 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 41787. **Composto e Impresso** na **Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Novembro: 76 600

O 30.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem

O 30.º aniversário da adopção da Declaração Universal dos Direitos do Homem foi assinalado em todo o mundo no passado dia 10 de Dezembro. A sua aprovação pelos países membros da ONU representou uma vitória das forças do progresso e uma derrota das forças mais retrógadas e inimigas da paz. Em boa parte do globo, foi contudo assinalado com repressão ainda maior do que a quotidiana — caso do Chile —, noutra parte os governos ditatoriais não deixaram «escapar» a ocasião para fazer demagogia — caso do Irão, onde cerca de sete centenas dos presos menos «culposos politicamente» foram postos em liberdade, pelo menos durante 24 horas... — caso ainda da Argentina onde o Governo consentiu... em algumas missas comemorativas do acontecimento. Na maior parte do bloco capitalista a ocasião serviu de brinde aos propagandistas de teorias e práticas anticomunistas, aos defensores da guerra fria, aos inimigos do desanuviamento e da paz mundiais.

Também, em parte, assim ocorreu em Portugal. A imprensa, mesmo a estatizada, aproveitou para falar nos «30 a 40 manifestantes» que, em Moscovo, capital da URSS, país de 250 milhões de habitantes, se manifestaram silenciosamente... A mesma imprensa aproveitou para enaltecer essa figura de «combatente» pelos direitos humanos que se chama Jimmy Carter, esse homem de sorriso largo que subsidia contudo o regime repressivo no Irão, os belicistas de Israel e doutros países, de um Carter que mantem as melhores relações com os governos racistas, que não desiste dos seus propósitos colonialistas e neocolonialistas na África e na Ásia e cuja administração é responsável pelo sangue derramado pelos povos que combatem pela sua libertação.

A imprensa estatizada no nosso país referiu mesmo com beata admiração o gesto de uma demagogia chocante de Carter, ao colocar no local onde Martin Luther King foi assassinado em 1968, uma coroa de flores para que «a América e o Mundo saibam o valor que dou a Luther King»... Como se o Mundo não calculasse este «valor» pelas poucas imagens que chegam a diversos países sobre as muitas cenas de violências sobre a população negra e os trabalhadores, sobre as múltiplas formas de racismo sofridas por negros, porto-riquenhos e outros na sociedade da abundância (para alguns) estado-unidense...

É verdade que nos Estados Unidos, tal como nos demais países imperialistas, tal como nos regimes repressivos da América Latina, no Irão e na Namíbia, tal como sucedeu na Alemanha nazi, no Portugal fascista e na vizinha Espanha, **todos os seres humanos nascem** teoricamente **livres e iguais em dignidade e direitos.** Só que, em toda a sociedade capitalista, com ligeira variação de grau, os regimes, os governos, se encarregam de colocar esses seres «livres» num outro lugar um lugar de discriminação para o negro, um lugar de miséria ou de falsa abundância para o trabalhador, a falsa liberdade da sociedade de consumo, medida pela posse de um frigorífico, de uma TV, do automóvel, mas caracterizada pela negação e a supressão das liberdades essenciais.

Muito pluralista, a imprensa estatizada ouviu diversas personalidades sobre a efeméride. Esta iniciativa meritória poderia ter servido para uma afirmação cívica dos democratas de diversos matizes sobre uma causa comum, cara a todos os portugueses — a defesa da democracia, do 25 de Abril. Infelizmente não foi assim. Foram menos ouvidas pessoas que rejeitaram a Constituição Portuguesa, o texto constitucional mais progressista no que diz respeito aos direitos do Homem de todo o mundo capitalista. Estes aproveitaram além disso a ocasião para desenvolverem a sua propaganda anti-socialista e fazerem a apologia do seu «mundo ocidental», onde cada qual tem a liberdade de ser explorado se pertence a camadas trabalhadoras. «Ataques» houve, no meio de tudo isto, a Carter... Ataques pouco vigorosos mas muito «magoados» que mais foram justificação: é que a política dos direitos do Homem de Carter tem um limite — «a paz mundial» (em nome da qual os EUA se vêem, por exemplo, «obrigados a continuar a apoiar o xá da Pérsia, inclusivamente fornecendo-lhe armamento»...). Assim o escreveu, no «Diário de Notícias», o representante em Portugal da Liga Internacional dos Direitos do Homem com sede em Nova York, senhor António Maria Pereira, que, muito a contento das forças mais reaccionárias, soube aproveitar o extensíssimo espaço que naquele jornal lhe foi concedido para deitar mais umas achas para a fogueira do anticomunismo, tema tão querido ao imperialismo.

Dias Lourenço, membro do CC do PCP e director do «Avante!» fez também para o «Diário de Notícias» um depoimento alusivo ao acontecimento.

Dele extraímos as seguintes passagens:

«Nós, os cidadãos deste fim dos anos 70, sentimos muito vivamente os dramas do povo chileno, do povo uruguaio, dos povos da América Latina que lutam contra os últimos ninhos do despotismo e do imperialismo no continente americano; toca-nos profundamente dramas como o do Sowhetho, do povo iraniano, do Zimbabwé, da Namíbia ou os sofrimentos do povo palestiniano, dos timorenses, das crianças libanesas. Sentimos durante curtos dias a súbita angústia da nova chantagem da bomba dos neutrões e depois a alegria do seu rápido fracasso; vemos com preocupação o adensar de nuvens negras sobre a paz mundial provocado pelos aprendizes de feiticeiro de Israel, peões dos senhores da guerra que manejam os cordões lá do outro lado do Atlântico, nos centros de provocação e de diversão internacionais do imperialismo. Podem os senhores da guerra e os reaccionários de todos os matizes iludirem-se com o verdadeiro sentido da História e tomarem as derrotas por vitórias.

«Mas nestes 30 anos, desde a assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a linha evolutiva da Humanidade é a da marcha irreprimível dos povos para a sua libertação, para o reconhecimento universal dos direitos da pessoa humana, para o pleno usufruto de tudo o que é produto do trabalho criador do homem».

Duas maneiras diferentes de referir a efeméride dos 30 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O GOVERNO PASSOU — A CRISE PERMANECE

Os deputados socialistas evitaram a queda do governo mais à direita depois do 25 de Abril

Os noventa e seis votos abstencionistas dos deputados do PS consumaram, perto da meia-noite da passada terça-feira, a passagem na Assembleia da República do governo mais à direita depois do 25 de Abril.

De nada serviu aos deputados socialistas nem a denúncia dos crimes perpetrados por membros do actual Governo, nem a atitude arrogante da maioria dos ministros ao recusarem-se ao diálogo com a Assembleia da República, nem a feroz propaganda anticomunista utilizada por Mota Pinto e Proença de Carvalho, nem sequer os discursos laudatórios produzidos pelas bancadas do CDS e do PPD, nem tão pouco o golpe de teatro deste último ao «inventar» a ameaça da «abstenção»; nada disto foi suficiente para que os deputados do PS compreendessem o que verdadeiramente estava em causa na votação da moção de rejeição do programa do Governo de Mota Pinto apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

E o que verdadeiramente estava em causa, às 23 horas e 45 minutos do passado dia 12, quando o Presidente Teófilo de Carvalho pôs à votação a moção de rejeição apresentada pelo PCP era a defesa do sistema constitucional, com o qual este governo não se coaduna integralmente; era o respeito pela vontade expressa do povo português, que este governo afronta por abertamente de direita; era a defesa das transformações económicas e sociais do 25 de Abril, que este governo se propõe liquidar com a restauração dos privilégios do grande capital e à custa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Ao longo do debate os deputados comunistas demonstraram — sem nunca terem sido contraditados — que o Governo de Mota Pinto, abertamente de direita, era influenciado pelo PPD, que a sua pretensa fórmula de «apartidarismo» era uma fraude, que a política que pretende desenvolver iria agravar os grandes problemas nacionais, como a política de endividamento externo, o enfeudamento ao imperialismo, a submissão às exigências do FMI, a política de arbitrariedade, de ilegalidade e de repressão contra os trabalhadores da Reforma Agrária.

Os deputados do PS não quiseram tirar as lições que se impunham dos factos e do debate. O governo Mota Pinto, o governo do PPD e do CDS passou assim mercê da abstenção dos deputados socialistas.

A arrogância dos partidos da direita, sobretudo a arrogância de Sá Carneiro e dos seus pares, a forma sobranceira como trataram o Partido Socialista, poderia ter sido, no último minuto, o despertador das consciências adormecidas dos deputados socialistas. Não foi, e a abstenção advinhada do PS ao longo das suas intervenções no debate, consumou-se «na hora da verdade»...

A passagem na Assembleia da República deste governo significa um agravamento da crise governamental e um factor de perturbação da vida portuguesa, dando novo alento às teses da «confrontação global», tão caras às hostes do CDS e de que alguns ministros, nomeadamente Mota Pinto, parecem querer ser os arautos e executantes governamentais.

Acompanhados pelos cinco deputados independentes ex-PS e pelo deputado da UDP, os deputados comunistas votaram a favor da moção de rejeição que apresentaram na Assembleia da República.

Os deputados do PCP, ao apresentarem uma moção de rejeição, ao votarem contra o Governo de Mota Pinto, foram os porta-vozes, na Assembleia da República, de cada vez maior número de trabalhadores, de cada vez mais portugueses que, por todo o lado, reclamam uma nova política e um novo governo: um governo que defenda o regime constitucional e as conquistas de Abril contra os quais se ergue o Governo Mota Pinto.

A propósito do Governo de Mota Pinto, voltou-se a agitar a bandeira — já um bocado esfarrapada, convenhamos, desde a «experiência» Nobre da Costa — da «competência». Um bom exemplo de «competência» foi dado, por exemplo, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros no decorrer dos debates: tendo-lhe sido perguntado qual a posição a adoptar por Portugal no Conselho de Segurança da ONU, o ministro respondeu sem hesitar que naquele organismo das Nações Unidas se iriam defender os interesses... portugueses! Saberá o senhor ministro o que é o Conselhode Segurança.

Quem ouviu a declaração de voto do secretário-geral do partido de Sá Carneiro, o inflamado Amândio de Azevedo não deixou certamente de recordar os domingos à tarde passados no Jardim da Estrela ou no Campo Grande. Sobretudo quando Azevedo solenizou: «Nós nunca enganámos ninguém...»

Os deputados do CDS esqueceram-se que segunda e terça-feira já não eram dias destinados ao seu congresso, mas ao debate do Programa do Governo que apoiam. E vai daí, Rui Pena no início da sua intervenção, elogiou Amaro da Costa, a quem sucedeu na chefia do grupo parlamentar centrista; e Amaro da Costa elogiou Rui Pena, por quem foi sucedido. Tudo por entre as palavras comedidas dos outros congressistas, isto é, dos outros deputados do CDS.

O novo líder parlamentar do CDS asseverou, aliás, que os deputados do seu partido passariam a dar a melhor cooperação no sentido da boa marcha dos trabalhos da Assembleia. Eram 22 e 30 da passada segunda-feira e na bancada do CDS estavam presentes nove deputados. Esta a forma pela qual o CDS pensa dar a sua melhor cooperação à boa marcha dos trabalhos da AR — isto é, não pondo lá os pés?

Os deputados do CDS Cabral Fernandes e Pinto da Cruz intervieram nos debates do programa do Governo. Pinto da Cruz, de acordo com a fotocópia da sua intervenção fornecida aos jornalistas, inseriu a sua intervenção no «debate do Programa do III Governo Constitucional»; Cabral Fernandes na «discussão do Programa do IV Governo Provisório»! Pergunta-se: o CDS já não sabe a quantas anda ou está sempre a pensar em termos de passado?

O deputado do PS António Guterres pretendeu dar uma «alfinetada» no PCP, ao afirmar que os deputados comunistas tinham manifestado perante o Governo de Nobre da Costa uma «tolerância envergonhada». Mas a alfinetada saiu-lhe pelo dedo, quando Vital Moreira lhe perguntou se, caso o PS se abstivesse — como veio a acontecer — como é que Guterres classificava essa atitude: «tolerância envergonhada» ou «tolerância desavergonhada»?

Foi dominante, na maior parte das intervenções dos poucos ministros que usaram da palavra, a invocação de estarem há pouco tempo no exercício das suas funções para assim justificarem o completo desconhecimento sobre os temas dominantes dos vários sectores. Então a intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros foi, neste aspecto exemplar. E às tantas, já atrapalhado com tanto desconhecimento, o ministro desabafou: «Eu não tenho a sorte do meu colega da agricultura, que já era ministro... no anterior regime». Referido a Vaz Portugal, este «lapsus linguae» de Freitas Cruz não deixou de ter a sua razão de ser...

O ideólogo do CDS Lucas Pires, talvez por razão da sua ascensão nos quadros do seu partido, descobriu uma nova forma de solidariedade entre os partidos e governo: a «solidariedade académica e universitária». Comentário de Vital Moreira a este propósito: «Até agora ninguém tinha descoberto que tal solidariedade fosse relevante para as relações entre os grupos parlamentares e um governo». A não ser que Lucas Pires pense que a Assembleia da República não passa da tristemente célebre «república» do Pagode Chinês...

Quando o Presidente da Assembleia da República deu a conhecer aos deputados, no início da sessão da passada terça-feira, a disposição dos jornalistas em paralisarem durante uma hora a sua actividade, Vilhena de Carvalho, do PPD, antes de pedir a interrupção da sessão por meia-hora, sugeriu que a Assembleia fizesse um intervalo que coincidisse com a paralisação dos jornalistas. Não há dúvida que o partido de Sá Carneiro tem uma inclinação bastante acentuada para a prática do «lock-out».

Causou uma certa consternação na bancada do CDS a forma algo sonolenta, demasiado martelada e levemente inclinada sobre a tribuna como o seu deputado Robalo leu a declaração de voto. Se calhar ou era cansaço dos debates ou ainda cansaço do congresso...

«À primeira cavadela, minhoca!» ou os sugestivos métodos do ministro Proença de Carvalho

Àcerca dos projectos e das primeiras actuações na pasta da Comunicação Social do advogado de António Champallimaud, dr. Proença de Carvalho, o camarada Vital Moreira pronunciou na segunda-feira a seguinte intervenção:

O programa do Governo, em matéria de comunicação social, apesar de propositadamente vago e a intervenção do ministro da Comunicação Social nesta Assembleia e o modo arrogante e provocatório como se permitiu responder às perguntas dos deputados do PCP, são, apesar de o ministro se ter recusado a responder a algumas questões fundamentais, suficientemente claras quanto aos propósitos do Governo de controlar a informação pública.

Mas, se ainda restassem quaisquer dúvidas, elas teriam de desvanecer-se integralmente com as primeiras atitudes do ministro Proença de Carvalho.

Recordemos os factos.

Primeiro facto:

Ainda mal tinha tomado posse, já o ministro Proença de Carvalho dava um ar da sua graça.

Em nota oficial o ministro censurava publicamente a RDP por não ter dado publicidade a uma nota governamental sobre as arruaças fascistas do dia 24 de Novembro no Porto. A acusação era falsa; o ministro nem sequer se tinha informado junto da RDP. A RDP desmentiu o ministro e repudiou a ingerência. O ministro silenciou. É caso para dizer: «à primeira cavadela, minhoca!» O incidente passou, mas o seu significado ominoso permaneceu. O ministro dava assim — ainda antes da apresentação do Governo, perante a Assembleia da República — um sinal inequívoco da sua concepção àcerca da independência da comunicação social nacionalizada e da sua intenção de a controlar administrativamente.

Segundo facto:

Ainda não tinham adormecido os ecos da intervenção do ministro na AR na passada 4.ª feira, anunciando o propósito de fiscalizar ideologicamente a comunicação social do Estado, e já outro facto surgia à luz do público. O ministro atacava-se agora à RTP, a pretexto de irregularidades na transmissão dos tempos de antena do Governo referente ao dia 6 no debate que aqui decorre. Mais uma vez o Ministro não se limitava a acusar. Ameaçava que o Governo não poderia «assistir passivamente» às pretensas discriminações antigovernamentais na RTP.

As acusações eram, mais uma vez, infundadas. Não tardou a surgir a resposta devida; mas o ministro, mais uma vez, ficou silencioso. Com poucos dias de diferença o ministro da Comunicação Social permitia-se acusar sem fundamento e ameaçar os dois mais importantes órgãos da comunicação social em Portugal.

Estas duas atitudes de ingerência abusiva do ministro da Comunicação Social em relação à RDP e à RTP, vêm confirmar flagrantemente as acusações que aqui mesmo dirigimos ao Governo Mota Pinto. Vêm reforçar as nossas preocupações quanto à posição deste Governo de desrespeito pela independência e autonomia da Informação, designadamente em relação aos órgãos de comunicação pertencentes ao Estado.

Vêm demonstrar inequivocamente que, tal como afirmámos no período de perguntas ao Governo, um ministro que desempenhou as funções de director de um jornal privado, propriedade da confederação patronal, não dá garantias de isenção em relação aos órgãos de comunicação públicos.

O Ministro Proença de Carvalho tornou claro que, para ele, a RDP e a RTP e os jornais do Estado devem ser órgãos do Governo ou departamentos do Ministério da Comunicação Social. Permitiu-se acusar sem fundamento e ameaçar sem pudor. As atitudes em relação à RDP e à RTP traduzem uma inaceitável postura autoritária e prepotente do Governo em relação à informação; apontam para um controlo político da informação através da ameaça e da intimidação; indiciam um projecto de policiamento administrativo da informação que não excluirá o saneamento por motivos políticos e ideológicos.

Se o ministro da Comunicação Social se permite tomar as atitudes que tomou quando ainda o seu Governo não passou na AR, de que será capaz o ministro, se porventura o Governo passasse?

As insólitas atitudes prepotentes e arbitrárias do ministro Proença de Carvalho são um retrato de corpo inteiro deste Governo da minoria de direita. De resto, foram tomadas em nome do Governo e, até ao momento, o Primeiro-Ministro não se dessolidarizou delas. Ilustram flagrantemente o que significam os grandes princípios do Governo sobre «autoridade», «disciplina» e «hierarquia», bem como sobre o cumprimento da «legalidade democrática» e da promoção do «Estado — de — direito democrático».

As medidas de censura do ministro Proença de Carvalho contra a RTP e a RDP, se tomadas por um Governo com plenos poderes, seriam mais do que suficientes para uma moção de desconfiança ao Governo, ou para a demissão daquele ministro. Como pode, então, um tal ministro, e um Governo que o inclui, obter a aprovação desta Assembleia? Já não se trata apenas de aprovar ou rejeitar os **propósitos** e os **projectos** do Governo! Trata-se sim de aprovar ou rejeitar os seus **actos**. Quem nesta Assembleia pode deixar de rejeitar a prática prepotente e arbitrária do Ministério da Comunicação Social e o governo que o integra?

Nós, deputados comunistas, não! Surpreendente seria que algum democrata o fizesse!

A paralisação dos jornalistas na A.R.

O anúncio pelo Presidente da Assembleia da República da atitude adoptada pelos jornalistas em serviço na AR quanto à forma de cumprimento da paralisação decidida para a passada terça-feira foi acolhida com uma salva de palmas, de pé, pelos deputados do PS e do PCP.

Os jornalistas em serviço na AR comunicaram em documento ao Presidente daquele órgão de soberania que começariam a sua paralisação quando os representantes do Governo começassem a sua intervenção final. Justificando a sua posição, os jornalistas afirmavam no documento: **É nesse sentido que a Direcção do Sindicato e a Comissão Negociadora Sindical querem, em nome dos jornalistas portugueses que aderem à greve — a primeira desde 1921 e a primeira em toda a história da Radiodifusão — afirmar claramente a V. Excia. e, por seu intermédio a todos os senhores deputados, o profundo respeito que lhes merece esta Câmara. Esta a razão pela qual os jornalistas em serviço na Assembleia da República só abandonarão a bancada da imprensa para a sua paralisação de uma hora depois dos representantes de todos os partidos usarem da palavra.**

No documento, informava-se ainda a intenção de não sonegar a informação ao povo português, pelo que a RDP continuaria a sua transmissão directa e o Governo poderia ver, na imprensa de ontem, a cobertura das suas declarações.

Assim não o compreendeu o Primeiro-Ministro. Escusando-se na desculpa dos rascunhos, o Primeiro-Ministro não fomeceu nem ao Serviço de Relações Públicas da AR nem ao Serviço de Redacção, qualquer documento que possibilitasse aos jornalistas em serviço poderem cumprir cabalmente as suas intenções. Só ontem, a meio da manhã, os serviços da AR teriam pronta a transcrição da gravação do discurso de Mota Pinto.

Apenas os jornalistas de «O Dia» e do «Comércio do Porto» não aderiram à paralisação, durante a qual os jornalistas em luta se reuniram nos Passos Perdidos, onde aprovaram por unanimidade e aclamação duas moções: uma da Comissão Negociadora Sindical reafirmando o objectivo da luta dos jornalistas, e outra de agradecimento pela solidariedade manifestada pelos jornalistas da RTP que, apesar de não estarem abrangidos pelo CCT dos seus camaradas da imprensa escrita e falada, aderiram também à greve.

Entretanto, o anúncio da paralisação feita pelo Presidente da AR viria a provocar a suspensão da sessão quase por uma hora, a solicitação do PPD. No breve debate que antecedeu essa suspensão, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP teria oportunidade de afirmar, àcerca da hipótese levantada pelo representante do PPD de se marcar um intervalo para a mesma hora da paralisação:

A proposta feita pelo porta-voz do PPD/PSD é um tanto estranha. Na verdade, a greve que agora nos foi comunicada é uma iniciativa que cabe só, e tão só, aos jornalistas e não vejo como é que o senhor deputado e o seu partido querem intervir nestas circunstâncias. Parece-nos de todo deslocada a sua proposta. Para além do mais, parece-me importante sublinhar a lealdade com que os jornalistas trataram a Assembleia da República informando-a — não tinham nada que o fazer — da luta que têm fixada para o dia de hoje.

E, a finalizar, acentuou ainda Carlos Brito: **Parece que começa a transmitir-se à Assembleia da República uma certa prática de intromissão nos órgãos de comunicação social, que vem sendo usada por este Governo e, nomeadamente, pelo seu ministro da Comunicação Social que já aqui foi designado, e tudo indica que apropriadamente, por ministro da Informação e Propaganda.**

«Onde está o Governo?»

Foi verdadeiramente escandalosa a forma como o governo de Mota Pinto se comportou durante os debates do seu programa. Vital Moreira, em protesto do Grupo Parlamentar do PCP no final dos debates, dizia:

Terminaram as inscrições, terminou o debate propriamente dito, mas aos cidadãos que fora desta Assembleia seguiram este debate, uma pergunta certamente surge: «E onde está o Governo?».

Na última noite dos debates, a sessão começou pouco depois das 22 horas, e até cerca das 24 — hora a que deu entrada no hemiciclo o vice-primeiro-ministro Monjardino — apenas 4 ministros ocuparam a bancada do Governo. A este propósito acentuou o deputado do PCP:

O Primeiro-Ministro não pôs cá os pés depois do intervalo para o jantar, dos quinze ministros só cá estão cinco e dos secretários de Estado não está cá nenhum. Mas entendemos que cinco ministros são suficientes para poderem responder às perguntas que foram postas — a maioria das quais não obteve resposta — às acusações que foram formuladas — e a maior parte das quais não foi contestada — e aos ataques que foram dirigidos ao Governo — e que em nenhum caso foram protestados.

E Vital Moreira resumiu: **Ocorre pois perguntar: onde está o Governo?**

E mais adiante: **Se este Governo nem sequer é capaz, ou quer, ou sabe responder às perguntas postas pelos deputados, como é que pode pretender querer, poder ou saber responder aos problemas do país?**

Resumindo — disse ainda Vital Moreira — **como é que este Governo pode passar?**

No final da intervenção de Vital Moreira o Presidente em exercício da AR teve uma suposição acertada ao dizer: **Como mais ninguém pede a palavra — não vejo daqui os membros do Governo mas suponho que também nenhum deles solicitou a palavra — dou por terminados os nossos trabalhos de hoje.**

Chegavam assim ao fim os debates do programa do Governo de Mota Pinto, ao longo dos quais a maior parte dos ministros que falaram nada disseram das críticas que lhes foram dirigidas, chegando mesmo Vaz Portugal a dar-se ao luxo de abandonar a bancada do Governo e sentar-se na tribuna destinada aos secretários de Estado quando o deputado do PCP Vítor Louro intervinha sobre política agrícola...

«É preciso que, sem demora, se crie uma comissão de inquérito ao MAP»

O Ministério de Agricultura e Pescas de Barreto e Portas e de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral é um lamaçal de arbitrariedades, de ilegalidades, de abusos do Poder e de crimes — repito, para que todos me oiçam e me entendam. E passarei a demonstrá-lo, de forma algo resumida e breve, porque o tempo me é contado, mas suficientemente ampla para que não fiquem dúvidas a ninguém de boa-fé.

Senhores deputados,

Os trabalhadores da Reforma Agrária têm sido vítimas das maiores tropelias do MAP e seus serviços dos srs. Barreto e Portas, mesmo antes da publicação da lei de bases da Reforma Agrária, e do MAP e respectivos serviços dos srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral, dos agrários e da GNR, a mando daqueles. Sempre que podem, os trabalhadores — para além de se defenderem legitimamente através do exercício das liberdades que a Constituição lhes confere, protestando, manifestando-se, reclamando junto dos órgãos de soberania — têm apelado para os tribunais. Desse apelo aos tribunais são testemunhos os processos-crimes intentados contra praças da GNR e agrários e seus lacaios por ameaças e violências várias, inclusive à navalha e a tiro, danos em searas, furtos de gado, de frutos pendentes e de máquinas, processos que correm em muitas das comarcas do Alentejo, designadamente nas de Redondo, Vila Viçosa, Elvas, Fronteira, Serpa, Beja, etc. Mas para além destes processos-crimes e também de várias acções cíveis que estão em curso, posso garantir-vos que, só do meu conhecimento, pendem presentemente no Supremo Tribunal Administrativo cerca de 100 processos referentes ao Contencioso Administrativo de Anulações, isto é, acções de recurso respeitantes ao controlo judicial da actividade do Executivo, estando prestes a ser intentadas mais algumas dezenas de acções do mesmo género provocadas pelas recentes actuações do MAP. Se alguns destes processos levantam questões de mera técnica jurídica, a sua maioria esmagadora põe questões críticas relativamente a ofensas da legalidade democrática por parte daquele Ministério.

Vou começar, portanto, a dar-vos o extenso rol das arbitrariedades, ilegalidades, abusos de Poder e crimes que o MAP e seus serviços têm cometido contra os trabalhadores da Reforma Agrária.

Reservas dadas e não pedidas

1.º — O processo legal de concessão de reservas, antes da publicação recente do Decreto-Lei n.º 81/88, de 29 de Abril, era regulado no Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, segundo o qual Centros Regionais da Reforma Agrária dariam conhecimento da portaria de expropriação ao proprietário expropriado a fim de que este pudesse exercer o direito de reserva, direito este que caducava se o proprietário o não exercesse, dentro de certo prazo, através de declaração escrita enviada ao IRA por carta registada. Preceitos idênticos regulavam, através do Decreto-Lei n.º 407-A/75, de 30 de Junho, a concessão de reservas de prédios rústicos beneficiados por determinados aproveitamentos hidro-agrícolas. Pois bem: — há fortes certezas de que o MAP não respeitou aqueles decretos-leis e concedeu reservas que não lhe foram requeridas nos termos legais. Tais certezas avolumam-se pelo facto de o MAP, nos processos em que se discute a legalidade da concessão de reservas, sistematicamente se negar a revelar ao Supremo Tribunal Administrativo — como lhe impõe o n.º 3 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho — a existência ou inexistência dos pedidos de concessão de reservas. Quer dizer: — o MAP, com o intuito de retirar terras às UCPs e Cooperativas, com o intuito de as destruir, com o intuito de prejudicar os trabalhadores e favorecer os agrários, ofereceu e deu reservas a quem lhas não requereu em tempo e pela forma legal. A isto se pode adaptar o velho ditado: — «para os amigos, mãos rotas».

Despachos à sucapa

2.º — o Governo é legalmente obrigado a **fundamentar** os despachos que concedem reservas ou impõem devoluções de terras, máquinas, gados e frutos. Isto resulta expressamente do citado Dec.-Lei n.º 256-A/77, em cujo relatório se diz: «O presente diploma destina-se a reforçar as garantias da legalidade administrativa e dos direitos individuais dos cidadãos perante a administração pública». Pois apesar do que logo no art.º 1.º desse diploma se diz — «devem ser **fundamentados** os actos administrativos que, total ou parcialmente... afectam direitos» — o MAP quase sistematicamente se limita, quando concede reservas ou procede a devoluções, a enviar às UCPs e Cooperativas ofícios.

Ora o n.º 3 do referido art.º 1.º diz ser equivalente à falta de fundamentação qualquer obscuridade ou insuficiência do despacho que não esclareça «concretamente a motivação do acto». Como se vê do ofício acabado de ler, que corresponde ao modelo geralmente usado, o MAP não esclarece as UCPs e Cooperativas interessadas da motivação do acto de concessão de reserva. Repito: — isto é prática corrente do MAP. Mas, para além da obrigação de fundamentar os despachos, o art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 41 234 de 20 de Agosto de 1957, obriga a **notificá-los** aos interessados a fim de que estes possam interpor recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, garantia máxima da legalidade democrática. A verdade é que o MAP, para fugir ao controlo da legalidade dos actos, quase sistematicamente não procede à notificação, dificultando ou privando mesmo as UCPs e Cooperativas, vítimas desses despachos, da defesa dos seus direitos, de um rápido e eficaz controlo da sua legalidade. Isto é o que se pode chamar o despacho administrativo à sucapa. Prepara-se às escondidas, afinal, não um despacho mas uma ordem que surpreende os trabalhadores e que a GNR é chamada a fazer cumprir. Porém, esta ilegalidade e esta violência quando vindas de quem tanto enche a boca com a legalidade democrática, com a necessidade do cumprimento da lei, com o Estado de direito, ainda ferem mais porque vêm carregadas de um frio cinismo. Mas este constante borrifar-se na legalidade por parte do MAP, no que respeita aos seus despachos, assume ainda aspectos mais graves: — é que mesmo quando se requer ao MAP para notificar os despachos aos interessados, a fim de que possam exercer os seus direitos, o MAP tem-se recusado, a maior parte das vezes, a notificá-los, originando essa recusa uma outra série de recursos pendentes no Supremo Tribunal Administrativo.

Os despachos do MAP são, como se vê, «top secret», têm a chancela de «muito secretos»... Eis porque, antes de terminar este segundo rosário — e ainda tenho mais cinco — deixamos aqui a nossa curiosidade de saber se o MAP também não manda para a GNR os despachos que profere quando a requisita para os ir auxiliar a executar, empregando para tal mesmo a violência...

Processos sonegados

3.º — Interpostos os recursos para o Supremo Tribunal Administrativo, eles estão sujeitos a uma estrita tramitação processual, que, à face do art.º 2.º do Dec.-Lei n.º 256-A/77, garante a prática da legalidade democrática. Com efeito, sujeito o despacho a recurso contencioso, o MAP é legalmente obrigado a responder em 30 dias e, até ao termo desse prazo, «remeterá, **em qualquer caso,** ao respectivo tribunal o processo (o processo da concessão da reserva, entenda-se) **com os documentos pertinentes».** Muito significativamente, de modo sistemático, o MAP nega-se a remeter os processos de concessão de reservas, mesmo quando o Supremo Tribunal Administrativo expressamente lhos pede! Este procedimento insólito, esta sistemática ofensiva da legalidade democrática, conduz-nos à convicção firme de que, além das razões primeiramente apontadas quanto à ilegalidade da concessão de reservas, existem outros factos graves que põem completamente em causa a legalidade da actuação do MAP, quer na entrega de reservas, quer na revogação de anteriores portarias de expropriação. Mais concretamente: — há casos em que é de presumir que não haja processo administrativo organizado da concessão da reserva ou nem sequer existe nada mais do que o chamado «despacho de boca»... A este propósito sabe-se que o dr. Luís Capoulas Santos, dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Évora, disse há dias a subordinados seus esta frase bem clara: «Temos de organizar esses processos porque parece que há uns abelhudos que os querem ver».

Processos extraviados, despachos fabricados etc.

4.º — Mas o MAP não se fica por aqui. Há também processos extraviados, como por exemplo o que lá deu entrada em 13 de Março de 1978, interposto pela UCP «Terra Livre», de Cabeção, e que até esta data não foi remetido ao Supremo Tribunal Administrativo sob o pretexto inconcebível de ter sido «enviado, para esclarecimento, à Direcção Regional do Ribatejo e Oeste». Tenho aqui os documentos que comprovam isto e que estão à disposição dos senhores deputados.

5.º — Existem casos de **despachos fabricados,** como o que se patenteia no recurso 10 588, pendente no Supremo Tribunal Administrativo, cuja nulidade já foi arguida igualmente na acção cível que corre pela 1.ª Secção do Tribunal de Beja, sob o n.º 109/78, onde a validade desse despacho também se discute. E há igualmente casos de **documentos fabricados,** como o do arrendamento a Luís António Dionísio, referido no recurso interposto no Supremo Tribunal Administrativo pela UCP «Unidade dos Trabalhadores Agrícolas de S. Manços».

6.º — Conhecem-se numerosos casos de publicação de portarias revogando anteriores portarias de expropriação publicadas após o prazo legal de 1 ano que a lei concede ao Governo para revogar actos seus. Muitos deles motivam processos pendentes no Supremo Tribunal Administrativo.

7.º — Há casos comprovados por documentos de entregas de reservas a **rendeiros que nunca o foram,** dos quais citarei três, cujos processos-crimes darão entrada nos tribunais nos próximos dias: um, em que será queixosa a UCP «Vilas Boas», de Ferreira do Alentejo, porque o MAP inventou um rendeiro (Manuel José Bica) para lhe conceder uma reserva, quando é certo ter sido rendeiro outro indivíduo que, aliás, já recebera anteriormente uma; outro, a intentar pela UCP «4 de Agosto», de Cuba, porque o MAP inventou aí dois rendeiros para lhes conceder reservas; finalmente, vou referir um terceiro caso, relacionado com rendeiros, caso muito recente, que tratarei mais em pormenor porque dele resultou uma violenta acção da GNR contra os trabalhadores da Unidade Colectiva de Produção Agro-pecuária de S. Bartolomeu do Outeiro. Esta UCP estava na posse útil das herdades da Folgôa, da Geralda, da Geraldinha e da Cegonha, expropriadas por portarias de 6 de Agosto de 1976, propriedades essas de que antes da ocupação fora rendeira a dr.ª Maria Augusta Frangão Lopes Régio. Em 27 de Julho de 1978 os Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária oficiaram à Unidade Colectiva referida, comunicando-lhe que no dia 20 de Outubro, pelas 9 horas, se procederia à devolução das aludidas herdades, gados e bens de equipamento a Gracindo António Frangão, que aqueles serviços diziam ter sido rendeiro das herdades. Os trabalhadores sabiam que assim não era e, por isso, já anteriormente tinham declarado recusar-se por essa razão a fazer a entrega. O MAP dos srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral atirou-lhes com a GNR para cima em 27 de Outubro passado. Cerca de 200 guardas, 22 *jeeps*, uma camioneta com cavalos chegaram às terras da UCP e em duas cargas sucessivas agrediram brutalmente os trabalhadores, causadndo 50 feridos. O dito Gracindo António Frangão recebeu as terras e ainda gados e máquinas que foram para além do que constava no inventário feito aquando da ocupação. Ora tudo isto aconteceu, senhores deputados, apesar dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Évora terem em seu poder — e, reparem, terem eles próprios enviado à UCP 8 dias antes daquelas violências — um inventário dos bens das herdades onde expressamente se diz no cabeçalho que são «pertencentes ao rendeiro Dr.ª Maria Augusta Frangão Lopes Régio», como os senhores deputados poderão ver, se quiserem, na fotocópia que aqui tenho.

Um inquérito necessário

— Acabo de fazer ao MAP acusações muito graves e frontais, denunciando factos e actos comprovativos das suas arbitrariedades, ilegalidades, abusos de poder e crimes. A generalidade dos factos e actos que vos denunciei estão entregues ao julgamento dos tribunais. Mas a justiça é morosa e a dignidade da República e o prestígio das instituições não podem esperar até que ela actue. É preciso que, sem demora, se crie uma comissão de inquérito ao MAP e aos serviços dele dependentes, que estão encarregados de executar a Reforma Agrária. E digo **sem demora** até para que os Capoulas não tenham tempo de remendar as ilegalidades e tropelias que se têm cometido.

(...)

Lino Lima (7/XII/78)

Semana

6
Quarta-feira

1185 — Morre em Coimbra, com 76 anos, D. Afonso Henriques.

A Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária, que se realizou em Évora nos passados dias 2 e 3, exprimindo o profundo sentir dos trabalhadores, lança um apelo no sentido da luta pelo termo da ofensiva contra a Reforma Agrária, retirada da GNR das UCP's e Cooperativas, restabelecimento de uma política de diálogo e suspensão da Lei 77/77 (Lei Barreto) para posterior revogação. ■ A Universidade de Bucareste oferece à Faculdade de Ciências de Lisboa uma colecção de livros especializados. ■ A Faculdade de Ciências da Universidade do Porto paralisa, com concentração na Reitoria, como forma de protesto contra a recente institucionalização do "numerus clausus" no 4.º ano do Ramo Educacional. ■ Violento incêndio destrói a fábrica de bolachas "Cuétera", em Pombal, causando prejuízos de dezenas de milhares de contos e deixando em situação delicada os seus cerca de 60 trabalhadores. ■ Inicia-se, na Assembleia da República, a discussão do Programa do IV Governo Constitucional. ■ 68 delegados ao Congresso da Juventude Socialista, realizado no passado fim-de-semana, consideram, em conferência de imprensa, que caso o PS permita com a sua abstenção a "passagem" do Executivo de Mota Pinto na Assembleia da República, isso representará o afundamento do PS e a sua transformação numa pequena força política. ■ Mais de 80% dos trabalhadores da empresa Standard Eléctrica, pertencente à multinacional norte-americana ITT, paralisam durante 2 horas contra a ameaça de despedimento de 830 trabalhadores. ■ Os professores da "Grande Lisboa", reúnidos ontem em Plenário, reforçam a posição dos actuais Corpos Gerentes, aprovando por larga maioria todas as propostas da Direcção em exercício.

7
Quinta-feira

1948 — Morre Soeiro Pereira Gomes.

Em comunicado, a comissão distrital de delegados dos bancários de Lisboa acusa a Direcção do Sindicato (afecta ao PPD/PSD e à UGT) da prática de fraudes financeiras e de diversas irregularidades com recurso ao nepotismo, ao favoritismo e ao compadrio. ■ Dirigentes dos Sindicatos da Panificação adiam a greve nacional prevista para ontem e hoje para permitir que os novos responsáveis pelo Ministério do Trabalho tenham tempo para analisar o projecto de portaria de regulamentação de trabalho do sector. ■ Os trabalhadores da Siderurgia Nacional (Seixal), reunidos em Plenário, manifestam estar dispostos a paralisar durante duas horas em cada turno, em dia e horas a estudar, caso o conselho de gerência daquela empresa pública se não aproxime das propostas apresentadas pelos seus representantes em matéria de revisão das condições de trabalho e salariais. ■ Na Assembleia da República o deputado Lino Lima, do PCP, formula graves acusações à equipa do MAP que transitou do Governo de Nobre da Costa para o governo de Mota Pinto, não tendo havido resposta concreta por parte do titular desta pasta.

8
Sexta-feira

1977 — Queda do Governo PS, presidido por Mário Soares, após a derrota da moção de confiança apresentada na Assembleia da República.

Começa o Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, tendo sido aprovados os novos Estatutos nesta primeira sessão. ■ Num Plenário, a APU de Évora informa que o único elemento do PS na nova vereação, eleita no passado dia 19 de Novembro, se demitiu no final da primeira reunião. ■ A Comissão Negociadora Sindical (CNS) dos trabalhadores da Função Pública reivindica a imediata promulgação do diploma de correção de anomalias aprovado em três Conselhos de Ministros sucessivos, apontando ainda uma falta do actual diploma, pois não abrange todos os sectores da Função Pública.

9
Sábado

1097 — D. Henrique passa a regente do Condado Portucalense

Um comunicado do Secretariado Nacional do MDP/CDE considera que o Programa do IV governo e a sua apresentação pública são a confirmação da natureza verdadeiramente reaccionária deste governo. ■ A convite do PCP, chega a Lisboa uma delegação do PC da Roménia para uma visita de vários dias a Portugal. ■ Começa na Faculdade de Economia do Porto o Encontro de Activistas da Aliança Povo Unido, promovido pelos elementos da APU que participam nos diversos órgãos das autarquias locais do Porto, tendo como objectivo proceder a um grande levantamento das carências existentes no concelho e indicar soluções e definir prioridades, através de um ampla discussão. ■ O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real divulga um comunicado para denunciar o boicote do MAP à saída das leis de trabalho para os assalariados agrícolas do Norte e Centro do país, cujo estudo ficou concluído no passado dia 14 de Novembro. ■ O governo português concede o "agrément" à nomeação de Flávio Quaresma Pires dos Santos como novo embaixador da República Democrática de S. Tomé e Príncipe no nosso país.

10
Domingo

1836 — Decreto de Sá da Bandeira abolindo a escravidão.

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Aboim Inglês, membro do CC, partem para Sófia para participarem na conferência teórica internacional "A Construção do Socialismo e do Comunismo e o Desenvolvimento Mundial». ■ Termina o Congresso dos Metalúrgicos. ■ A Lista B, unitária de esquerda, ganha as eleições para os novos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármores do Distrito de Faro. ■ O Conselho Nacional do PPD/PSD, reunido extraordinariamente num hotel de Lisboa, anuncia que o seu grupo parlamentar se irá abster na AR relativamente a qualquer moção de rejeição ao Governo de Mota Pinto. ■ A assembleia-geral do Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Castelo Branco decide, por 65 votos contra 41, não aderir à UGT. ■ Termina no Porto o 3.º Congresso do CDS, que durou três dias e se caracterizou pelo esforço de superar divergências internas, saldando-se tudo numa (ainda) maior afirmação daquele partido como partido da direita.

11
Segunda-feira

1854 — A cidade de Lisboa presta homenagem à memória do escritor Almeida Garrett quando uma densa multidão acompanhou os seus restos mortais ao cemitério; morrera no dia 9.

Os sindicalistas do projecto de Estatutos "E" acusam a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (fundadora da chamada UGT) de pretender impor, por processos pouco limpos e legais, alterações aos Estatutos daquela associação de classe e de, com tais alterações, querer arredar os trabalhadores da vida do Sindicato. ■ Violento temporal varre o país de Norte a Sul, provocando a morte de duas pessoas, arrancando árvores e causando inúmeros prejuízos. ■ Mais três "reservas" são entregues pelo MAP no distrito de Portalegre, arrancadas às UCP's "Unidade Trabalhadores", "Companheiro Vasco" e Cooperativa Popular de Ouguela. ■ Chega a Portugal uma delegação das "Comisiones Obreras", central sindical espanhola, chefiada por Marcelino Camacho, a convite da CGTP-Intersindical Nacional.

12
Terça-feira

1976 – Realizam-se eleições, por sufrágio directo, para as autarquias.

Centenas de rendeiros manifestam-se no Fundão contra os despedimentos. ■ É anunciada na imprensa a próxima realização do I Congresso dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo. ■ Terminam os debates sobre o IV Governo Constitucional.

Os deputados comunistas disseram...

... acerca dos défices das empresas públicas

Em relação a esta matéria, sr. vice-Primeiro-Ministro, a páginas 43 e 44 do Programa, o Governo acusa as empresas públicas de, através dos seus prejuízos, desviarem para o consumo uma parcela da poupança do sector privado e dos empréstimos externos. Nós perguntamos: sabe o Governo que a parcela dos salários e encargos sociais tem vindo a diminuir o seu peso relativo aos custos das empresas públicas e que inversamente tem vindo a aumentar o peso relativo dos encargos financeiros em consequência das elevadas taxas de juro? Sabe o Governo que pelo facto de ser geralmente elevada a composição orgânica de capital e não produzirem directamente para a exportação, as empresas públicas não beneficiam de bonificações de taxas de juro – essas bonificações que o sr. vice-Primeiro-Ministro quer aumentar! – contrariamente ao que sucede com a grande parte das empresas privadas? E que assim grande parte das bonificações de taxas de juro concedidas ao sector privado são suportadas pelas elevadas taxas de juro pagas pelas empresas públicas? Sabe o Governo que a liberalização dos preços dos produtos vendidos pelas empresas privadas e a contenção dos preços dos produzidos e vendidos pelas empresas públicas significa a transferência – pura e simplemente a transferência – de mais-valias do sector público para o privado, à boa maneira do capitalismo monopolista de Estado? E que essa política de preços, que tem sido seguida, não pode ser dissociada da anarquia e do caos que não só impera mas continua a ser alimentada pelos sucessivos governos ao nível dos circuitos de comercialização?

Qual a posição do Governo face a todas estas questões? E mais ainda, sr. vice-Primeiro-Ministro, sabe com certeza que o sector público se alimenta fundamentalmente de matérias-primas e que os aumentos dos custos de produção estão intimamente relacionados por um lado, com o aumento dos preços dessas matérias-primas, a nível internacional e por outro lado com outra célebre medida imposta pelo FMI: a desvalorização do escudo.

Sousa Marques

... acerca do Plano Siderúrgico Nacional

Outro caso exemplar é o facto de ser este o primeiro Governo Constitucional a não referir no seu Programa o Plano Siderurgico Nacional. E no entanto o atraso da indústria siderúrgica portuguesa é evidente.

O consumo de aço **per capita**, em Portugal, é metade do da Espanha, é – por exemplo – 1/3 do da Áustria, 1/5 do dos Estados Unidos e do da União Soviética.

As indústrias metalúrgicas de base, no nosso país, contribuem para 2% do produto interno bruto industrial, enquanto nos países capitalistas desenvolvidos ou nos países socialistas da Europa esse valor é superior a 8%. Ao mesmo tempo, a siderurgia que nós temos abastece metade das necessidades do mercado interno. E entretanto, evidentemente, são claras as responsabilidades de Champallimaud e do capitalismo monopolista de Estado. Entre 1960 e 1973 o consumo de aço em Portugal triplicou e simultaneamente a capacidade de produção de aço bruto manteve-se na mesma. Estes dados são conhecidos. Ora bem, talvez não seja tão conhecido que o Plano Siderúrgico Nacional, de que tanto se fala, não é apenas mais siderurgias. É a exploração correcta dos minérios de ferro de Moncorvo – que vão satisfazer 95% das necessidades da siderurgia –, é o aproveitamento integrado das pirites alentejanas, são os transportes, é o desenvolvimento regional de determinadas zonas do nosso país. E quando falo de tudo isto, estou a falar do sector público, sr. vice-Primeiro-Ministro. Mas também falarei do sector privado. É que, dos mais de trinta e quatro milhões de contos que estão previstos no Plano Siderúrgico Nacional, prevê-se que mais de doze milhões serão fornecidos pela indústria nacional. E parcela importante cabe à indústria privada nacional. Serão criados mais de oito mil e quinhentos postos de trabalho, e se o Plano Siderúrgico não for para a frente, 9,3 milhões de toneladas de aço serão importadas entre 1982 e 1995. Isto significa que teremos de importar, a preços actuais, 112 milhões de contos de produtos siderúrgicos e deixamos de exportar à volta de 15 milhões de contos. Ora bem, pergunta-se: o que faz congelar o Plano Siderúrgico Nacional? Quais as fontes de financiamento a que o Governo pensa recorrer – se recorrer? É intenção deste Governo pretender entregar, de forma escandalosa, parte das siderurgias ao sector privado? Estou a referir-me ao forno de cal, à central de oxigénio, etc. Que instalações siderúrgicas tem este Governo a intenção de autorizar? Um trem de fio apenas, ou nada? Um alto forno? Dois? Com que cais? Aproveitando Sines que está parado? Seixal? Que minérios pensa utilizar? Os de Moncorvo? Ou pura e simplemente não se pensa mais em Moncorvo e recorremos à Austrália ou ao Brasil, como de costume? Ou este Governo pensa fazer o jeitinho ao Mercado Comum? Isto é, não produzir mais aço para comprar o que o Mercado Comum produz em excesso?

E se for assim e se for esta a razão, sr. vice-Primeiro-Ministro, eu pergunto-lhe: não pensa o Governo que é ridículo não aumentar a produção de aço em Portugal porque a CEE não quer e não deixa ou porque o FMI não quer e não deixa, quando este aumento de produção, que está previsto para Portugal, representa apenas 1% da capacidade de produção instalada no Mercado Comum? É esta a independência nacional de que se fala neste Programa, sr. vice-Primeiro Ministro?

Sousa Marques

... acerca dos prejuízos do sector de transportes

Quanto ao sector empresarial do Estado, o Governo tenta – através do seu Programa – dar a ideia de que o sector nacionalizado é deficitário, vive à sombra do Orçamento Geral do Estado e absorve enorme fatia dos limitados recursos de crédito.

Esta é a ideia geral que se colhe da leitura de todo o Programa, e não apenas desta ou daquela parte. Ignora ao mesmo tempo as empresas públicas que dão lucro e contribuem positivamente para o Orçamento Geral do Estado. Como o sr. vice-Primeiro-Ministro sabe, estou a referir-me aos Bancos nacionalizados, aos Seguros e a algumas empresas de serviços e industriais do sector público. Um caso apenas: o exemplo dos transportes. Fala-se muito dos quinze milhões de contos de prejuízo dos transportes e esquece-se que em Portugal se verifica que o contributo do Estado para as despesas dos transportes é das mais baixas da Europa capitalista. Esta comparação fica sempre por fazer. E ao mesmo que se fala em quinze milhões de contos de prejuízos, ignora-se que dos onze milhões e meio de que de facto até agora se tem conhecimento oito milhões são de encargos financeiros. Encargos financeiros esses que são consequência da política imposta pelo FMI, das taxas de juro e das dificuldades de crédito. Além disso, o sr. vice-Primeiro-Ministro sabe tão bem como nós da herança que se recebeu do passado, em todos os sectores e particularmente neste.

Sousa Marques

... acerca dos emigrantes

O Programa do Governo Mota Pinto **dá muito pouca importância aos problemas, e ao problema nacional, dos emigrantes portugueses.**

São apenas 11 escassas linhas, onde não se aponta **nenhuma medida concreta.**

Nada se diz, nem sequer uma mera menção, quanto à disposição de ouvir os trabalhadores emigrantes, através das suas Associações, nas questões que lhes dizem especialmente respeito e especialmente no que se refere à elaboração e controlo dos Acordos.

Nada se diz em concreto sobre a celebração de Acordos e Convenções com países de imigração – Acordos e Convenções que aliás não basta assinar, mas é necessário lutar para que se cumpram, o que amiude não sucede.

Nada se diz, sobre a disposição de combater a imprensa fascizante que flagela a emigração e a desinforma sobre Portugal.

Nada se diz sobre medidas a tomar quanto a cursos de alfabetização, ensino de português por professores portugueses dentro do horário escolar, celebração de Acordos que abranjam a equivalência de todos os cursos, criação de cursos profissionais dentro do horário de trabalho, bolsas de estudo para filhos de emigrantes.

Nada se diz, apesar de estarmos em vésperas do Natal, nada é dito sobre as medidas a tomar quanto a facilidades de transportes nos períodos de férias e todas as graves questões conexas.

Carlos Aboim Inglês

... acerca da NATO

Um traço inquietante dos últimos desenvolvimentos da nossa política externa, que encontra eco e reforço no presente programa e numa recente reunião aqui mesmo realizada, não poderá deixar de ser por nós referido nesta circunstância: **as relações com a NATO**.

Vemos com inquietação e apreensão os termos com que alguns meios consideram a participação de Portugal na NATO, tendo em atenção os seguintes factos:

– Ligação da participação na NATO a exigências relativas à política interna do país;

– Excessivas despesas resultantes da participação na NATO;

– Intervenção de militares estrangeiros na orientação e direcção de tropas portugueses;

– Pressões resultantes da presença de bases em território português (Lages e outras);

– Declarações de altos dirigentes da NATO no sentido do envolvimento cada vez maior de Portugal em planos agressivos do imperialismo.

Mais uma vez sublinhamos que as nossas posições nesta metéria se inserem nos preceitos constitucionais segundo os quais Portugal preconiza «o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos». (Art.º 7.º da Constituição).

Carlos Aboim Inglês

... acerca da «opção europeia»

Que explicação haverá para o, digamos, «lapso» de não se dedicar nem uma só palavra ao facto de Portugal ter sido eleito **membro do Conselho de Segurança da ONU** para os próximos dois anos, situação delicada, e ao mesmo tempo promissora, que coloca à diplomacia portuguesa exigências múltiplas e instantes, às quais o programa deste Governo não dá sequer minimamente resposta?!

O programa define a falsamente alcunhada **«opção europeia»** como «determinante primordial da política externa de Portugal». Nada de novo, pois.

O que haverá agora de novo é a ênfase posta, ao longo de todo o programa e não apenas neste capítulo, nas profundas transformações estruturais de natureza política, económica, social, administrativa, legislativa, etc., que essa «opção» externa implica na ordem interna. Confirma-se o que desde início temos denunciado: que a pretensão de adesão à CEE se determina por razões políticas e não por razões económicas, é comandada por considerações externas e não por exigências internas do progresso económico-social de Portugal. E reforça-se assim a nossa preocupação por tal pretensão se chocar manifestamente com as realidades objectivas do país que somos e os interesses e objectivos do povo e da nação portuguesa – **realidades, interesses e objectivos que são os consubstanciados na Constituição da República Portuguesa, e não no Tratado de Roma!**

Carlos Aboim Inglês

... acerca dos intermediários agrícolas

Ainda neste domínio, a mesma equipa que aqui prometeu eliminar as pressões dos que vendem para a agricultura e dos que compram os seus produtos, é responsável pelos três casos tristemente exemplares que passo a expor:

– A JNF garantiu aos produtores nos princípios de Novembro, que importaria batata de semente para lhes fornecer através das cooperativas. Pois há uma semana anunciou que afinal não faria a importação. E assim, com esta despudorada cedência aos importadores e à CAP o Governo atira com os agricultores, irremediavelmente para as mãos de uns tantos intermediários num momento em que já não existe outra alternativa e portanto tornando-os presas da especulação.

– O mesmo organismo tendo finalmente conseguido a exportação de batata de consumo, utilizou os seus meios e os dinheiros públicos não para ele próprio fazer essa exportação ou para a entregar às cooperativas de produtores, mas sim para a entregar a uma firma privada ligada à CAP.

– Cedendo às exigências dos grandes marchantes e industriais, também há dias o Governo passou a subsidiar a carne de porco em 7$00/kg, mas ao próprio intermediário e não à produção.

Este é sem dúvida um Governo ao serviço dos intermediários!

Vítor Louro

... acerca do MAP e da produção agrícola

No domínio da produção, ouvimos promessas de utilização mais generalizada e criteriosa de sementes seleccionadas, adubos e fitofármacos, e do fomento das culturas forrageiras. Mas os que isso prometeram são os que com a sua política de preços, provocaram uma diminuição de 30% na utilização de sementes seleccionadas de cereais e uma baixa geral na utilização de adubos e pesticidas.

E são os mesmos que, em consequência da senha que têm contra os trabalhadores e a Reforma Agrária, proibiram na prática os financiamentos às UCPs/Cooperativas para pastagens, deixando assim por satisfazer os seus pedidos de crédito para mais de 40 mil hectares.

Este é sem dúvida o Ministério da quebra da produção!

Vítor Louro

... acerca da agricultura e dos preços

Mais reveladora ainda foi e é a sua prática, a sua acção.

No que diz respeito aos problemas da comercialização, no curto espaço de 3 meses aconteceu «apenas» o seguinte:

– os adubos aumentaram 38%, e com a subida dos fretes e outras despesas, o agricultor passou a pagar pelo mesmo saco de adubo cerca de 45% mais caro; ao mesmo tempo, fechando os ouvidos à exigência dos produtores de serem fixados os preços nos sacos, o Governo incita os grandes intermediários a especular e roubar os camponeses:

– os pesticidas aumentaram até 38%;

– aumentaram as sementes de cereais, tendo as de trigo aumentado 100%. A EPAC mais uma vez não forneceu nem a quantidade, nem a qualidade das sementes requisitadas;

– os preços fixados para o trigo cobrem apenas 2/3 dos respectivos custos de produção, o que obrigou muitos produtores (especialmente pequenos agricultores) a não o semear;

– o gasóleo aumentou 33%.

Este é sem dúvida o Ministério do aumento dos preços de que depende vitalmente a nossa agricultura.

Vítor Louro

... acerca do Mercado Comum e da agricultura portuguesa

O MAP insiste na política de aproximação ao Mercado Comum. Pela nossa parte não nos cansaremos de desmascarar tal orientação pelas consequências que acarreta para o nosso país e nomeadamente para a agricultura e os agricultores portugueses.

Pode dizer-se que neste campo o nosso país começa já a pagar os custos da famigerada «integração». Prova disso é a alteração que já se sente do papel das Juntas das Frutas, dos Produtos Pecuários e dos Vinhos, que cada vez intervêm menos no escoamento dos nossos produtos agrícolas, incentivando e deixando cada vez o campo mais livre aos grandes intermediários (e por isso estão ocupadas por gente da CAP e da direita).

O que têm os portugueses a esperar de bom dessa pequena Europa de alguns países capitalistas, mergulhados eles próprios numa crise económica e social tão grande que face às suas produções excedentárias de leite abateram um milhão de vacas leiteiras e destruiram um milhão e trezentas mil toneladas de leite em pó, só para que não baixasse o preço?!

Como repetidamente temos afirmado, com a aproximação a essa CEE o mercado nacional ficaria inundado de produtos que liquidariam sem dó nem piedade as explorações agrícolas portuguesas.

Vítor Louro

... acerca das dívidas da Previdência

Este esquema de autofinanciamento da Previdência é, à evidência, um esquema sem futuro. O recurso sistemático a empréstimos, com uma taxa de juro de 18% como os que têm sido feitos à Caixa geral de Depósitos e a venda de títulos de crédito, têm sido as soluções encontradas para resolver a situação, soluções essas que não resolvem nada, descapitalizam a Previdência e oneram os seus gastos administrativos.

No entanto, é de todo evidente o dedo do FMI nesta questão com a exigência de que a segurança social se autofinancie o que não pode deixar de ser, como já o está, à custa da degradação das prestações sociais. Grave seria, se esta exigência impedisse este governo ou qualquer outro de atacar uma realidade por demais evidente.

Aqui cabe uma referência concreta às dívidas do patronato à Previdência que o senhor ministro estimou em cerca de 24 milhões de contos.

A recusa das entidades patronais em canalizar para a Previdência o valor das contribuições subtraídas aos salários dos trabalhadores é na verdade um grave problema. São cerca de 600 mil contos por mês descontados aos magros salários dos trabalhadores que as entidades patronais desviam para autofinanciamento.

O patronato faz umas contas simples. Os juros de empréstimos bancários são por imposição do FMI de 20% ao ano, as taxas de juro de mora das dívidas à Previdência são de 1,25%, isto é, um juro de 15% ao ano. Não é certamente por acaso que a CIP propõe ainda a baixa deste juro de mora para 0,5%. Tal como fez o fascismo, os patrões da CIP pretendem financiar as suas empresas com o dinheiro dos trabalhadores.

Zita Seabra

... acerca dos reformados

Sem terem resposta as questões prévias que colocámos, o resto que consta do programa do Governo em matéria de segurança social não passa de palavras. Por isso à nossa pergunta de quando prevê o Governo aumentar as pensões de reforma, a resposta foi, e mais uma vez, só palavras. Qual é porém a situação dos reformados neste país? O tempo é curto e não me permite uma longa exposição sobre as dificuldades, a luta que os reformados no fim de uma vida de trabalho travam para sobreviver.

Basta referir que há um milhão e cem mil reformados que usufrui uma pensão de reforma abaixo dos 4000$00. Com um quantitativo inferior à pensão mínima do regime geral, que é 2700$00, há 600 mil reformados rurais e receberem 1100$00, 50 mil reformados da pensão social urbana a receberem 1000$00 mensais, e 15 mil a receberem 500$00, repito, 500$00 mensais, que é o quantitativo da pensão social das chamadas zonas rurais.

Zita Seabra

... acerca do Serviço Nacional de Saúde

O Programa do Governo refere-se à implantação de um Serviço Nacional de Saúde, simplesmente preconiza-o não em função das necessidades e carências do povo, mas em função dos profissionais de saúde.

Basta ler o que lá está! E no entanto quando há dias, estranhando esta concepção de Serviço Nacional de Saúde, pusemos a dúvida ao respectivo ministro nomeado, ficámos sem resposta.

O Programa do Governo ao colocar o Serviço Nacional de Saúde em função dos profissionais de saúde não esclarece, nem o senhor ministro esclareceu, se isso significa baseá-lo no absoluto respeito pela medicina convencionada, questão que foi pura e simplesmente omitida. No entanto, aqui se radica a chave da percepção da dúbia concepção do Programa do Governo.

Zita Seabra

... acerca de salários e despedimentos

Mas então, não é uma verdade indesmentível que, hoje, centenas de milhares de trabalhadores vêem piorar drasticamente as suas condições de vida devido ao boicote e arrastamento das negociações da contratação colectiva por parte do grande patronato, que resulta no prolongamento da vigência das tabelas salariais (23 meses nos Têxteis, 28 nos CTT, 23 na Construção Civil, 20 na Panificação e 23 nos Metalúrgicos) a par da subida em flecha do custo de vida, (30% em 1977 e 22% nos primeiros meses de 1978)?

É ou não verdade que actualmente cerca de 40 000 trabalhadores da AC, Metalúrgica Duarte Ferreira, Companhia Portuguesa de Pescas, Messa, Seculo, J. Pimenta, Manuel Lopes Henriques e de tantas outras não recebem salários há vários meses apesar de na sua grande maioria continuarem a laborar normalmente?

Alguém poderá negar que o revanchismo e a repressão patronal tem vindo a aumentar, e que só nos primeiros 6 meses do ano de 78 foram despedidos só na região de Lisboa cerca de mil trabalhadores individualmente, 350 por despedimento colectivo, 7 delegados sindicais, 1 dirigente sindical e 4 membros de comissões de trabalhadores, e que até Dezembro, estes números aumentaram aceleradamente, tudo indicando, como acontece por exemplo na Standard Eléctrica, onde 800 trabalhadores estão ameaçados pelo desemprego, que esta acção vai continuar?

Jerónimo de Sousa

... acerca do MAP e dos créditos

Em Setembro denunciámos aqui que da política de crédito do MAP resultaria pura e simplesmente a exclusão dos pequenos agricultores e das cooperativas da Reforma Agrária. A experiência tem confirmado esta acusação. Vejamos, por exemplo, o que aconteceu com a célebre «PL 480» isto é, a linha de crédito especialmente destinada às pequenas explorações, favorável aos produtores, aberta em consequência de um acordo internacional.

Enquanto a CAP e os partidos que nesta Câmara falam a sua voz – o PPD/PSD e o CDS – pressionavam politicamente os seus homens no Governo, os seus «empresários– (grandes proprietários, comerciantes e industriais), informados por dentro, encomendavam os estudos nos gabinetes técnicos privados pagos a bom preço e bem encadernados. E assim fizeram chover no MAP, no mês passado dezenas ou centenas de pedidos de crédito, que segundo se sabe, absorvem a já quase totalidade do crédito a conceder por essa via.

A propósito da política de crédito, o sr. ministro repetiu aqui a manipulação de números relativos ao Crédito Agrícola de Emergência. Bom, o ex-secretário de Estado Carlos Portas fez o mesmo.

Mas os senhores deputados poderão verificar, através dos documentos enviados pelo II Governo e que o I sempre se recusou a fornecer, que tais números são redondamente falsos.

Só um exemplo: no concelho do Montijo e por despacho governamental, um crédito, legalmente utilizável só pelos pequenos e médios agricultores e cooperativas, é utilizado pela Sociedade de Rio Frio – 10 000 hectares privados!

Entretanto o MAP continuou a nem sequer informar os pequenos e médios agricultores sobre essa linha de crédito.

Este é sem dúvida o Ministério que nega o crédito aos verdadeiros agricultores e tem mãos rotas para os ricos!

Nas mãos deste MAP o crédito dá origem a verdadeiros escândalos.

Ouça-se bem!

À sombra da linha de crédito «PL 480» oficialmente destinada a pequenas explorações, o ministro Vaz Portugal autorizou um empréstimo de 50 mil contos à conhecida fábrica de salsicharia «Aveirense, Lda», sem mesmo sequer existir o estudo económico financeiro do respectivo empreendimento. Mas a «Aveirense» não se conformou e o processo foi «revisto». Em consequência, Vaz Portugal acaba de autorizar um empréstimo de 172 mil contos, à taxa de 8% e a prazo de 17 anos! Tudo isto decidido em apenas dois meses apesar das fundamentadas dúvidas dos serviços técnicos do MAP.

Vítor Louro

O GOVERNO PASSOU — A CRISE PERMANECE

O debate confirmou: o governo Mota Pinto não serve

Declaração política do PCP no final do debate

O debate confirmou amplamente as razões da oposição do PCP ao Governo Mota Pinto traduzida aqui, na Assembleia da República, pela apresentação de uma moção de rejeição.

A fórmula, a composição, o programa e actuação previsível do Governo não se ajustam às exigências constitucionais, afrontam a vontade do Povo português manifestada em todas as eleições, não constituem uma solução para a crise governamental capaz de fazer face aos grandes problemas nacionais, mas, bem pelo contrário, representam a mais notória deslocação do Executivo para a direita, o que é causa e sintoma do seu divórcio da maioria dos portugueses e dos seus problemas e vai prolongar e agravar a crise política, económica e social.

A fórmula e a composição do Governo Mota Pinto/PPD

Comecemos pelas questões da **fórmula e da composição do Governo.**

O debate comprovou que o decantado Governo «apartidário», constituído por «independentes», está em perfeita sintonia nas ideias e no estilo com os dois partidos da direita parlamentar.

A declaração inicial do Primeiro-Ministro, recorde-se, não só foi calorosamente aplaudida pelas bancadas do PPD/PSD e do CDS, como foi pontuada, quase parágrafo a parágrafo, pelos brados de «muito bem» dos deputados do PPD, por vezes na voz isolada do seu próprio Presidente que já distinguira o Governo com a sua presença no acto de posse.

Até final do terceiro dia do debate foi perfeita a identificação do Governo com o PPD e o CDS quer em relação às grandes orientações políticas e económicas quer mesmo no domínio das políticas sectoriais: Saúde, Ensino, Habitação, Trabalho e Agricultura. Não esperávamos tanto!

Na primeira intervenção do Grupo Parlamentar Comunista advertimos mesmo que o PPD e o CDS inventariam motivos para se demarcarem e não quebrarem de todo a frágil máscara de «independência» que o Governo afivelava.

Mas até ao terceiro dia do debate o entusiasmo das bancadas da direita por este Governo abertamente de direita foi mais forte que as conveniências políticas.

O CDS clamava, é certo, pelo «pacto institucional», mas de **passagem.** O Presidente da Comissão Política do PPD/PSD dizia também, **de passagem,** que este Governo «é feito sem nós». Mas quer ao CDS, quer ao PPD parecia responder um deputado social-democrata que dando-se conta da situação que se iria criar afirmava no início do debate que «se não entende que se aprove uma política sem a apoiar».

Na verdade, uma coincidência de posições tão insistentemente sublinhada, em especial, entre o Governo e o PPD e entre o PPD e o Governo, só consentia uma conclusão política: **o Governo Mota Pinto é um governo PPD mal disfarçado.**

Mas eis que, no passado fim-de-semana, surge o golpe de teatro do ultimato do PPD.

Do que se trata: de um súbito ataque de ciúmes porque o Governo e o PS andavam a namorar?

Pode ter acontecido isso também, porque o Primeiro-Ministro procura a todo o transe assegurar a passagem do seu Governo (e só o PS lhe poderia dar) e o PS procura a todo o custo evitar um acto eleitoral próximo depois dos amargos de boca de Mirandela e Évora.

Mas trata-se sobretudo, da parte do PPD, de alargar as distâncias em relação a um governo que seguramente vai fracassar. Todo empenhado em retocar a imagem e polarizar descontentamentos com vista às próximas eleições, o PPD não quer suportar a carga desse fracasso e procura alijá-la para os ombros do vizinho do seu lado direito, mesmo que com isso enfraqueça enormemente o Governo que é em boa parte seu, colocando-o (ainda que passe na Assembleia da República) numa situação de quase completo desamparo parlamentar e político. Procura também o PPD já que tem garantida a sua influência e os seus comandos no Governo (e presume ou está seguro de que o PS o deixará passar) engrossar a campanha para arredar o Partido Socialista do aparelho de Estado e da comunicação social estatizada. Procura, ainda, manter em aberto o recurso a eleições gerais antecipadas quando as tiver por convenientes e conquistar à custa do Partido Socialista as melhores posições para as disputar. Procura, por fim, criar ambiente favorável ao seu próprio governo para o prosseguimento da ofensiva contra as conquistas da revolução e em especial contra a Reforma Agrária.

Tais são os jogos dos partidos da direita tripudiando por sobre a crise que atinge duramente o País e o povo.

Mas estes jogos não podem distrair do que é essencial.

O Governo Mota Pinto é um governo abertamente de direita, centrado na área política do PPD e do CDS, fortemente influenciado pelo PPD, parlamentarmente minoritário, participado e apoiado por grupos extraparlamentares dos mais reaccionários, designadamente, o PPM, a CIP e a CAP. A composição pessoal do Governo traduz perfeitamente a sua anatomia política e social. Tão grave como o passado político de alguns elementos que o integram é a posição de classe de muitos dos seus membros sem passado político. Estão tão directamente (e nalguns casos mesmo pessoalmente) ligados aos interesses do grande capital e dos latifundiários que não dão a menor garantia de isenção e de espírito de justiça nos conflitos que opõem essas classes à quase totalidade dos portugueses. Dissemos isto mesmo da equipa do MAP do Governo Nobre da Costa que transitou inteirinha para este. O estendal de ilegalidades, arbitrariedades, violências e até mesmo crimes praticados por essa equipa e que aqui denunciámos sem refutação, são a demonstração acabada que governantes como estes não podem em caso nenhum integrar os governos da República.

Chegados aqui pareceria que estava tudo dito sobre a fórmula e a composição do Governo.

A fórmula de governo «apartidário» é uma fraude que encobre o entrelaçamento político e orgânico dos partidos da direita parlamentar e de grupos extraparlamentares reaccionários.

Mas não é tudo.

A fórmula de governo de independentes não corresponde à regra da Constituição. Só como provisória e transitória pode ser admitida.

Ora este Governo e bem ao contrário do que aqui foi afirmado por um deputado socialista, em momento nenhum e em nenhuma declaração política pública reconheceu ou admitiu o seu carácter precário. Pelo contrário, declara-se sempre pronto a ir até 1980 e nem sequer se compromete com apresentação de uma moção de confiança o que demonstra como se acomoda mal à segunda alternativa do Presidente da República apresentada no discurso de 22 de Setembro.

Este Governo apresenta-se assim como potencial veículo para a institucionalização de hábitos e normas fora do quadro constitucional e pondo em causa os preceitos constitucionais no referente à formação, competência e funcionamento dos órgãos de soberania. Trata-se por isso de um perigo real para o regime democrático.

O Programa do Governo Mota Pinto/PPD

Mais do que qualquer dos anteriores, o Programa do IV Governo é um programa de fuga a compromissos com a Assembleia da República o que não pode deixar de ser considerado como uma tentativa de frustrar a competência de controlo e fiscalização que neste momento constitucionalmente lhe cabe.

A Constituição define com rigor o que é o Programa do Governo. Diz no art.º 191.º: «Do programa do Governo constarão as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor ao Presidente da República ou à Assembleia da República para a execução da Constituição.» Ora onde estão as **medidas** neste Programa? Quase as não há e quanto a propostas legislativas o Governo considerou-se ofendido quando foi perguntado sobre elas como se os deputados não tivessem no cumprimento do seu próprio dever o direito de exigir uma resposta.

O debate adiantou pouco, quer quanto às medidas, quer quanto ao entendimento que os senhores ministros têm das situações. Afirmando ignorar os *dossiers*, alegando até a curta permanência no lugar, revelaram desconhecer os grandes debates políticos em torno de importantes empreendimentos e questões nacionais. Esta é mais uma razão a confirmar que o governo tem de ser dos partidos. Responsáveis políticos não se improvisam. Refira-se entretanto que houve excepções. As excepções que houve, por serem poucas, são naturalmente honrosas e merecem que as sublinhemos.

Como equipa o Governo refugiou-se no que pretende que sejam as suas linhas gerais de orientação e que, exprimindo, se traduz num conjunto vaguíssimo de ideias abstractas e de formulações genéricas.

Não pode passar sem reparo o silêncio absoluto a que certos ministros se remeteram durante este debate.

O Ministro do Trabalho preferiu o silêncio como resposta às críticas e interrogações que lhe colocámos; preferiu o silêncio como resposta às aspirações e lutas dos trabalhadores portugueses.

Quando tão largamente aqui foram referidos os problemas da habitação para os quais o Programa apresenta tão sombrio futuro, o ministro da Habitação e Obras Públicas nada disse.

Se recordarmos que o Governo quase transformou em *slogan* contrapublicitário relativamente às nacionalizações os défices que afirma verificarem-se no sector dos transportes, o ministro respectivo nem esclareceu os números errados, nem respondeu às críticas que fizemos.

E se tudo isto não bastasse, há ainda que recordar sectores importantíssimos, quer para o necessário desenvolvimento económico, quer para o problema do défice da balança de pagamentos, em que os ministros respectivos disseram nada. Referimo-nos, evidentemente, à Indústria e Tecnologia e ao Comércio e Turismo.

O Governo não soube, não pôde e não quis esclarecer. O Governo não soube, não pôde e não quis responder. Talvez pretenda fazê-lo na intervenção de encerramento a cargo do Primeiro-Ministro quando já não puder haver réplica por parte dos deputados. É lamentável se assim acontecer. Isso demonstrará que este é um governo de monólogo que até à Assembleia da República recusa o diálogo. E cumpre dizer com energia que o País está farto dos governos do monólogo!

Teremos pois que considerar as omissões, silêncios e meias-tintas como tendo também um significado, como fazendo também parte do programa do Governo.

Não se estranhará por isso que se comece precisamente por aí, por uma das suas mais notórias, graves e significativas omissões: a passagem, como gato por brasas, pela questão central da defesa das liberdades e da democracia e a total ausência de medidas de combate ao fascismo.

A simples menção desta palavra queima a boca do Governo, que a não pronunciou ao longo de todo o Programa e dela foge como o mafarrico da cruz. Para o Governo do prof. Mota Pinto, as organizações fascistas e separatistas não merecem nenhuma referência especial. Neste caso, **a execução da lei,** aprovada por esta Asembleia, nem ao de leve é tocada. Os perigos que pendem sobre a democracia, pela acção dos saudosistas do passado fascista, são completamente ignorados. O Primeiro-Ministro chegou até ao ponto de não incluir os fascistas na sua insólita concepção de reaccionários.

Não se estranhará que numa Assembleia da República com uma maioria de deputados antifascistas e democratas, uma Assembleia que não põe em dúvida a compatibilidade da democracia com a afirmação da soberania do Estado e com a resolução dos problemas nacionais, a voz **maioritária** seja no sentido da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, seja no sentido da defesa da democracia, seja de profunda crítica às omissões e ambiguidades que, neste campo, o Programa do Governo apresenta.

Também não se estranhará, por tudo isto, que o programa da comunicação social, a elevação a Ministério do respectivo sector, e a prática recente, em relação à RDP e à RTP, do ministro Proença de Carvalho apareçam a essa maioria de democratas e antifascistas como completamente estranhos à democracia, ao conteúdo das normas constitucionais e aos procedimentos do Estado democrático.

Os problemas que preocupam o Governo não são os que se colocam, com maior acuidade, ao Povo português e ao País. No domínio da política económico-social, a política proposta pelo Governo do prof. Mota Pinto é coerentemente a política da **direita,** das camadas exploradoras, do imperialismo.

O Governo afirma que «o País atravessa uma das mais graves crises políticas e uma profunda crise económica»; mas, entretanto, o Governo propõe-se continuar no fundamental e mesmo agravar a política de recuperação da exploração capitalista e do enfeudamento ao imperialismo, causas principais das crises que candidamente denuncia.

O Governo fala muito no Estado de direito, mas só insiste em fazer cumprir as normas legais que são contra os interesses dos trabalhadores e do povo português e que contam com a sua oposição generalizada, por serem contrárias às liberdades democráticas e às conquistas da Revolução de Abril.

O Governo fala muito da autoridade do Estado, mas não promete nem pensa usá-la em defesa das liberdades democráticas e das conquistas revolucionárias do povo português.

Com esta estranha mas significativa concepção do Estado de direito e da legalidade democrática, as afirmações do Governo em matéria de política económica e social explicita-se no seu conteúdo concreto.

Não se trata, para este Governo, **de enfrentar** a questão nodal da situação financeira do País — os défices da balança de pagamentos **— com o aumento da produção nacional,** com um grande esforço nacional assente na capacidade, na iniciativa e no empenhamento das camadas laboriosas do País.

Não se trata, para este Governo, de apoiar o desenvolvimento **dos sectores** cujo processo produtivo depende menos das importações e **dos produtos** de substituição dos actualmente importados.

Não se trata de apoiar a reestruturação e consolidação do sector público da economia, o motor de arranque do desenvolvimento e de aprovar os grandes projectos de indiscutível interesse nacional, como o plano siderúrgico e o projecto da barragem do Alqueva.

Não se trata nem de defender o poder de compra dos trabalhadores e de atender às suas mais instantes **— e legítimas!** — reivindicações, nem de atacar de frente a inflação e combater com firmeza a especulação (através, designadamente, do controlo de preços e do comércio interno).

O que este Governo promete e a sua política económica e financeira consubstancia é a restrição do crédito e a manutenção das altas taxas de juro, a redução dos impostos sobre os lucros e os altos rendimentos, a redução dos subsídios e transferências, a diminuição do investimento nas empresas públicas, o apelo ao investimento estrangeiro e ao retorno dos ex-monopolistas, a liberalização dos preços, a desvalorização do escudo, a manutenção de altos níveis de inflação.

A sanha contra as garantias dos trabalhadores, particularmente no campo dos despedimentos; a vontade de entregar **rapidamente,** por via das indemnizações, vultuosos meios financeiros aos grandes capitalistas; a pressa em garantir (através da "regulamentação" da lei de delimitação dos sectores) a invasão pelo sector privado (nacional e estrangeiro) das áreas de actuação do sector público — são a expressão de uma política externa assente na submissão ao FMI e à CEE, de uma política externa que compromete a independência nacional.

Tal política, desastrosa no plano económico e financeiro, viria a ter também reflexos no campo de direitos fundamentais do povo português.

Assim, por exemplo, no importantíssimo sector da **habitação**, com enorme peso quer nas condições de vida das populações, quer na defesa de milhares de postos de trabalho, as vagas medidas anunciadas levariam à paralisação de todos os programas do Fundo de Fomento da Habitação, incluindo a promoção directa e o programa das cooperativas de habitação económica.

A criação e rápida entrada em funcionamento de um Serviço Nacional de Saúde, geral, universal e gratuito, em que se encontra empenhada uma maioria de deputados desta Assembleia, só poderia contar da parte deste Governo com dificuldades sempre crescentes à sua concretização e, finalmente, com a sua obstaculização.

Um último ponto programático: **a Reforma Agrária.**

Formulámos no decurso deste debate, detalhadas e fundadas acusações ao ministro da Agricultura e Pescas. Apontámos casos concretos de arbitrariedades, violências, ilegalidades, abusos de poder e até crimes cometidos sob a responsabilidade da actual equipa ministerial.

Demonstrámos amplamente o entendimento que o MAP tem do "diálogo" com os interessados, com os trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores da zona da Reforma Agrária.

O ministro nada respondeu.

O ministro subscreveu-se a si mesmo, nessas arbitrariedades, nessas violências, nesses abusos de poder.

A actuação do MAP ao longo dos meses de subsistência do Governo demitido de Nobre da Costa, a actuação que o ministro veio subscrever, merecem a condenação maioritária desta Assembleia da República.

Um péssimo Governo

Analisámos até aqui a fórmula, a composição e o Programa do Governo à luz dos esclarecimentos produzidos pelo próprio debate. Uma só conclusão se torna obrigatório retirar: este Governo não serve. Mais ainda, é esse precisamente o entendimento maioritário da Assembleia da República. Se todos os partidos votassem de acordo com a severa apreciação que aqui fizeram, o País seria poupado a um péssimo governo que vai agravar problemas, degradar situações, agudizar conflitos e tensões.

O mal está diagnosticado, a terapêutica — isto é, a rejeição — está nas mãos da Assembleia da República. Dizendo tudo pelos seus nomes, a rejeição neste caso está nas mãos do Partido Socialista. Ora o PS não oficializou ainda publicamente qual vai ser o sentido do seu voto, mas tudo indica que ao arrepio das críticas que fez à fórmula, ao elenco governativo e ao seu programa, o PS vai assumir a grave responsabilidade de deixar passar este péssimo Governo. Importa, portanto, considerar desde já qual a previsível actuação prática do Governo Mota Pinto.

Além da sua natureza abertamente de direita, do seu programa antioperário e antipopular e de recuperação capitalista agravada, o Governo confirmou, no decorrer do debate, o estilo ríspido, autoritário e de confronto que já se adivinhava nas declarações dos seus principais responsáveis, nos passos iniciais de alguns departamentos, designadamente na comunicação social, no facto de ter feito transitar do governo anterior toda a equipa do MAP que se celebrizou em pouco tempo pelas práticas da repressão e da violência.

O próprio Primeiro-Ministro fez gala em se apresentar aqui não como quem busca soluções na base do entendimento entre os portugueses, mas como quem à partida se põe do lado de uns contra outros portugueses, do lado da minoria privilegiada, contra a maioria, a população laboriosa.

Vê-se assim qual é a isenção e o espírito de justiça que há que esperar de quem com tais critérios se propõe desempenhar o cargo de primeiro responsável do Governo da República, de quem com essa circunstância passa a interferir com a vida de todos nós.

As reacções do Governo às críticas dos opositores aqui produzidas prefiguram o que tenderá a ser o seu modo de reagir à luta popular, dos trabalhadores e dos democratas, que a sua política seguramente suscitará.

Incapaz de resolver os problemas em que o País e o povo se debatem, mesmo aqueles que inclui nos seus objectivos prioritários — os défices da balança comercial e de pagamentos — este Governo tenderá a responsabilizar os opositores pelos seus fracassos, tenderá a recorrer aos métodos administrativos para dirimir conflitos políticos ou laborais. Incapaz de fazer política, tenderá a fazer uso de medidas de retaliação e mesmo repressivas.

Os portugueses conhecem o estilo de sobejo. Com ele podem florescer os que aspiram a desempenhar o papel de vedetas da reacção, mas não é com ele que se faz a democracia e se arranca o País da crise, através de um esforço colectivo que abrace o nosso povo por inteiro.

* * *

Houve aqui quem fazendo duras críticas à natureza e à política do Governo Mota Pinto procurasse depois justificar a sua viabilização e uma atitude favorável à sua passagem na Assembleia da República, argumentando com a necessidade de preencher o prolongado vazio governativo e dar solução à crise governamental.

Cumpre dizer que transparece do debate que ninguém acredita seriamente que este Governo, se passar na Assembleia da República, vingue, perdure, e tenha sucesso.

Este Governo, dizemos nós, não vai resolver a crise governamental, vai prolongá-la, apodrecê-la e agravá-la. Isto acontecerá porque o Governo com esta equipa, com esta política, com estes critérios, não pode, não será capaz, de reduzir os défices e impedir as falências, de garantir o poder de compra dos trabalhadores e das classes médias e diminuir o desemprego, de aumentar a produção, e reduzir o endividamento externo crescentemente ameaçador. O Governo cairá, como os anteriores, nas malhas da sua própria incapacidade.

Este Governo não vai contribuir para a estabilização política. A sua existência é, só por si própria, um factor de instabilidade, como já se observa.

O derrubamento do Governo é um acto que contribuirá, esse sim, para a estabilização política. É abrir de novo a possibilidade, que os partidos responsavelmente devem assumir, de se constituir um governo que respeite a regra da Constituição, um governo de democratas, um governo capaz de provocar um largo consenso nacional, um governo aberto e disponível para reconsiderar friamente o caminho desastroso que se tem seguido e introduzir na prientação política as imprescindíveis rectificações que o interesse nacional reclama.

O País não pode seguir adiante com a obediência submissa às imposições do FMI, entre outras as altas taxas de juro, a restrição do crédito, a desvalorização do escudo. O País precisa de um governo suficientemente apoiado pelo povo para bater o pé ao imperialismo e deixar claro que em Portugal são os portugueses que determinam a sua vida e o seu futuro. Mas se esse governo não for possível no quadro actual da Assembleia da República, então a saída democrática que cada vez mais aparece como a única conveniente é a convocação de eleições gerais antecipadas e a constituição de um governo de gestão que dê garantias de isenção e de imparcialidade. Essa será a outra forma de assegurar a estabilização política.

O PS e o Governo Mota Pinto/PPD

Diz o povo que «não se pode ter chibos e leite ao mesmo tempo». O adágio serve neste momento ao Partido Socialista. Não é possível reclamar soluções democráticas e constitucionais e rejeitar pura e simplesmente o recurso a uma consulta antecipada ao eleitorado. As eleições que se traduzirão numa nova vitória das forças democráticas sobre os partidos da direita refutarão definitivamente as especulações reaccionárias e confirmarão o apego do povo português aos rumos da Constituição.

Que não se iluda o Partido Socialista.

Os partidos da direita preparam as eleições antecipadas, mas preparam-se para as disputar no momento que entenderem conveniente e no seu próprio terreno, com um governo amigo, com um aparelho de Estado e uma comunicação social estatizada convenientemente depurada de socialistas, de comunistas e outros democratas. Só uma grande miopia política pode obscurecer a realidade evidente. Os partidos de direita preparam a inflexão prática do regime no sentido das suas concepções. Assiste-se ao escândalo de partidos com assento parlamentar advogarem a despromoção da Assembleia da República como órgão de soberania. A campanha contra a Constituição por parte da direita atinge os limites do inadmissível. O CDS, esse partido que cada vez mais recorda, pelas suas atitudes e posições, a fábula da rã que queria ser grande como um boi, proclama no seu mini-Congresso de Vale Formoso, a guerra aberta à Constituição da República, exigindo a sua revisão global, preconizando descaradamente a violação dos próprios limites que a Constituição estabelece.

A direita ambicionava há muito a existência de um governo como o de Mota Pinto para a concretização destas operações. E por isso, aplaudiu este com tanto entusiasmo.

Faça o Partido Socialista o que fizer, o movimento democrático segue adiante e enquanto os governos inflectem para a direita, o País real desloca-se para a esquerda. A História recente é rica de exemplos de grandes partidos democráticos que, vítimas da sua inconsequência, ficaram pelo caminho. Não é isso que interessa à democracia portuguesa. Do nosso lado, tudo faremos para que assim não aconteça.

Hoje, como sempre, propomos aos socialistas o diálogo, o entendimento e o acordo para a defesa dos interesses do Povo português e da independência de Portugal, para a consolidação do regime democrático-constitucional e a concretização do caminho que o Povo português escolheu em todas as eleições — a democracia e o socialismo.

De maneira crescente e com as mais variadas formas, os trabalhadores e as camadas laboriosas do Povo português, reafirmam a sua fidelidade aos ideais libertadores do 25 de Abril, a sua firme disposição de defender as liberdades democráticas, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão.

As forças da liberdade e do progresso social crescem todos os dias e com elas cresce a oposição às forças reaccionárias e aos saudosistas do passado fascista.

As crises serão vencidas.

A democracia vencerá.

Declaração de voto do PCP

Obviamente o PCP votou pela rejeição deste Governo. Com efeito, de acordo com as posições assumidas logo que se tornou conhecida a composição do Governo, o PCP anunciou, no início do debate, a apresentação da moção de rejeição. Todavia, o PCP não se dispensou de participar activamente no debate, fundamentando as razões da sua posição, e colocando ao Governo três questões fundamentais em que as baseou.

Recordamo-las:

Primeiro: afirmámos que o Governo Mota Pinto não se coaduna integralmente com o sistema constitucional. Afirmámos que um governo extrapartidário e extraparlamentar só pode admitir-se a título provisório e a título precário e que não foi com este carácter que o Governo Mota Pinto se apresentava.

Segundo: caracterizámo-lo como um governo abertamente de direita, com uma composição política e pessoal que afronta a vontade do Povo português, expressa em todas as eleições realizadas depois do 25 de Abril.

Terceiro: definimo-lo como um Governo empenhado em prosseguir e acentuar a política de recuperação capitalista, **à custa** das transformações económicas e sociais do 25 de Abril, e da restauração dos privilégios do grande capital, **à custa** dos direitos e interesses dos trabalhadores, **do restabelecimento de ideias e valores alheios ao 25 de Abril.**

O debate confirmou amplamente a justeza das caracterizações e definições que estes três pontos consubstanciam.

O voto do PCP não poderia ser outro senão o da rejeição do Governo.

Votámos contra o Governo Mota Pinto porque: é um Governo abertamente de direita, centrado na área política do PPD e do CDS, fortemente influenciado pelo PPD, parlamentarmente minoritário, participado e apoiado por grupos extraparlamentares, dos mais reaccionários, designadamente, o PPM, a CIP e a CAP.

Votámos contra porque: a fórmula do Governo «apartidário» **é uma fraude** que encobre o entrelaçamento político e orgânico dos partidos da direita parlamentar, e de grupos extraPAR-LAMENTARES reaccionarios.

Votámos contra porque: o Governo se apresenta como potencial veículo para a institucionalização de hábitos e normas fora do quadro constitucional, e pondo em causa os preceitos constitucionais no referente à **formação, competência e funcionamento dos órgãos de soberania.**

Votámos contra porque: deste Governo, com as aberrantes concepções que aqui exprimiu, não se pode esperar uma acção determinada em defesa das liberdades e da democracia, e, ao contrário, surgem motivos para se recear que se tente limitar as liberdades e direitos dos trabalhadores, que se tentem intromissões prepotentes na comunicação social estatizada.

Votámos contra porque: o Programa anuncia a continuação da política de endividamento externo, de enfeudamento ao imperialismo, e submissão aos ditames do FMI.

Votámos contra porque: em matéria de política económica e financeira, tudo o que o Governo promete é a restrição do crédito e a manutenção das altas taxas de juro, a redução dos impostos sobre os lucros e os altos rendimentos, a redução dos subsídios e transferências, a diminuição do investimento nas empresas públicas, o apelo ao investimento estrangeiro e ao retorno dos ex-monopolistas, a liberalização dos preços, a desvalorização do escudos, a manutenção de altos níveis de inflação.

Votámos contra porque: para este Governo, para a equipa do MAP, valem mais as exigências e pressões dos latifundiários e da CAP, do que o esforço abnegado e patriótico dos trabalhadores e agricultores das Cooperativas e UCPs da zona da Reforma Agrária. E, de igual modo, por o Governo não ter respondido às graves acusações que documentadamente aqui fizemos ao MAP, o que significa que não há verdadeira vontade política de pôr cobro às arbitrariedades, ilegalidades e violências que até agora têm sido cometidas por esse Departamento governamental.

Votámos contra porque: em matéria de direitos e interesses dos trabalhadores a política do Governo não resolverá nenhum problema fundamental, ao contrário, será fonte de novas tensões sociais.

De facto, o Governo não diz uma palavra sobre as frequentes violações e prepotências do patronato, que têm vindo a aumentar. Só nos primeiros seis meses do corrente ano e só na região de Lisboa, foram despedidos individualmente mais de mil trabalhadores, entre os quais dirigentes sindicais e elementos de comissões de trabalhadores.

Submetendo-se às exigências da CIP, das multinacionais e do FMI, o Governo propõe-se alterar as leis do trabalho e, de entre estas, pretenderá dar preferência à lei dos despedimentos, do que resultaria maior repressão e maior campo de manobra ao grande patronato nacional e estrangeiro. E, para justificar esta política, o Governo distorce as causas que têm tornado inevitáveis e justas as lutas dos trabalhadores.

As acções reivindicativas das centenas de milhar de trabalhadores não são, como afima o Primeiro-Ministro, uma campanha de agitação veiculada por pretenções impossíveis de satisfazer.

Estas lutas decerto continuarão se as causas que estão na sua origem não forem eliminadas.

Lembremo-las:

— o constante agravamento das condições de vida;

— o boicote e arrastamento das negociações da contratação colectiva por parte do grande patronato;

— o prolongamento da vigência das tabelas salariais;

— o não pagamento de salários há vários meses a dezenas e dezenas de milhar de trabalhadores apesar de, na sua maioria, continuarem a trabalhar.

Com a política social que se anuncia, os problemas da juventude, da terceira idade e de todas as camadas que vivem em situação mais difícil e dura, não encontrarão qualquer solução.

Incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, afastado das profundas aspirações das camadas laboriosas do povo, o Governo Mota Pinto — como bem o demonstrou o Primeiro-Ministro na intervenção final aqui produzida — tenderá a responsabilizar os opositores pelos seus fracassos, tenderá, no geito autoritário que aqui utilizou, a recorrer crescentemente aos métodos administrativos e repressivos que só na **falta de razão** encontram o seu fundamento.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Mercê da abstenção do PS, o Governo, este governo do PPD e do CDS, conseguiu evitar a sua demissão. O PS assumiu, assim, a responsabilidade de deixar passar, não só um Governo extraparlamentar e extrapartidário, mas também um Governo abertamente de direita, directamente comprometido com os partidos da direita parlamentar. O PS assume assim a responsabilidade de deixar passar o Governo da minoria de direita, em contradição com a composição da Assembleia da República e com a realidade política do País.

Não podem agora restar dúvidas sobre a natureza do Governo. O voto do PPD confirma a sua completa identificação com o Governo. O golpe de teatro do fim-de-semana não passou de manobra de diversão, destinada quando muito a amarrar ainda mais apertadamente o Governo à sua política.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Apesar deste Governo subsistir, o debate do Programa mostra à evidência que ele não constitui solução para a crise governamental.

Desde logo, o Governo deu muito má nota de si mesmo. Com uma ou outra excepção, os ministros foram incapazes de responder às questões que lhes foram postas. Quando não optaram pelo silêncio, os ministros refugiaram-se em contradições, embrulharam-se nos problemas, e, muitas vezes, deram mesmo provas de desconhecimento total dos «dossiers», dos Departamentos que vão ocupar, enfim, dos problemas que vão ser chamados a resolver. Nem a artificial suficiência das intervenções do Primeiro-Ministro foi disfarce suficiente para a imagem negativa que o Governo deu de si mesmo. Este Governo acabará por soçobrar dentro da sua própria incapacidade.

Apoiado apenas pela minoria de direita, este Governo não tem condições para governar, para tomar, com um mínimo de suporte político, as medidas de que o País carece para vencer a crise, para obter da Assembleia da República os instrumentos necessários para dirigir a política geral do País.

Saindo, como sai, daqui sem apoio parlamentar maioritário, o Governo não poderá deixar de considerar que é um Governo diminuído e incapaz de suscitar o esforço nacional, que uma verdadeira política de recuperação económica reclama.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

O Governo «passa», mas a crise governamental permanece. Engana-se quem julga que com este Governo se solucionou a crise governamental.

Este Governo só adia essa crise e quanto mais durar, mais ela degenera e apodrece, tornando a sua solução cada vez mais difícil.

A discussão e a votação do Programa do Governo provou que um governo de direita, mesmo pretensamente independente, não está de acordo com a realidade política do País, expressa na Assembleia da República. É necessária uma alternativa democrática, um governo de democratas, constituído no quadro partidário e parlamentar. Mas se essa solução não for viável — e por nossa parte estamos dispostos a todos os esforços nesse sentido —, então, há que encarar a solução de novas eleições, de uma consulta popular. Não temos dúvida que, mais uma vez, a direita será batida, e que o Povo português se manifestará pelas conquistas de Abril e pela Constituição, propiciando até às eleições obrigatórias de 1980, a base política de apoio para um governo capaz de superar a crise, de defender e reforçar o regime democrático, de cumprir e realizar a Constituição.

Renovação e prática da democracia no Congresso dos Metalúrgicos

A estrutura do movimento sindical unitário não teme a renovação. A prova aí está mais uma vez, reconhecida até por quem gostaria de escondê-la, na realização do Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica. O alcance nacional dessa iniciativa, a sua importância para todos os trabalhadores foram destacados por todos os órgãos de comunicação social que não se demitem da sua função de informar. A vantagem de podermos analisar o que sobre a hora foi escrito sobre essa grande realização do movimento sindical unitário confirma sem uma falha que os 794 delegados, as 22 delegações estrangeiras e os cerca de 600 convidados nacionais, que nos três últimos dias da semana passada se reuniram no Seixal, renovaram uma certeza – a de que a força da unidade só tem a ganhar com o debate amplo e profundo de todas as questões que interessam aos trabalhadores e à sua participação cada vez mais activa na vida do país.

Em nome da CGTP-IN, José Ernesto Cartaxo, resumiu no seu discurso os progressos e as perspectivas que se abrem ao reforço da unidade e da democracia no Movimento Sindical

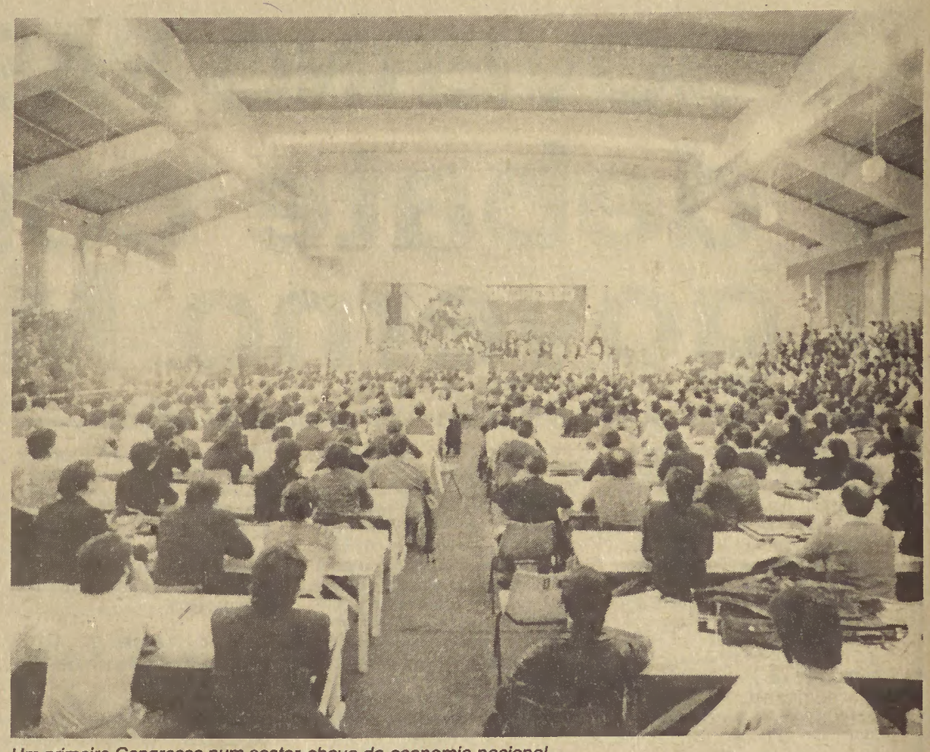
A importância deste Congresso, incluindo a sua preparação que durou alguns meses, está muito para além do que materialmente foi discutido e votado. Num momento político em que os arreganhos dos divisionistas fazem no campo sindical o jogo dos piores inimigos das conquistas da Abril, "nós temos de considerar cada vez mais atentamente que a organização sindical é uma tarefa constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante, competindo a todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais preocuparem-se com o desenvolvimento e o reforço a todos os níveis da estrutra sindical". Estas palavras de José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva e do Secretariado da CGTP-IN, ao intervir no Congresso, em nome da Central, servirão para cimentar ainda mais fortemente os alicerces da força indestrutível que presidiu à preparação e realização dessa grande iniciativa dos metalúrgicos e dos seus Sindicatos. Essas palavras reconhecem implicitamente uma prática que já existe. Mas apontam ao mesmo tempo para a intensificação de um grande esforço que se consubstancia no "aprofundamento da democracia sindical, no combate ao sectarismo, na procura constante de soluções, sempre de acordo com os interesses de classe dos trabalhadores. Dos locais de trabalho aos Sindicatos e à Federação, em toda a estrutura sindical, a democracia sindical e o trabalho colectivo devem aprofundar-se, sempre com o objectivo de reforçar mais e mais a participação dos trabalhadores no seu Movimento Sindical".

> "Os que de uma forma simplista acusam a nossa estrutura sindical de ser corporativa teriam certamente preferido que os trabalhadores caíssem na política de 'terra queimada' facilitando assim os intentos dos divisionistas. Mas a consciência de classe dos trabalhadores portugueses, a experiência adquirida na luta contra o fascismo asseguraram a modificação, a democratização e a reestruturação das estruturas já existentes, pondo-as de imediato, e até hoje, ao serviço dos seus interesses de classe, como aconteceu com a Federação dos Metalúrgicos. E desta afirmação não se deduza que os dirigentes sindicais não têm consciência dos problemas existentes, pois a necessidade de adaptar a estrutura herdada para responder às novas e importantes funções que a defesa dos interesses dos trabalhadores exigem sempre foi reconhecida e muito tem sido feito para o conseguir." *(Ernesto Cartaxo, em nome do Secretariado da CGTP-IN)*

Confiança inequívoca na Central unitária

Sem excluír ninguém, sem quaisquer discriminações de ordem política e partidária, num apelo constante a todos os trabalhadores independentemente das suas opções ideológicas seja em que campo for, a realização deste Congresso, a aprovação dos seus documentos de fundo, as moções que dele saíram, as saudações dos convidados estrangeiros, a solidariedade que o acompanhou têm um ponto comum e destacado muitas vezes: a confiança inequívoca na CGTP-IN, a Central unitária dos trabalhadores portugueses. Essa característica, muito bem sublinhada na prática diária do Movimento Sindical, implica no entanto a participação e o debate, que constituem, aliás, uma das razões por que é inequívoca essa confiança militante, sublinhada nomeadamente na resolução final do Congresso ao referir "o amplo trabalho de reestruturação sindical que decorre desde o Congresso de Todos os Sindicatos, de Janeiro de 1977, e que desenbocará na realização próxima da I Conferência Nacional de Organização Sindical promovida pela CGTP-Intersindical Nacional".

Pelo seu lado, a moção sobre a unidade reforça ainda mais essa confiança. Ao apelar para o reforço da estrutura sindical e para o aprofundamento da prática democrática, a moção "repudia todas as formas de divisionismo e todas as acções que visam provocar a cisão sindical para subordinarem os nossos interesses (os interesses dos trabalhadores) à vontade do patronato e da reacção". Ao apoiar "as actividades desenvolvidas pelos órgãos da Federação e dos Sindicatos no desmascaramento e combate das pretensões, projectos e processos dos divisionistas", a moção "manifesta a sua inabalável confiança no reforço da unidadè de todos os trabalhadores, do Movimento Sindical Unitário e da nossa Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional". O clima entusiástico dos trabalhos do Congresso sublinhou amiudadamente essa confiança inequívoca na força e no progresso da CGTP-IN.



Um primeiro Congresso num sector-chave da economia nacional

Um novo órgão

O Congresso, que elegeu os corpos gerentes da Federação, passou, de acordo com os novos Estatutos, a órgão máximo da Federação que integrará o subsector mineiro num processo de verticalização extensível a outros ramos de actividade similar. "Em consequência dos princípios enunciados nos Estatutos, a Federação continuará a fazer parte da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, como associação intermédia de coordenação da actividade sectorial". As direcções dos Sindicatos filiados que eram até agora, reunidas em plenário nacional, o órgão máximo da Federação, são substituídas nessas funções pelo Congresso. Esta substituição, em vários aspectos já regulamentada, vai ser motivo de um plenário. Entretanto, é de referir que a elevação do Congresso a órgão deliberativo máximo abre perspectivas mais amplas à participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade da Federação. A aprovação dos documentos essenciais completou-se com os novos Estatutos e o Programa de Acção.

Conferência dos Ferroviários

A Federação dos Sindicatos Ferroviários realiza, em 20 e 21 de Janeiro próximo, no Entroncamento, uma Conferência Nacional. Para ampla discussão, foi já distribuído um documento sobre a situação na CP e o controlo de gestão. O sindicato do Sul tem vindo, entretanto, a realizar sessões de esclarecimento em vários locais de Lisboa, Setúbal, Portimão, Estremoz, Beja, Évora e outras localidades. Essas sessões, que se estendem a outros pontos do país, destinam-se a "esclarecer os trabalhadores ferroviários no que diz respeito aos problemas mais prementes que neste momento os afectam". Entre eles: atrasos no pagamento de salários, normas provisórias, regulamento de dormitórios e fardamentos, saneamento económico-financeiro da CP.

As sessões destinam-se ainda a esclarecer os ferroviários sobre a sua Conferência Nacional e sobre a Conferência Nacional de Organização Sindical que está a ser preparada pela CGTP-IN.

Atentado à bomba

Ficaram destruídas as instalações da delegação de Felgueiras do Sindicato Têxtil, atacadas à bomba na madrugada da última terça-feira. Este atentado terrorista, que se segue a outros no último mês, está directamente ligado à ofensiva do patronato reaccionário da região, com relevo para o sector têxtil, que não tem hesitado em recorrer à agressão (mesmo a tiro contra um delegado sindical, como sucedeu recentemente), aos despedimentos, à violação dos direitos e liberdades sindicais para quebrar a unidade dos trabalhadores.

Disposto a continuar a viver à tripa forra, ostentando, pública e descaradamente, os rios de dinheiro que acumulou à custa da exploração, das traficâncias e das grandes negociatas, o patronato reaccionário da região "tenta aterrorizar os trabalhadores e destruir os elementos de prova dos seus actos ilegais recorrendo à bomba", afirma o Sindicato dos Têxteis do Porto num comunicado. Mas o povo e os trabalhadores de Felgueiras não se deixarão intimidar. Com unidade, firmeza e determinação prosseguem a luta pela melhoria das suas condições de vida, exigindo a descoberta e punição do autor ou autores do atentado e dos respectivos mandantes.

Às autoridades cumpre proceder às investigações que se impõem. Se assim suceder, brevemente o povo de Felgueiras saberá quem pôs e mandou pôr a bomba na madrugada de terça-feira.

602 delegados iniciam no sábado o Congresso Sindical da Hotelaria

O I Congresso dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo, considerado "uma grande jornada de organização, unidade e luta" durante a sua preparação, que mobilizou muitos milhares de trabalhadores, vai decorrer no Estoril durante o próximo fim-de-semana, com 602 delegados de todo o país.

Os sindicatos unidos na Federação pretendem com este congresso "reforçar a unidade e a democracia das estruturas sindicais através da mais ampla participação dos trabalhadores na discussão e decisão a todos os níveis da organização sindical".

Os delegados ao congresso, entre os quais se incluem os representantes da Madeira e dos Açores, foram eleitos em dezenas de plenários de zona e de delegados sindicais, bem como em centenas de plenários de empresa.

Decidido há cerca de seis meses pelos sindicatos federados em plenário nacional, o I Congresso da Hotelaria terá quatro sessões, divididas pelos dias 16 e 17 do corrente, no Pavilhão dos Congressos, no Estoril.

A ordem de trabalhos tem como pontos principais a discussão e votação dos estatutos, na generalidade e na especialidade, o mesmo sucedendo com os restantes documentos essenciais do congresso, incluindo o respectivo regulamento e o programa de acção. No domingo, último dia dos trabalhos, serão eleitos os corpos gerentes da federação.

A "mera coincidência"

Um acontecimento desta importância num sector com cerca de 20 mil empresas não poderia passar sem uma iniciativa provocatória da parte dos divisionistas. Por isso os amarelos de uma coisa que dá pelo nome notarial de "Sindhat" e que não esconde as suas atitudes de direita, alheias a todo e qualquer sindicalismo, marcaram, por "mera coincidência", aquilo que, segundo o "Diário de Notícias", será um "encontro nacional" dos "trabalhadores democráticos" e decorrerá, por "mera coincidência", nos mesmos dias em que se efectua o I Congresso dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo. O objectivo dos divisionistas do paralelo dos hoteleiros é conhecido e pouca atenção merece. Mas é necessário desmascarar sempre os métodos dos que pretendem passar por "democráticos" para melhor atacarem a democracia. Para os amarelos do "Sindhat" trata-se de reunir em Tróia, à custa do "tudo pago", umas tantas pessoas que os jornais de direita se apressarão a pôr em paralelo com o congresso na tentativa, de antemão falhada, de obscurecer pelo menos um pouco a importância e a legitimidade representativas de uma realização unitária e desenvolvida em unidade, que interessa directamente a 71 100 trabalhadores filiados nos sindicatos que compõem a Federação. Mas os trabalhadores da hotelaria e turismo estarão representados em massa no seu congresso, através dos 602 delegados que democraticamente elegeram para esse fim, em plenários abertos e sem excluir ninguém.

A comissão organizadora do Congresso promoveu centenas de reuniões para preparar essa grande iniciativa dos trabalhadores da hotelaria e turismo. Na imagem, a comissão numa das últimas reuniões de trabalho

Os jornalistas na luta comum

Com adesão maciça, os jornalistas fizeram uma paralisação de trabalho na última terça-feira. A luta comum pela contratação colectiva, contra o bloqueamento do patronato e do governo, que afecta gravemente centenas de milhares de trabalhadores, conta agora, em unidade, com a participação dos jornalistas da Imprensa, Rádio, TV e agências de notícias.

A primeira paragem de trabalho, num processo de luta progressiva, (se entretanto o patronato e o Governo não modificarem a sua posição) prolongou-se por uma hora nos jornais da manhã e da tarde, com participação praticamente total na Rádio e nos jornais mais importantes do país.

Com o apoio solidário de outros trabalhadores dos órgãos de comunicação, do Movimento Sindical e das forças democráticas, os jornalistas, o seu Sindicato e a Comissão Negociadora Sindical lutam por direitos conquistados que interessam a todos os trabalhadores. A sua tabela salarial data de há dois anos e já então ficou sujeita ao limite dos 15 por cento. Hoje, querem impor-lhes, entre outras contrapropostas inaceitáveis, um aumento insignificante de 7,5 por cento sobre os mínimos salariais do CTT em revisão.

A degradação das condições de vida dos jornalistas só pode interessar aos que atacam as liberdades e os direitos conquistados em 25 de Abril.

Socialistas e comunistas lutam na Jacinto

Continuam os manejos reaccionários para acabar com o resto das empresas intervencionadas. Desta vez, Governo e patrão atacam na Jacinto, empresa do Porto intervencionada desde 1975. Protestando contra "uma avaliação das actuais capacidades da empresa" para elaborar "uma proposta que conduza à desintervenção" (documento do ex-patrão enviado ao MIT), trabalhadores comunistas e socialistas da Jacinto subscreveram em conjunto um comunicado, recusando a "solução" que se anuncia e lembrando a todos os trabalhadores daquela unidade fabril do Porto o que sucede por exemplo na Real Vinícola, na Abel Alves de Figueiredo e em tantas outras empresas devolvidas aos patrões, que regressam com a repressão e os despedimentos.

O comunicado da Célula do PCP e de um grupo de militantes do PS, apelando ao reforço da unidade e da organização, exige que os trabalhadores sejam ouvidos acerca de tudo o que lhes diz respeito e nomeadamente à salvaguarda dos postos de trabalho, numa altura em que "os patrões vêem no governo Mota Pinto mais uma válvula de escape para conseguirem os seus objectivos".

Mulheres de Coimbra no 1.º Encontro Concelhio

Cerca de 250 mulheres participaram de forma viva e entusiástica no 1.º Encontro Concelhio de Mulheres de Coimbra, realizado no passado domingo.

O aumento constante e brutal do custo de vida a par do congelamento de salários, a insuficiência do Cabaz de Compras, o açambarcamento e a especulação feita pelos grandes intermediários foram os pontos centrais da discussão, conforme se assinala no comunicado final.

A repressão, os despedimentos e as discriminações sobre a mulher trabalhadora, a falta de cantinas, creches, os problemas dos reformados, o planeamento familiar, a deficiente assistência médica e numerosos problemas locais, foram vivamente debatidos nas cerca de três dezenas de intervenções, muitas delas colectivas como resultado das reuniões efectuadas em diferentes localidades do concelho na preparação do Encontro.

Com o intuito de ajudar e apoiar a luta das mulheres em cada local pela resolução dos problemas que a interessam e ainda com o objectivo de promover uma ampla campanha de informação, discussão e esclarecimento sobre o custo de vida, foi eleita uma comissão unitária constituída por vinte e quatro mulheres das mais diversas profissões e de diferentes localidades do concelho.

Durante o Encontro foram aprovadas moções pela divulgação do planeamento familiar, contra a lei Barreto, contra as violências na zona da Reforma Agrária e pelo diálogo com os trabalhadores e ainda contra o governo Mota Pinto.

No final realizou-se o sorteio de rifas destinadas a custear despesas do Encontro, cujo prémio foi um verdadeiro Cabaz de Compras.

Demonstrativo da cada vez maior participação da mulher na vida nacional, o Encontro na sua proclamação insiste, na necessidade de alargar ainda mais esta participação às mulheres independentemente do seu credo e opção política, que estejam dispostas a lutar contra o aumento do custo de vida, pela colaboração com as Comissões de Moradores e outras organizações populares, em defesa da liberdade, da democracia e da Constituição.

Lutas e Tarefas

● **Paralisações e outras lutas** — Contra o despedimento colectivo, a que nos referimos na semana passada, os trabalhadores da Standard Eléctrica paralisaram o trabalho com uma adesão superior a 80 por cento. Estão em jogo 830 postos de trabalho, que a multinacional americana ITT pretende fazer desaparecer. Continua a ser urgente a intervenção da Secretaria de Estado do Emprego para proibir esse despedimento ilegal e perfeitamente dispensável, pois se trata, como os trabalhadores já denunciaram, de uma "manobra claramente política". Na Electricidade da Madeira, depois de suspensa a paralisação, os trabalhadores aguardam a publicação da portaria que deve satisfazer as suas reivindicações. A Previdência e os SMS voltaram a paralisar. Em Barcelos, trabalhadores rurais de três quintas decidiram parar como forma de solidariedade com companheiros despedidos. Os jornalistas, conforme decisão tomada em assembleia geral, decidiram, por sua vez, efectuar uma paralisação, como forma de luta pelo CCT bloqueado pelo patronato. Entretanto, muitos milhares de trabalhadores movimentam-se nas empresas, em paralisações e outras formas de luta e de solidariedade, contra os despedimentos selectivos, a má gestão, a falta de apoio da banca, a repressão que chega até ao inquérito pidesco, como sucedeu há dias na Manuel L. Henriques, firma de Moscavide (Lisboa) onde o filho do patrão, com funções de gerente, mandou chamar trabalhadores para os interrogar sobre as suas simpatias partidárias, as suas opções de voto, se vão ou não recensear-se e se estão dispostos a agredir, de "faca ou tesoura" em punho, os dirigentes do sindicato, quando aparecerem na empresa. Não é a primeira vez que se registam manifestações inacreditáveis deste tipo, que merecem o repúdio de todos os trabalhadores. A repressão de certos patrões chega a extremos que exigem a intervenção das autoridades. Põem em prática processos que deixam de ser "justificáveis" por qualquer interesse de classe para serem, pura e simplesmente, crimes de delito comum contra os direitos individuais do cidadão.

● **Para salvar a Júdice Fialho** — "A Secretaria de Estado das Pescas e o Governo atacam a empresa Júdice Fialho e os interesses dos trabalhadores", afirma a Célula das Conserveiras de Peniche do PCP num comunicado, acrescentando que aqueles órgãos "tudo têm feito para que a administração não consiga pagar a tempo e horas" para "paralisar o funcionamento da empresa" intervencionada e "para dividir os trabalhadores e virá-los contra a administração". O objectivo daquela Secretaria de Estado, à frente da qual se encontra um antigo servidor do legionário-almirante Henrique Tenreiro, é "abrir as portas ao patrão, que ainda por cima deve querer dinheiro como é costume em casos destes" (desintervenções). "Mas é bom não esquecer — acrescenta o comunicado — o que foi e o que é a empresa hoje: quando da intervenção não estava automatizada e hoje está; em relação a 1973, produziu mais 88 por cento; exportava para oito países, hoje exporta 40". Num apelo ao fortalecimento da unidade, imprescindível para salvar os postos de trabalho, as operárias comunistas da Júdice Fialho querem preservar aquilo que é fruto do suor dos trabalhadores.

Conservas, um subsector das pescas duramente afectado pelos tenreiristas

Centros de Trabalho do Partido reforçam a organização e alargam a sua influência

Muitas vezes o esforço é anónimo ou apenas de âmbito local, outras vezes aparecem notícias já depois de concluídas as tarefas mais importantes da construção, outras ainda, sob forma de campanha, anunciam-se desde o início os primeiros passos e acompanham-se as diversas fases de crescimento da obra colectiva que são os Centros de Trabalho do Partido.

Pólos de atracção dos trabalhadores e dos democratas, centros de actividade dos comunistas, casas de esclarecimento onde as reuniões se sucedem analisando situações, definindo orientações e dirigindo as lutas que à liberdade, à democracia e à defesa das conquistas dos trabalhadores faz falta prosseguir, os Centros de Trabalho do Partido Comunista Português são cada vez mais numerosos.

Onde a organização do Partido é mais fraca, a abertura de um Centro de Trabalho vai criar as condições do seu reforço. Onde ela se alarga e fortalece vai criar a necessidade de novos centros ou de mais amplas instalações.

É assim que, um pouco por todo o país, se assiste à construção, às campanhas de fundos, às inaugurações, prova do dinamismo crescente e da capacidade de trabalho do PCP, empenhado em contribuir positivamente para que uma política democrática seja finalmente possível no nosso país, organizando e mobilizando os trabalhadores e as massas populares para que sejam elas a impor as condições de uma vida mais justa em Portugal.

Messines

De São Bartolomeu de Messines, onde os camaradas se encontram empenhados numa campanha de angariação de fundos para a aquisição de um novo Centro de Trabalho, a Comissão de Freguesia esclarece as razões dessa campanha.

São Bartolomeu de Messines, vila do concelho de Silves, onde o Partido tem vindo a aumentar consideravelmente o número dos seus militantes, teve de abandonar há pouco tempo o edifício cedido onde funcionava o CT.

A Comissão de Freguesia do PCP, depois de estudadas várias hipóteses, decidiu-se pela compra de uma casa que irá oferecer aos seus militantes e simpatizantes a possibilidade de continuar com mais força e entusiasmo e mobilização a acção do Partido através da sua organização local entre as massas trabalhadoras (predominantemente rurais e pequenos agricultores), na luta pela sua libertação, rumo ao socialismo.

A Comissão de Freguesia apela a todos os camaradas e amigos e em especial àqueles que de algum modo se sentem ligados a esta terra, o seu empenho e contributo. E assim Messines – que já conta com um Centro de Trabalho numa das localidades da freguesia, Poço do Gueino, e brevemente, esperamos, contará com mais – possa, seguindo o exemplo de tantos outros pelo país fora, contar com um novo Centro de Trabalho.

Para dar a nossa ajuda e pedir informações, pode contactar-se com a Comissão de Freguesia de Messines do PCP. Os telefones são 45230, 45215, 45273.

Marinha Grande

Para o desenvolvimento cada vez maior do nosso Partido, para a preparação de novos quadros – afirma um folheto editado pela organização da Marinha Grande do PCP – **é importante que se criem condições para o funcionamento das nossas numerosas organizações, para o funcionamento regular de escolas de quadros, reuniões, sessões de esclarecimento, debates, aparelho técnico,etc.**

Se já no passado, nas rigorosas condições de clandestinidade, fizemos do nosso Partido a maior organização política do nosso País, nas condições criadas pelo Portugal de Abril e tendo em conta a complexidade das variadas tarefas que se nos colocam e que derivam da crescente grandeza da nossa organização, impõe-se criar estruturas técnicas que possam responder a essa mesma grandeza e complexidade.

Cada comunista, militante ou simpatizante, deve considerar a construção do novo Centro de Trabalho como uma tarefa do dia-a-dia.

E, mais adiante, diz o documento:

Daqui fazemos um apelo ao espírito de sacrifício e boa vontade de todos os militantes e simpatizantes para desenvolverem as mais variadas iniciativas, para angariar fundos e materiais e colaborar na mão-de-obra, sem o que seria impossível levar por diante um tão importante empreendimento.

Nas localidades, nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, devem formar-se grupos de apoio a esta iniciativa.

Na sequência das comissões anteriores, que tiveram a seu cargo a compra do actual Centro de Trabalho, está formada uma comissão que promoverá a coordenação das acções que materializarão a obra.

Barreiro

Uma campanha de 1 500 contos, já aberta no Barreiro para a construção do novo Centro, anuncia uma iniciativa: o Grupo dos 500 amigos. Do que consta? A esta pergunta responde o texto que transcrevemos:

As campanhas realizadas pelo PCP são, de uma maneira geral, revestidas por formas de criatividade que, para além de despertarem o interesse e, por isso mesmo, a adesão das mais variadas camadas, são ao mesmo tempo formas de mobilização para que se atinjam os objectivos concretos.

Também na Campanha dos 1 500 contos para a construção do novo Centro de Trabalho do Barreiro, correspondendo ao apelo de camaradas e amigos do Partido, se pensou levar à prática a formação de um grupo de 500 amigos do Partido que subscrevam uma oferta de mil escudos cada.

A estes amigos será oferecido um emblema da Campanha criado para o efeito e, por isso mesmo, de tiragem limitada.

Múltiplas iniciativas na preparação do Encontro sobre desporto

Realiza-se a 3 e 4 de Março de 1979 o Encontro Nacional sobre cultura física e desporto, organizado pelo PCP. Até lá, o trabalho preparatório, que se desenrola por duas fases, será preenchido por múltiplas iniciativas – reuniões, debates, passagens de filmes, torneios, etc. Pretende-se com esta informação dar notícia desse trabalho, de forma a permitir uma troca de experiências entre as organizações – lê-se no texto introdutório do órgão informativo do Encontro, no seu primeiro número, que está a ser amplamente divulgado em todas as organizações do Partido, em particular junto dos camaradas e amigos integrados na actividade preparatória da iniciativa. Neste seu primeiro número, "Informação" refere-se à documentação distribuída na reunião nacional de 4 de Novembro, às actividades da Comissão Executiva e dos grupos de trabalho centrais e das organizações regionais.

Em relação aos debates preparatórios do Encontro, sublinha-se em particular a necessidade de trazer ao trabalho **praticantes e técnicos desportivos, professores de Educação Física e outros, jovens trabalhadores e estudantes, activistas de colectividades, associações e federações, activistas das organizações de Pioneiros, eleitos das autarquias e activistas do movimento sindical, comissões de trabalhadores e de moradores.**

Entretanto, o calendário de iniciativas programadas a nível central está assim estabelecido: **até 15 de Dezembro** (amanhã) devem ser enviadas as comunicações dos grupos de trabalho centrais; entretanto, acentua-se não se tratar de uma data limitativa para aquele fim, pois podem e devem continuar a enviar-se críticas e propostas de alteração aos textos já distribuídos às organizações regionais; **15 a 31 de Dezembro** é considerado o período para a Comissão de Redacção elaborar, a partir das contribuições dos grupos de trabalho e das organizações regionais, o projecto de texto global do Encontro; **em 6 de Janeiro** será realizada a segunda reunião da Comissão Organizadora Nacional, dando-se também início à segunda fase dos trabalhos preparatórios.

Um exemplo

Numa análise geral à actividade preparatória do Encontro neste momento, deve salientar-se as múltiplas iniciativas que têm vindo a decorrer em praticamente todas as regiões do país, promovidas pelas organizações, grupos de trabalho e comissões de apoio e dinamização, em muitos casos integradas por simpatizantes do Partido e por pessoas de outras tendências democráticas. Em Évora, Portimão e Setúbal efectuaram-se recentemente reuniões com camaradas, respectivamente dos concelhos de Évora e Beja, de Faro e Portimão e de Setúbal, Almada e Seixal.

Em Lisboa, a Comissão Distrital tem reunido com as comissões de dinamização das organizações e sectores laborais. Os organismos de Vila Franca, Loures e dos Sectores Intelectual e Público têm-se particularmente activos. Este último, por exemplo, vai organizar em Janeiro um grande torneio de futebol de salão, dividido em cinco jornadas.

Um excelente exemplo da viva participação no trabalho preparatório do Encontro, a ser seguido por outras organizações, é-nos dado pela célula da "Sterling Farmacêutica Portuguesa", que já debateu os temas do Encontro em diversas reuniões, tendo ainda elaborado 8 textos e sugerido a feitura de outros.

A juventude também está presente na preparação da iniciativa. O grupo de trabalho da UJC de Lisboa e Setúbal, por

exemplo, tem marcadas para breve diversas iniciativas. Aqui ficam algumas: **no domingo** – torneio de xadrez e de damas no Seixal; manhã desportiva com crianças, seguida de almoço e provas de atletismo, convívio e um debate sobre o Encontro, também no Seixal; **no dia 13 de Janeiro** – colóquio sobre desporto e juventude no Bairro Areias (Montijo); e terminam as inscrições para o torneio de futebol de 5, a realizar no Montijo. Entretanto, estão a decorrer as inscrições para um torneio de damas que decorrerá na Gâmbia, em Setúbal. No próximo domingo realiza-se em Setúbal uma reunião distrital.

Delegação do PCP na Bulgária

SÓFIA – Termina no sábado a Conferência Teórica Internacional, promovida em conjunto pelo PC Búlgaro e pela revista «Problemas da Paz e do Socialismo», e na qual se debate o tema "Construção do Socialismo e do Comunismo e o Desenvolvimento Mundial".

Esta Conferência reuniu em Sófia, desde terça-feira passada, 59 delegações de partidos comunistas, operários, democráticos e revolucionários de todo o mundo e entre os quais se conta a delegação do PCP, chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, que ontem teve oportunidade de apresentar a sua intervenção ao plenário da Conferência. Da delegação portuguesa faz também parte o camarada Aboim Inglês, membro do CC do PCP.

Ao falar ao "Avante!" da importância da Conferência e da sua temática, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou que o socialismo tal como existe tem uma influência determinante na evolução social, seja pela sua solidariedade activa para com os trabalhadores e os povos em luta, seja ainda pela força do seu exemplo como factor da confiança dos trabalhadores e dos povos ainda oprimidos pelo capitalismo no seu próprio futuro.

Assinalou também o Secretário-Geral do PCP que a Conferência será uma contribuição positiva para a unidade do Movimento Comunista Internacional e de todas as forças anti-imperialistas.

Os trabalhos da Conferência decorrem em Boiana, no sopé da montanha Vitusha, agora coberta de neve, nos arredores de Sófia, onde se ergue uma residência oficial destinada a este tipo de encontros internacionais. (*Telex especial para o "Avante!"*)

Campanha da UJC ultrapassa os mil contos!

Mais de mil contos! Precisamente 1 160 014$20 é o total registado pelo 5.º controlo nacional da Campanha dos 1500 contos que a UJC promove em todo o País.

Para a meta fixada faltam apenas — mas faltam ainda — mais 339 985$80.

Em pouco mais de dois meses, como refere um documento distribuído pela União da Juventude Comunista, **a energia e a imaginação dedicada pelas organizações e militantes da UJC no cumprimento desta exaltante iniciativa levam a que mais de mil contos tivessem sido recolhidos, o que equivale a 75 por cento da meta.** E isto **perante uma situação de ofensiva das forças reaccionárias e de agravamento das condições de vida dos jovens trabalhadores.**

Na distribuição das entregas por regiões registou-se:

Norte – 10 000$00 – 107%; Beiras – 21 872$50 – 99%; O. e Ribatejo – 8 800$00 – 94%; Lisboa – 102 696$50 – 92%; Setúbal – 42 956$00 – 71% Alentejo – 20 000$00 – 73%; Algarve – 3025$00 – 112%; Ilhas – 110%.

Verificamos assim que 3 regiões ultrapassaram as suas metas com os resultados obtidos neste controlo e que mais 3 se encontram a distâncias mínimas de a cumprirem.

As iniciativas previstas

Hoje, dia 14, sessão de cinema em Mora.

Dia 16, comício em Aviz e sessão de esclarecimento na Cooperativa de Habitação do Bairro da Bela Flor, sobre desemprego juvenil. A sessão começa às 21 horas com passagem de filme.

Dia 20, sessão de cinema em Foros de Vale Figueira.

Dia 22, dois festivais da canção juvenil: um em Ovar às 21 horas, na Escola Secundária e outro na Marinha Grande, no Teatro Stephens.

Dia 28, sessão de cinema em Vendas Novas.

Mais iniciativas, sem data ainda definida, estão previstas para Montargil, Campo Maior, Marinha Grande e outras localidades.

Joaquim Gomes participou num convívio em Vale Cavalos

Em Vale Cavalos, por iniciativa da Comissão de Freguesia local do PCP, realizou-se no passado dia 10 um almoço-convívio que congregou, nas instalações da UCP "15 de Outubro", mais de 160 pessoas, militantes e simpatizantes do Partido, contando com a participação do camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Foram lidas saudações da Comissão Concelhia da Chamusca das Mulheres Comunistas, da Comissão de Freguesia e também a de um camarada cujas tarefas sindicais impediram de comparecer ao convívio.

O camarada Joaquim Gomes interveio depois, saudando em nome do Comité Central todos os presentes e em especial aqueles que tornaram possível o convívio que ali os reunira. O dirigente comunista procedeu à análise da situação política actual, comentando a possibilidade de o Governo Mota Pinto vir a passar na Assembleia da República e referindo-se às posições dos diferentes partidos ali representados.

Joaquim Gomes desmistificou as afirmações daqueles que, ao proporem a abstenção a explicam pelo facto de não serem aconselháveis eleições antecipadas, e esclareceu a esse respeito a posição do PCP.

Os perigos para a democracia que representaria a manutenção de um Governo como o de Mota Pinto à frente dos destinos do país também foram sublinhados pelo camarada, que se referiu aos diversos aspectos do Programa do Governo, contrários aos interesses dos trabalhadores e dos democratas.

As manobras da direita dividida e o desespero da reacção, por um lado, e a cada vez maior consciencialização dos trabalhadores e a sua unidade, demonstrando a sua força nas grandiosas manifestações realizadas em todo o país, foram também objecto da intervenção do camarada Joaquim Gomes que, finalmente, recordou a vitória da APU em Évora, como um voto a favor da Reforma Agrária à qual já foram roubados mais de 88 mil hectares.

No final da intervenção registaram-se muitas perguntas às quais o camarada respondeu, terminando o convívio já noite dentro.

Actividades do Partido

● **Festa de Natal em Penacova** – Apesar das tentativas de sabotagem de alguns elementos reaccionários, procurando impedir que crianças e adultos participassem na Festa de Natal que a Comissão Concelhia do Partido Comunista Português promoveu no passado dia 9, mais de 200 crianças e outros tantos adultos – a maioria dos quais não eram membros do PCP –, reuniram-se na Casa do Povo de Penacova, numa festa calorosa a que também o Presidente da Câmara, membro do PS, quis assitir.

Por outro lado, em **Mira**, na tarde desse mesmo dia, na Casa dos Pescadores, cerca de 100 pessoas reuniram-se num convívio também promovido pelo Partido. À noite o convívio chegou-se à praia, levando música de Teresa Cruz e do conjunto "Os Galés", numa alegria em que participaram muitos pescadores entre as 150 pessoas que assistiram.

Em **Lares**, Figueira da Foz, 350 pessoas encheram literalmente a sala do clube recreativo local, em grande entusiasmo. A música de "Os Galés" e uma intervenção política de um camarada da Comissão Distrital do Partido constituiram no essencial o programa da sessão.

Agenda

Dia 15, Sexta-feira

Lisboa, às 21 e 30, no Centro de Trabalho de S. Bernardo, sessão promovida para os professores primários, com a participação do camarada **Carlos Costa**, da Comissão Política do Comité Central. ● **Alcabideche**, às 21 horas, sessão de esclarecimento no Montepio, com o camarada Aurélio Santos, do Comité Central. ● **St.ª Iria de Azóia**, às 21 horas, na Sociedade Recreativa 1.º de Agosto, comício com o camarada **Jorge Araújo**, do Secretariado do Comité Central. ● **Vila Real de St.º António**, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, reunião geral de militantes e simpatizantes, com a participação do camarada Ilídio Esteves, do Comité Central.

Dia 16, Sábado

Albufeira, às 21 horas, no Centro de Trabalho, reunião geral de militantes e simpatizantes com intervenção do camarada Carlos Durão, membro suplente do Comité Central. ● **Figueira da Foz**, à noite, no Centro de Trabalho, actuação do Grupo de Canções Regionais do Ateneu de Coimbra. ● **Grândola**, às 15 e 30, no Bairro de Isaías, sessão de esclarecimento em apoio da Reforma Agrária, com a presença do camarada Vítor Louro, deputado à AR.

Baixa da Banheira

Em sessão de esclarecimento do PCP Dias Lourenço fala a 800 pessoas sobre actual momento político

O Ginásio da Baixa da Banheira encheu-se literalmente numa sessão de esclarecimento organizada pela Comissão de Freguesia local do PCP em que participou Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central e Director do «Avante!».

Também na mesa se encontrava a camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central e da DORS, Luís Guerreiro da Comissão Concelhia, José Vieveiro, da Comissão de Freguesia e dois jovens representantes da UJC e da UEC.

Mais de 800 pessoas presentes e uma grande participação da assistência emprestaram à sessão do PCP notável vivacidade.

Abriu os trabalhos o camarada José Picada, da Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira, que chamou a atenção para os problemas dos trabalhadores e da população da freguesia, actualmente com mais de vinte mil habitantes, pondo especial acento nas tarefas do recenseamento eleitoral e na recolha de assinaturas de apoio à Reforma Agrária e de protesto contra as violências do MAP. No intervalo praticamente todos os assistentes subscreveram os dois abaixo-assinados com aqueles objectivos.

Na sua intervencção inicial, Dias Lourenço expôs o quadro da situação actual: a formação do Governo Mota Pinto, a natureza de direita da personalidade do Primeiro-Ministro e da composição política do Governo empossado, o carácter de classe do «programa», tendente à reconstituição dos monopólios, dos latifúndios e das posições dominantes do capital estrangeiro em Portugal, o enfeudamento da nossa política externa aos objectivos agressivos da OTAN, o cerceamento dos direitos sindicais dos trabalhadores, medidas tendentes à redução do poder de compra dos salários, ao aumento do desemprego, o condicionamento do nosso desenvolvimento económico às exigências do FMI e de uma integração de Portugal na CEE que mais agravaria a nossa dependência económica relativamente às grandes multinacionais.

Estes pontos justificam a decisão do CC do PCP de apresentar uma moção de rejeição do programa do Governo Mota Pinto, cuja demissão é um imperativo patriótico dos que receberam do povo português um mandato de defesa da democracia e das conquistas do 25 de Abril.

Dias Lourenço referiu depois as posições dos partidos da direita com assento na Assembleia da República e as indecisões e ambiguidades do PS, cuja atitude será decisiva para a passagem ou não do Governo de Mota Pinto.

Aliás, as posições do PS seriam objecto de numerosas questões colocadas pela assistência, em muitos casos acompanhadas por expressivos comentários à política seguida pelos dirigentes do PS.

A Reforma Agrária e as eleições das eleições de Évora foram largamente abordadas, assim como a estratégia das forças da direita que têm recebido um apoio insólito de grupos e partidos pseudo-revolucionários, como ficou demonstrado nas eleições de Évora através das posições da UDP.

Ao encerrar a sessão, Dias Lourenço abordou o problema da correlação de forças no movimento actual salientando que as farroncas da extrema-direita e dos grupos fascistas e pró-fascistas não correspondem a uma força real da direita e dos inimigos da Revolução de Abril. A direita tem podido avançar, não porque tenha alargado a sua base social de apoio e a sua influência política no povo português, mas pelas cedências e entregas de posições no aparelho de Estado e na direcção da economia, cedências e entregas cuja responsabilidade principal cabe ao PS.

São porém as forças democráticas, o movimento operário e popular, as que preponderam na correlação de forças. As derrotas do divisionismo sindical, as potentes manifestações de massas em defesa da Reforma Agrária e contra o aumento do custo de vida, juntamente com a iniciativa política do PCP e doutras forças patrióticas e democráticas são factores determinantes da evolução política do país no momento actual.

O diálogo entre a mesa e a assistência foi a nota mais saliente desta sessão de esclarecimento do PCP na Baixa da Banheira.

Pioneiros realizaram festa de Natal

Realizou-se no passado domingo, na Baixa da Banheira, a festa de Natal do núcleo do concelho da Moita dos Pioneiros de Portugal, na qual participaram mais de 400 crianças e cerca de 200 adultos.

O programa, vivido alegremente pelas crianças presentes, incluiu poemas, canções, teatro, palhaços e cinema de animação.

No início da festa um pioneiro saudou as crianças, lembrando que o ano de 1979 vai ser o Ano Internacional da Criança.

Plenário de Monitores

Cerca de uma centena de quadros, monitores de pioneiros, reuniram-se no sábado passado no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, num plenário nacional que permitiu uma ampla troca de experiências de trabalho.

A reunião discutiu ainda a participação dos Pioneiros de Portugal nas iniciativas integradas no Ano Internacional da Criança – 1979.

Festa de Fim de Ano

No Pavilhão da Académica da Amadora, a Festa do Fim do Ano vai começar às 21.30 horas do último dia de 1978.

Baile, Canto Livre, uma intervenção política, eis já o que se pode revelar do animado programa que vai saudar o novo ano que aí não tarda. Os bilhetes para a Festa já estão à venda nos Centros de Trabalho de Lisboa e arredores.

Reunião sobre o trabalho unitário de mulheres

Com a presença de 150 camaradas realizou-se no sábado, dia 9, no Centro de Trabalho Vitória, a 3.ª reunião plenária de quadros para o trabalho unitário de mulheres do distrito de Lisboa, na qual estiveram representados todos os concelhos e sectores. Constituiam a Mesa de Trabalho os membros da Comissão Coordenadora Distrital, camaradas da DORL e do CC.

A Ordem de Trabalhos constou de análise, balanço e discussão do trabalho de direcção e organização ao nível de massas e acções a desenvolver, nomeadamente quanto ao recenseamento, a defesa da Reforma Agrária, a luta contra o aumento do custo de vida e a falta de géneros. Discutiu-se também o Ano Internacional da Criança. Abordagem especial teve a discussão sobre a actual situação política e o Governo reaccionário de Mota Pinto.

Registou-se grande número de intervenções, tendo-se concluído que se alarga o número de mulheres organizadas na defesa dos seus interesses específicos, a qual passa pela defesa das conquistas de Abril.

APU
ALIANÇA POVO UNIDO
FANHÕES
POVO UNIDO
O POVO UNIDO FARÁ O PROGRESSO DA NOSSA FREGUESIA
VOTA

Eleições em Fanhões

O povo de Fanhões vai eleger no domingo, dia 17, uma nova Assembleia de Freguesia.

Após uma experiência de quase dois anos de gestão autárquica em que a força mais votada, a APU, teve a sua acção condicionada pelo boicote sistemático dos eleitos do PS e PPD, a população tem agora nas suas mãos a possibilidade de reforçar a composição democrática dos seus órgãos autárquicos, dando aos candidatos da «Povo Unido» a maioria que lhe faltou para poder concretizar os legítimos anseios populares.

Não votar, por descrença consequente da anterior gestão condicionada pelo PS e PPD, seria deixar nas mãos da reacção os interesses da freguesia.

Só votando em massa na lista da APU o povo de Fanhões estará a defender o progresso, a liberdade, a democracia.

A «verdade» e «democracia» do PPD

O jornal do PPD/PSD – "Povo Livre" – publicou a semana passada a lista dos candidatos daquele partido à Assembleia de Freguesia de Fanhões, bem como o seu manifesto eleitoral e um comunicado à população.

Estes documentos, que a meio da semana passada ainda não haviam sido distribuídos na freguesia de Fanhões, afirmam que os candidatos do PSD irão "levar à prática uma política de verdade, honestidade, clareza, sacrifício e competência, ao serviço da população".

Como a experiência se tem encarregado de demonstrar, esta propaganda do PPD, com o seu cunho de linguagem de esquerda, mais não serve do que para mascarar a sua actuação prática, de direita, que nada fica a dever à "verdade", "clareza", e ao mais que propalam. As contradições entre o que afirmam e o que fazem são tão grandes que, sem darem por isso, se traem na própria propaganda.

É curioso, por exemplo, analisar o comunicado do PPD à população de Fanhões, onde nomeadamente se afirma que "a ausência dos representantes do PS fez cessar a desejável e salutar democraticidade da sua composição (da Assembleia de Freguesia), permitindo à FEPU o seu domínio completo".

Basta um olhar para o quadro dos resultados eleitorais de 1976 na Freguesia – que o "Povo Livre" publica – para se perceber o conceito de "verdade" das hostes do PPD. Sem os três elementos eleitos pelo PS, aquele órgão autárquico ficou composto por **três da APU** (ex-FEPU), **dois do PSD e 1 dos GDUPs.**

Onde então o "domínio completo" a que o PPD se refere?

Mas a política de lançar "poeira nos olhos" dos eleitores não fica por aqui. Tal como em Évora, durante a recente campanha eleitoral, também em Fanhões o PPD recorre à táctica de invocar "práticas antidemocráticas" de alguns membros do "Povo Unido", sem no entanto nada concretizar.

Para quem, na Madeira e nos Açores, pretende legitimar as interdições profissionais aos comunistas e democratas em geral, esta propaganda eleitoral assume quase o aspecto de um certificado de ignorância a todos os eleitores... Ou pensará o PPD que as notícias da sua "democrática" gestão das ilhas não chegam até Fanhões?

Desenvolvendo todos os esforços para se apresentar ao eleitorado "limpo" de quaisquer responsabilidades na gestão autárquica, o PPD aparece em Fanhões a defender a realização de uma série de problemas concretos da população (por "acaso" tirados quase a papel químico do programa da APU, a primeira força política a apresentar-se ao eleitorado), ao mesmo tempo que afirma que "partidos e organizações com atitudes destruidoras e indefinidas não servem o País nem os cidadãos".

O que os candidatos do "chefe" se esquecem de dizer é que durante quase dois anos os seus representantes em Fanhões nada mais fizeram do que impedir a política do "Povo Unido", virada para a defesa dos interesses da população, aliando-se para isso aos eleitos do PS, numa maioria de direita que escolheu o boicote à APU como principal objectivo de "gestão".

Esta frente anti-APU parece, aliás, continuar a constituir o objectivo a alcançar nestas eleições. Com efeito, a população de Fanhões não pode deixar de se interrogar por que razão, por exemplo, a lista de candidatos do PS integra tão grande número de reconhecidos simpatizantes do PPD, ou por que razão, a meio da campanha (dia 6), o PPD tinha limitado a sua propaganda à colocação de um painel à entrada de Fanhões.

Seja qual for a manobra que se prepara (em Évora era a aliança PS/PPD/CDS), a tónica do anticomunismo primário foi lançada – nas duas sessões que o PPD fez na freguesia no último fim-de-semana, afirmou-se que "votar nos comunistas é votar no suicídio da freguesia".

Os progressos que, apesar de todo o boicote, os eleitos do "Povo Unido" conseguiram levar à Freguesia, são irrelevantes para o PPD. Mas não o serão, certamente, para as populações.

O voto das mulheres é indispensável na defesa da democracia

Na freguesia de Fanhões, como de resto sucede à escala nacional, as mulheres representam cerca de metade da população – o que, em termos de eleitorado, constitui um dado decisivo nos resultados de qualquer acto eleitoral.

Durante o fascismo, e não evidentemente por acaso, o direito de voto das mulheres era extremamente condicionado. Embora representando mais de metade da população, as mulheres estiveram durante dezenas de anos praticamente afastadas da vida política do País.

Conquistado o direito de «serem ouvidas», após o 25 de Abril, as mulheres portuguesas têm vindo a mostrar, em sucessivas votações, uma crescente consciência de quais as forças políticas que de facto defendem os interesses nacionais, que são os seus. No entanto, em certos locais, as intrigas partidárias que levaram à paralisação dos órgãos autárquicos provocaram uma certa desilusão.

O desencanto, normal para quem depositou tantas esperanças num futuro melhor, serve sempre à direita para procurar colher frutos. Aproveitando o descontentamento popular para afirmar que «está tudo cada vez pior», mas «esquecendo-se» de dizer desde quando é que está pior – o nível de **vida melhorou depois de** Abril de 74 e piorou, muito, depois de Dezembro de 1975 –, as forças de direita, e designadamente **o PPD e o CDS, desenvolvem** todos os esforços para se apresentarem como os «salvadores» da Nação.

Mas afinal, quem são os responsáveis pela degradação das condições de vida?

Em Fanhões, concretamente, de **quem é a culpa por não se ter feito** mais pelo progresso da freguesia? Será da Junta ou da Câmara Municipal de Loures? Ou dos sucessivos governos, a partir de 1976, recheados de gente do PPD, CDS e PS?

Estas as perguntas que as mulheres da freguesia de Fanhões deverão fazer a si próprias, antes de fazerem a sua opção face às novas eleições para a Assembleia **de Freguesia.**

Nas primeiras eleições para a autarquia, em 1976, o «Povo Unido» ganhou, mas não ficou em maioria. O que sucedeu depois foi que os eleitos do PS e do PDD se entenderam, não para resolver os problemas do povo de Fanhões, mas para impedir que a APU os resolvesse.

Também a nível governamental, como recordam as mulheres da APU do concelho de Loures, em comunicado, o PPD, CDS e PS se entenderam para tomar medidas que provocaram o aumento do custo de vida, o congelamento dos salários dos trabalhadores, o aumento dos juros do crédito aos pequenos e médios industriais e comerciantes.

E as únicas vozes que condenaram de facto tal política foram as dos comunistas e dos seus aliados mais conseguentes, os mesmos que agora na APU concorrem às eleições para a Assembleia de Freguesia de Fanhões.

As mulheres de Fanhões, como todo o povo da freguesia, puderam verificar isso mesmo durante os últimos quatro anos, nomeadamente durante a intensa actividade desenvolvida na Junta, nas colectividades, nos bombeiros, nas comissões de moradores.

Decerto que ainda muito falta fazer. Do voto de domingo, concretamente do voto das mulheres, dependem a construção de creches, jardins de infância, parques infantis, estradas, lavadouros e tudo o mais que a freguesia precisa.

Votar na APU é votar no futuro, é votar naqueles que já deram provas da sua dedicação à luta pelos interesses da população.

Não votar, ou votar no PPD, **é contribuir para o regresso ao passado de opressão e miséria que as mulheres tão bem conhecem.**

Mulher, vota em quem defende os teus interesses. Defende o futuro dos teus filhos.

Vota na APU.

Recenseamento eleitoral: a quem não interessa?

Quando praticamente já decorreram duas semanas sobre o início oficial do novo recenseamento eleitoral, (obrigatório para todos os cidadãos residentes no continente e ilhas) começa a tomar-se claro que, independentemente do que publicamente se afirma, certas forças políticas estão muito pouco interessadas na sua realização.

A par deste facto concreto, que muitos exemplos fundamentam, a campanha do recenseamento está também a contribuir para clarificar os métodos "democráticos" de que se reclamam por exemplo o PPD e o CDS.

Tomando por exemplo o distrito de Lisboa, que como se sabe engloba freguesias com características absolutamente distintas, verifica-se que a tónica geral é de dificultar o recenseamento, quer porque os partidos (PS, PPD e CDS) não nomearam delegados e sobretudo colaboradores em número suficiente para ajudarem a população, quer porque foram recusadas as propostas dos delegados do PCP para a abertura de um maior número de postos de recenseamento. Na cidade de Lisboa, onde o número de cidadãos e recencear deve rondar (num cálculo aproximado), os setecentos mil, constata-se que em 28 freguesias existe apenas um posto de recenseamento; nalgumas das restantes freguesias, só a denúncia pública de situações semelhantes, realizada pelo PCP, APU ou outras forças de esquerda, permitiu a abertura de mais postos.

Para além desta situação de escassez de postos, verifica-se ainda a falta de democraticidade e de mero cumprimento da lei no funcionamento de comissões como a da freguesia da Madalena (CDS), onde os delegados do PCP não foram convocados. Nas freguesias da cidade dominadas pelo CDS nota-se ainda a existência de "guerras" entre os representantes daquele partido e os do PPD, devido ao facto dos delegados deste último terem centrado aí as suas atenções, possivelmente na mira de possível conquista de posições.

No concelho de Vila Franca de Xira, por seu turno, o PPD e o CDS – quem sabe se pouco interessados no recenseamento de um eleitorado tradicionalmente de esquerda – não nomearam delegados seus para diversas freguesias, o que obviamente constitui uma sobrecarga para os representantes dos outros partidos.

De salientar igualmente a lamentável actuação do PS na freguesia de Vila Franca (a única onde têm a maioria), recusando a abertura de mais postos e insistindo no funcionamento apenas de três, todos eles localizados na vila e próximos uns dos outros, o que obriga a população a ter de se deslocar, por vezes de uma distância superior a um quilómetro.

A situação na freguesia da Amadora (de presidência PS) é idêntica. Não obstante a grande concentração populacional da freguesia, os representantes do PS, PPD, CDS e UDP recusaram a proposta do representante comunista para a abertura de 36 postos e decidiram a formação de apenas 18, o que já se provou ser manifestamente insuficiente.

Nos concelhos rurais do distrito a situação apresenta ainda casos mais graves. Assim, enquanto no Cadaval, já depois da abertura oficial do recenseamento, as comissões recenseadoras ainda não tinham reunido, e as que começaram a trabalhar fazem-no com horários impraticáveis, tais como na freguesia da Vermelha, na Lourinhã ocorrem casos bizarros como a ameaça de "cortar comunistas ao meio", nomeadamente na freguesia da Sta. Bárbara, de presidência PPD.

No concelho de Mafra a situação não era melhor. Assim, no dia 5 (o recenseamento começou a 4, oficialmente) as comissões recenseadoras ainda não tinham funcionado em três freguesias, não tendo sequer reunido em St.º Estevão das Galés e na Carvoeira.

Na freguesia de Sto. Isidoro, no mesmo concelho, o panorama conseguia atingir o expoente máximo das manifestações presidencialistas dos eleitos do PPD. Sucedeu, pura e simplesmente, que o presidente da referida Junta (PPD) "decidiu", por sua alta recriação, que aí o recenseamento só começava no dia 17 de Dezembro! Isto no que toca ao funcionamento do posto na sede da Junta, que só funcionaria às 6.ª feiras! Nos eventuais postos a abrir na freguesia o recenseamento devia começar, segundo decisão do presidente, no dia 22 de Dezembro, para funcionar aos domingos!!!

Estes exemplos – recolhidos num só distrito – exprimem certamente algo mais que simples casos pontuais.

Para além de todas as infracções legais que lhes estão associadas, os exemplos referidos têm o peso de um verdadeiro boicote à tarefa do recenseamento. Bem pode o PPD clamar nos seus comícios e nos seus jornais que está empenhado na realização de um real recenseamento, que a prática aí está a provar exactamente o contrário.

Denunciar todas as ilegalidades cometidas, todos os boicotes, é um dever de quantos lutam pela consolidação das estruturas democráticas. Só à direita é que elas não interessam.

Por que se agrava a situação dos agricultores?

Para os agricultores aumenta tudo, sendo já um facto indesmentível que a situação económica dos agricultores se torna de dia para dia mais insuportável.

Mas afinal quem são os responsáveis?

Esta a questão que a APU coloca aos pequenos agricultores de Fanhões, num comunicado em que se denunciam as «explicações» dos que pretendem dar a culpa de tudo ao «25 de Abril», aos partidos, à democracia, tal como o PPD e o CDS.

Após recordar que aumentam os adubos, as sementes, as forragens, as rações, os pesticidas, o aluguer das máquinas, o gásoleo, etc., e que, não obstante os preços dos produtos agrícolas se manterem baixos, os consumidores pagam esses mesmos produtos cada vez mais caros, o comunicado da APU faz notar que as medidas que têm prejudicado os agricultores foram tomadas por ministros do PPD/PSD e do CDS, ou por gente muito próxima desses partidos.

Os factos que a APU aponta falam por si:

O ministro do Comércio Interno do VI Governo Provisório foi Magalhães Mota, do PPD, que pôs à frente dos organismos de coordenação económica (Juntas e Direcção Geral de Preços) gente da CAP, para favorecer intermediários, grandes industriais e especuladores. O PS, nos governos que dirigiu, seguiu o mesmo caminho. Nomeou para a Agricultura e Comércio António Barreto, que era do PS e hoje está próximo do PPD; Mota Pinto que foi do PPD e hoje é o Primeiro-Ministro de um Governo apoiado pelo PPD e CDS, e Basílio Horta, do CDS.

Na continuação da política de apoio aos grandes intermediários e industriais, Mota Pinto, enquanto ministro do Comércio Interno (em 1977) meteu na Junta Nacional das Frutas Renato Bernardino, que aparece ao lado do Casqueiro nas manifestações da CAP.

Basílio Horta, ministro do Comércio Interno do CDS no Governo PS/CDS, foi sucessor de Mota Pinto no ataque aos pequenos e médios agricultores, acabando por colocar à cabeça da Junta Nacional dos Vinhos o presidente da CAP, Tomás Correia.

Nos últimos três anos, se as condições dos pequenos e médios agricultores se agravaram, isso deve-se à política do PPD, do CDS e dos seus aliados.

Foram eles, salienta a APU, **que à frente dos ministérios criaram dificuldades burocráticas e altas taxas de juro para obter crédito agrícola de emergência;**

Foram eles que deram todas as facilidades e garantias a intermediários, grandes industriais e especuladores, mas não se esforçaram por garantir preços compensadores, condições de comercialização e apoio técnico aos agricultores.

Os factos uma vez mais falam por si. Quem não se lembra do subsídio de 7$00 por quilo de carne de porco dado pelo Governo de Nobre da Costa (apoiado pelo PPD e CDS) a intermediários e industriais, equecendo totalmente os produtores que estavam bem mais necessitados?

Tudo isto demonstra, sem dúvida, que os verdadeiros defensores dos pequenos e médios agricultores não são os partidos da direita, o PPD e o CDS.

Em Fanhões, como em todo o país, os verdadeiros defensores dos pequenos e médios agricultores são os democratas, comunistas ou não, que lutam para que aqueles tenham a justa compensação pelo seu trabalho.

Os agricultores de Fanhões, homens e mulheres que vivem trabalhando a terra, saberão defender os seus interesses elegendo para a Junta de Freguesia cidadãos honestos, democratas sinceros, gente dedicada aos interesses dos seus habitantes.

Esses homens e mulheres são os candidatos da APU.

Créditos acessíveis são indispensáveis para os pequenos agricultores

Sessões em Fanhões e Casainhos encerram campanha da APU

A campanha eleitoral para a Assembleia de Freguesia de Fanhões, cuja eleição se realiza no domingo, dia 17, encerra oficialmente amanhã.

A Aliança Povo Unido, que durante os quinze dias que durou a campanha eleitoral desenvolveu uma intensa actividade de esclarecimento junto da população, fechará a sua campanha com mais duas sessões, que realizará hoje e amanhã, em Fanhões e Casainhos, respectivamente.

A sessão de hoje, em Fanhões, terá lugar nos Bombeiros, às 21 horas, e nela participarão, para além dos candidatos da APU, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e Helena Cidade Moura, membro do Secretariado da Comissão Nacional do MDP/CDE.

No final de sessão haverá canto livre, em que participará Fernando Farinha e o Grupo Trovante.

A sessão de amanhã realiza-se na Colectividade de Casainhos, às 21 horas, voltando a estar presentes os candidatos do "Povo Unido", para além do camarada Jerónimo de Sousa, membro da DORL do PCP, deputado à Assembleia da República, membro do Secretariado da Comissão de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e membro da Assembleia Municipal de Loures; a camarada Zita Seabra, do Comité Central do PCP e deputada à Assembleia da República e Herberto Goulart, vice-presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE e vogal da Assembleia Municipal de Loures.

Quem quer a ruína dos pequenos e médios comerciantes e industriais?

É do conhecimento geral que os pequenos e médios comerciantes e industriais se encontram a braços com uma grave crise económica, cujas raízes assentam nas restrições ao crédito, nas elevadas taxas de juro e também na redução do poder de compra dos consumidores

Em Fanhões, como por todo o país, o futuro destas camadas sociais apresenta-se cada vez mais comprometido. Basta dizer que, em Agosto deste ano, Já se haviam dissolvido 381 sociedades deste tipo!

Como sempre sucede em campanhas eleitorais, os partidos de direita saem a público armados em defensores dos interesses das classes médias, atribuindo as dificuldades em que as mesmas se debatem ao 25 de Abril. É isso que costuma fazer, por exemplo, o PPD.

Num comunicado à população de Fanhões, a Aliança Povo Unido desmascara a política demagógica e oportunista do PPD demonstrando como de facto este partido é responsável pela aplitiva situação em que se encontram as pequenas e médias empresas.

Recorda a APU, por exemplo, que o PPD, ao apelar ao voto dos pequenos e médios comerciantes e industriais, se **«esquece» de dizer que aplaudiu com entusiasmo as medidas que os ministros do PS tomaram em prejuízo dos interesses das pequenas e médias empresas, designadamente, as altas taxas de juro e restrições ao crédito.**

E interroga: **é ou não verdade que em 1975 se pagava 7,75% pelo crédito não superior a 90 dias e hoje se paga 18,25%, isto é, mais 135%?**

Quando aprovou tais medidas, o PPD estava a defender os interesses de quem?

Claro que na sua propaganda o partido do «chefe» se «esquece» também de dizer que grande parte dos gestores da banca nacionalizada, que tantas dificuldades criam às pequenas e médias empresas, são filiados ou simpatizantes do PPD!

Como se «esquece» de dizer que apoia incondicionalmente a integração de Portugal no Mercado Comum (CEE), não obstante tal ameaçar, com a concorrência estrangeira, a sobrevivência dos pequenos e médios comerciantes.

A fraca memória do PPD também nada revela sobre a situação destas camadas sociais durante o fascismo. «Esquece-se» mesmo de dizer que, **segundo as próprias estatísticas do Governo fascista, entre 1957/59 e 1964 desapareceram 10 000 pequenas empresas industriais,** graças a uma política ao serviço do grande capital monopolista.

E, como a APU interroga, **que fez pelos pequenos e médios comerciantes o senhor Mota Pinto (antigo deputado do PPD) quando era ministro do Comércio? E o senhor Magalhães Mota, que foi ministro do Comércio do VI Governo?**

Ao afirmar que não tem responsabilidades na política desenvolvida pelos sucessivos Governos por neles não ter participado (o que não é verdade), o PPD procura fazer esquecer ao eleitorado que, na Assembleia da República, os seus deputados aprovaram toda a legislação que veio agravar as condições de vida dos estratos sociais menos favorecidos.

Como a APU salienta, no seu comunicado à população de Fanhões, **é com a concessão de crédito, é com a racionalização dos circuitos de comercialização e a eliminação dos grandes intermediários parasitas, é com a contenção da inflação (cujos efeitos sobre as pequenas e médias empresas se verificam, tanto na dificuldade de repor os «stocks», como na quebra das vendas por redução do poder de compra das populações) é com um apoio efectivo que os nossos problemas poderão ser resolvidos.**

Não é votando no PPD que os interesses dos pequenos e ódios comerciantes e industriais, que são os interesses do povo e da democracia, serão defendidos.

Só com o voto na «Povo Unido» a voz e a opinião dos pequenos e médios comerciantes será ouvida.

Grande banca de Natal
NO CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA Avenida da Liberdade Lisboa
Todos os dias das 10 às 23 horas
LIVROS * DISCOS * BUGIGANGAS
TUDO PARA OFERTAS DE NATAL

Com a força da União vamos remir a terra!

• entrevista com caseiros da Madeira

«Não há nesta terra gente a governar com juízo. Tanto o Governo, como a Câmara, têm o juízo na sola dos pés».

Estas são palavras de caseiros da Madeira, região onde desgoverna o PPD/PSD, impondo um clima social onde as camadas trabalhadoras a medo falam, a medo sobrevivem.

Prova deste medo que se respira nos ares das encostas rochosas, que se apalpa no silêncio desconfiado das populações que, exceptuando o Funchal, vivem na mais dura miséria, é a confissão dos caseiros que entrevistámos para o «Avante!»:

— Nós damos a entrevista ao «Avante!». Querem fazer crer que a gente teria medo de falar para o «Avante.», que os caseiros expulsariam o «Avante!». Isso já não é verdade. Aparte alguns caseiros de algumas zonas que acreditam nas palavras dos senhores padres que falam mais do doutor Álvaro Cunhal, chamando-lhe tudo, do que falam de Deus, os caseiros não têm problema em falar para jornais que os defendam. O que se passa é que não podemos dizer os nossos nomes porque muitas vezes precisamos de papeis da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e eles haviam de empatar toda a nossa vida se soubessem que a gente dava entrevista para o «Avante!».

São homens e mulheres que vivem do trabalho negro numa terra que não é sua, lutam pelas levadas, pela água que o senhorio lhes rouba com o desespero de quem luta pela sobrevivência, gente «que vive na maior tristeza, sem água, sem luz, sem caminhos». São gente que na maior parte não foi à escola — que a não havia e os braços eram poucos para transformar a pedra em ter-ra —. Mas são igualmente homens e mulheres, caseiros, que vão abrindo os olhos, aprendendo por si próprios gestos de unidade e luta, soletrando a esperança de uma vida melhor desde o 25 de Abril e particularmente desde a constituição da UCIM — União dos Caseiros da Ilha da Madeira:

— Graças à UCIM, graças a nós todos unidos, a luta dos caseiros há-de vencer na Madeira. Ultimamente há muitos caseiros que se integram na União — em quatro meses ganhámos mais de 1000 e somos hoje cerca de 1400 caseiros na União. Outros ainda se afastam. Uns vão à missa e o senhor padre diz «aqueles são comunistas, são isto, são aquilo», referindo-se a nós que somos até pessoas tementes a Deus, e alguns caseiros vão-se afastando. Outros não se importam. Querem é ver o seu problema resolvido.

Só na UCIM os caseiros poderão defender-se!

Mas afinal o que é ser caseiro na Madeira? Será o mesmo que ser rendeiro no Continente? Existem algumas diferenças e todas elas para pior.

O caseiro na Madeira é aquele que trabalha a terra em colonia ou seja sujeito a um regime de arrendamento agrícola em que o dono do prédio rústico — senhorio ou «Amo» como é ainda chamado — contrata a outrem, o caseiro, o seu cultivo, reservando-se metade das colheitas e sendo a outra metade para o colono.

A duração do contrato é quase sempre por tempo indeterminado mas se tiver de findar pertence ao senhorio o estabelecer-lhe o prazo. Em quase todas a paróquias, o senhorio é que autorizava as benfeitorias de maior vulto.

Eis como conta esta situação o jornal «O Caseiro»:

«O Senhor Amo, como ainda é chamado o senhorio, entregava um pedaço da encosta rochosa da sua propriedade ao trabalhador para que ele aí cultivasse e fizesse a sua casa. O produto do trabalho seria dividido entre os dois. Nos primeiros tempos nada se produzia. Havia que desfazer em terra a rocha granítica, retirar as pedras e com elas formar um muro para sustentar o terraço onde, por fim, depois da adubação, seria possível cultivar qualquer produto. Numa parte do terreno, o lavrador ergula a sua casinha, aquela que o guia turístico aponta de longe indicando que são casas para gado (conheci uma família com 23 pessoas que viveu durante muitos anos numa dessas «casas rústicas» até que o senhorio os expulsou para vender a propriedade).

Depois dessa transformação da natureza de pedra em terra, de encosta árida em terraço coberto de vegetação, o senhorio tinha o direito de expulsar o caseiro pagando-lhe os investimentos. Nem é preciso dizer que o preço era simbólico».

Entretanto, depois do 25 de Abril, apesar do PPD e contra ele, alguma coisa mudou. Este sistema de exploração feudal, «a colonia», foi proibida por lei:

— A nossa luta, da UCIM, tem aumentado mais. Começámos por esclarecer os pontos da lei. A lei não é boa, praticamente só tem um pontinho no nosso interesse, o mais é tudo a favor do senhorio, e eles ainda assim querem mudar esse pontinho. Qual é este pontinho? É o que permite ao caseiro remir a terra, isto é, comprá-la ao preço que teria antes de ser desbravada. Mas esta remissão só pode ser feita até 1981. Depois é o senhorio que fica com o direito a remir as benfeitorias que o caseiro fez na terra. Então eles fazem tudo para empatar a nossa velocidade, para a gente esquecer este pontinho para ver se se chega a 1981 e encravarem a gente, levando a terra. E eles não querem a terra para a trabalhar! Eles querem a terra para a arrendar. Depois dirão: «Tu agora não tens nada, pagas uma renda ao preço de «x». Se tu quiseres, queres; se não quiseres vai-te embora que eu arrendo a outro!». E vai então outra vez o caseiro trabalhar por conta dos amos, trabalhar a preço «x» e ser ainda mais explorado.

Se todos os caseiros se unirem à UCIM, isto não acontecerá. A gente não quer chegar a este ponto. Queremos que a lei vá para a frente e que os caseiros aproveitem a oportunidade até 1981. A União tem dois advogados prontos a auxiliar os caseiros nos processos de remissão da terra e a encaminhá-los em todas as questões.

Por outro lado, temos já nomeados juízes sociais.

Ao contrário do que diz a reacção, a UCIM «Não é de nenhum partido e é ao mesmo tempo de todos. Neste sentido: eu sou de um partido, aquele caseiro é de outro, aquele não é de nenhum. Todos que quiserem colaborar, encontram as portas da UCIM abertas para lutarmos unidos»

Alerta, Caseiros, aos «enganos» dos senhorios!

Dos muitos e variados «expedientes» utilizados pelos senhorios e pelo próprio Governo para enganar os caseiros, «empatando-lhes a velocidade» para que chegue 1981 e não lhes reste recurso a remirem a terra, ficando o senhorio com direito a tudo, falaram-nos os caseiros.

— Um dos enganos dos caseiros é estarem à espera que o senhorio venha falar com eles. Os senhorios espalham que andam a falar e isto não é verdade. Os caseiros é que têm de se mexer. Porque os senhorios quando o fazem é só para o engano.

Uma maneira que eles usam de enganar é ir «cima da terra» e partirem-na a meias: uma parte para o caseiro, outra para o senhorio. Ora a lei não diz nada disto. A lei fala na remissão de toda a terra e não em partilhas que só beneficiam o senhorio porque a metade que recebe está extraordinariamente valorizada com as benfeitorias.

Outro engano: o senhorio chega ao pé do caseiro e diz: «eu arutorizo-te a remissão da terra, pagas 120$00, ou 100$00 ou 60$00 por metro quadrado». E o caseiro ou se endivida para pagar este preço ou não pode e desiste. Ora a lei obriga o senhorio a vender não pelo preço que lhe apetece mas ao preço de «terra por desbravar e para fins agrícolas» e o preço médio de terra por desbravar é de 4 escudos por metro quadrado. Que se vá um pouco mais além, enfim, pode-se admitir. Por exemplo, em Maçapez, em Porto Moniz, caseiros chegaram já a acordo com os senhorios, e noutras terras até a 2$50 o metro quadrado a 3$00, a 6$00 etc. Mas isto sucede onde os caseiros estão unidos e com o andar da luta os senhorios vão cedendo. Onde os caseiros não se unem, os preços até sobem. Por exemplo, no Faial, um senhorio começou a vender por 10$00, 12$00 e 15$00 e, por falta de unidade dos caseiros, já vai nos 20$00.

Para esta remissão, o Estado comprometeu-se a dar créditos e a lei fala em juros baixos mas o Governo nunca mais define as coisas. Por outro lado, o Governo devia fixar um preço máximo e um preço mínimo de compra da terra mas, **da maneira que as coisas vão, os Governos não estão fazendo caso do decreto, para ver se ele muda para ficar tudo outra vez do lado deles.**

Outra questão que se põe, é a daqueles caseiros já de idade avançada que não estejam interessados em remir a terra. Os senhorios ensaiam já, em alguns casos, expulsá-los da terra. Quanto a este assunto, esclarecem os caseiros com quem falámos:

— Por lei o caseiro vai ter direito à casa e a, pelo menos, 3 metros em redor. O senhorio não o pode deitar de lá para fora, não vai o caseiro morar para a serra!

Todos estes e outros pontos são esclarecidos na União dos Caseiros da Ilha da Madeira. Onde ela é mais forte as coisas avançam. Por mais que os senhorios ameaçem o caseiro («Se vais para essa organização expulso-te») não o podem fazer por lei, e nós vamos sendo hoje mais do que ontem e amanhã seremos ainda mais. Com a UCIM, a luta dos caseiros há-de vencer na Madeira. E também com o auxílio da Reforma Agrária no Continente. Muitos caseiros não conhecem o que é a Reforma Agrária e alguns até tratam de dizer mal dela porque não estão dentro do assunto. Não sabem o que se está passando. Mas com o tempo, e se os trabalhadores da Reforma Agrária apoiarem os caseiros, esta ideia morre na cabeça das pessoas, como têm morrido tantas outras, retiradas ao fosso da nossa ingnorância.

«A palavra da UCIM espalha-se por toda a ilha»: dizem os caseiros. E mesmo nos sítios onde os senhorios-amos dominam totalmente o povo, esta palavra há-de vingar com o exemplo das vitórias alcançadas

O novo Livro Negro do MAP (1)

A comunicação "Balanço da ofensiva contra a Reforma Agrária" apresentada em Évora durante a 3.ª Conferência constitui um esclarecedor documento que revela a verdadeira dimensão do arbítrio e da violência que caracteriza a acção do MAP contra a grande vitória dos trabalhadores alentejanos e da Revolução portuguesa.

Na fria concisão dos números e dos factos, o carácter odioso da aplicação da Lei Barreto transparece com uma clareza que a ninguém pode deixar indiferente.

a) Terras usurpadas às UCP's e Cooperativas

Desde o início da ofensiva, em Dezembro de 1976, desencadeada pelo MAP de Barreto e Portas, até hoje, estima-se em 88000 hectares a área retirada aos trabalhadores, assim distribuída:

Governo PS (MAP de Barreto e Portas) — 46 000 ha
Governo PS/CDS (MAP de Saias e Campos) — 18 000 ha
Governo PPD/CDS/PPM (MAP de Vaz Portugal e Ferreira do Amaral) — 24 000 ha

88 000 ha

Apesar da brutal ofensiva, a Reforma Agrária tem sido corajosamente defendida e a **área actualmente na posse útil dos trabalhadores é de 1 075 000 ha.**

Contudo, as terras usurpadas às UCP's e Cooperativas são, normalmente, as melhores e mais férteis.

Assim, dos 64 000 ha usurpados durante o I e II Governos, 4000 ha são de regadio e 58 000 ha são de sequeiro fértil, situando-se muitas vezes em zonas estratégicas para o equilíbrio da gestão da UCP ou Cooperativa afectada.

O Governo de Mota Pinto, dos "independentes" e "apartidário" do PPD, do CDS e de outras organizações reaccionárias, prossegue a ofensiva contra a Reforma Agrária.

Consta que entraram nos seviços do MAP cerca de 3000 pedidos de reserva. A serem concretizados, numa média de 300 ha cada, seriam entregues aos agrários parasitas 900 000 ha. Isto é, a Reforma Agrária acabaria devido à aplicação da "Lei Barreto" (Lei 77/77) e à política de direita do Governo.

Muitas das terras entregues aos agrários ficam abandonadas e subaproveitadas.

Ao abrigo da "Lei Barreto" que lhes permite manter as herdades abandonadas durante 5 anos, os agrários deixam-nas de facto, em grande parte dos casos, por cultivar.

Dos 64 000 ha entregues aos agrários, até ao fim do II Governo (PS/CDS), 8000 ha estão totalmente abandonados e 27000 ha estão subaproveitados.

Alguns exemplos:

— **as herdades de Lázaros e Farizoa**, em Reguengos, com um total de 739 ha, entregues em 3 de Outubro de 1977 ao agrário Manuel Francisco Murteira por despacho de Carlos Portas e com a intervenção da GNR estão hoje completamente abandonadas, com mato a crescer.

— **a herdade dos Currais**, com 402 ha, entregue em 12 de Outubro de 1976 a Maria da Encarnação Santos Murteira e a **herdade de Oliveira e Carvalhas**, com 323 ha, entregue em 23 de Fevereiro de 1977 a Maria Amélia Burnay de Macedo e anteriormente integradas na UCP "Unidade de Trabalhadores" de S. Manços, estão também hoje praticamente abandonadas. Estas herdades "chavancos" cheios de água não são aproveitadas e dos 15 trabalhadores que lá andavam, o agrário não deu trabalho a 12.

— na **herdade do Almargem,** que pertencia à UCP "6 de Agosto", em Arraiolos, com 218 ha, e que foi entregue em 18 de Maio de 1977 à agrária Maria Adélia Calazans Pedro de Jesus, a azeitona estragou-se e a terra encheu-se de sargaços por nunca mais ter sido semeada.

— **a herdade do Montinho das Ferrarias** usurpada à UCP "A Luta é de Todos", de Mora, foi entregue a um tal Salvador Manuel Galvão, antigo guarda do agrário, que a tem em estado de abandono patente, tendo sido destruída a vinha, arranjada com o sacrifício dos trabalhadores.

— também **a herdade da Torre**, usurpada à UCP "Unidade" do Ervedal, e entregue ao agrário João Parracho Bajinha, se encontra praticamente abandonada.

— **a herdade da Misericórdia**, no concelho de Portalegre, retirada à UCP "19 de Dezembro" para se entregue ao agrário Mariano Costa Pinto, está também votada ao abandono.

Como estes, muitos outros exemplos se poderiam dar.

Num país que precisa de aumentar a produção é irresponsável, reaccionária e ilegal uma política que tira a terra a quem a trabalha para a entregar aos agrários absentistas, que a deixam ao abandono.

b) Sete UCP's e Cooperativas já destruídas com a aplicação da "Lei Barreto"

ÉVORA

UCP "S. Bento da Pipeira", Alandroal, que tinha 645 ha e 35 trabalhadores.

PORTALEGRE

Cooperativa de S. João em S. Vicente, Elvas, que tinha 370 ha e 17 trabalhadores, dos quais o agrário despediu 15.

Comissão de Trabalhadores da Barroqueira e Anexas, em Fronteira, que tinha 615 ha. O agrário despediu 10 trabalhadores.

BEJA

Cooperativa da Charneca, Brinches-Serpa, tinha 846 ha.

Cooperativa Monte Negro, Panóias, Ourique, com 880 ha e 19 trabalhadores, dos quais 6 foram logo despedidos pelo agrário.

Cooperativa Castelhanos, Moura, onde os trabalhadores ficaram com gados e máquinas e sem terras.

Cooperativa Panascosa — dos 8 trabalhadores que nela ganhavam o pão o agrário despediu imediatamente 7.

Muitas outras UCP's e Cooperativas estão seriamente ameaçadas, a curto prazo, pela área reduzida e terras de má qualidade que o MAP lhes deixou.

Há dezenas de UCP's e Cooperativas que têm as suas terras totalmente pedidas pelos agrários como reservas ou "restituições", sem que se conheça o número exacto pois o MAP, contrariando as suas próprias leis, não nos forneceu até agora a lista completa das reservas que estão pedidas.

Em contrapartida, 700000 ha de terras expropriáveis estão ainda por expropriar, dos quais 500 000 ha se mantém ilegalmente na posse dos agrários.

c) Meios de produção e produtos usurpados aos trabalhadores

As entregas ilegais de terras aos agrários têm sido acompanhadas, na quase totalidade dos casos, pela usurpação aos trabalhadores de bens e meios de produção.

Foram já roubados às UCP's e Cooperativas mais de 250 tractores, 47 ceifeiras debulhadoras, mais de 870 máquinas e alfaias diversas e mais de 50 instalações, totalizando um valor superior a 125000 contos.

A nível de gados e produtos, os roubos feitos pelo MAP às UCP's e Cooperativas atingem cerca de 190000 contos. Só cabeças de gado foram já usurpadas aos trabalhadores e oferecidas aos agrários cerca de 20000 animais, durante a ofensiva de Barreto a Mota Pinto.

Isto significa que, só em meios de produção e produtos usurpados, o Estado deve às UCP's e Cooperativas cerca de 315000 contos.

Pensamos, amigos delegados e convidados, que estas acções nem precisam de comentários para ficar bem claro, aos olhos de todos, o que significa a "legalidade" para as forças reaccionárias, para o PPD, o CDS e outros e para os seus Governos!

(Conclui no próximo número)

Vozes da Reforma Agrária

Alerta trabalhadores: mantenham a cabeça fria!

Um trabalhador da UCP «25 de Abril», Montemor-o-Novo:

«É preciso não nos esquecermos e termos muita calma e cabeça fria para enfrentarmos a situação que se nos depara. Mais do que nunca é preciso estarmos unidos, trabalhadores das UCPs e Cooperativas e pequenos e médios agricultores. É preciso fazermos compreender a todos a grave situação que atravessamos, os ataques do MAP, da GNR, dos reaccionários da CAP que tudo fazem para provocar conflitos no intuito de os trabalhadores perderem a calma e de se lançarem numa aventura que seria a derrocada de tantos sacrifícios que nós todos temos feito desde o início da nossa luta. E isto verifica-se pelas provocações a que nos têm sujeitado como aconteceu 3.ª-feira na Cooperativa «Tempo é Dinheiro», ex--Montemorense, que foi invadida pela GNR e muitos agrários, alguns da CAP que armados de pistolas as apontaram aos trabalhadores, pedindo à GNR que começasse a disparar contra os trabalhadores, que os matasse todos que eles ajudariam, que era uma boa altura para matar todos aqueles «porcos comunistas», que era a única altura dos trabalhadores serem úteis pois estrumavam a terra. Foi isto que os lacaios da CAP fizeram, e ainda espancaram um camarada mecânico que tinha ido auxiliar um trabalhador ao qual os lacaios da CAP estavam a apontar armas à cabeça ao mesmo tempo que diziam «cheira-me aqui a comunas, a ladrões, isto é só para homens sérios».

Pois mesmo perante estas afrontas, os trabalhadores souberam dominar-se e não corresponderam aos insultos e provocações. Por muito que custe suportar tudo isto, não desesperemos, camaradas. É preciso que nos mantenhamos unidos com firmeza e determinação, certos de que havemos de recuperar tudo aquilo que nos têm roubado».

Lei Barreto ameaça trabalho de 17 mil jovens

Um jovem trabalhador de Campo Maior:

«Os jovens rurais que nasceram e cresceram no meio da miséria, onde não havia acesso às escolas, onde venderam a sua força de trabalho a troco de um naco de pão ou ganhando um mísero salário que não dava para viver, onde as perspectivas do futuro eram sem esperança, não podem consentir que a Reforma Agrária seja destruída.

Com as conquistas alcançadas após o 25 de Abril e particularmente com a Reforma Agrária, viram as suas condições de vida melhoradas, alcançando importantes regalias, deixaram de ver a fome e a miséria em suas casas e na sua vida tiveram profundas modificações: conseguiram trabalho mais certo e o princípio de a trabalho igual, salário igual; o desemprego foi quase abolido e hoje podemos dizer que não haveria desemprego na zona da Reforma Agrária, se não fosse a ofensiva desenvolvida pelos Governos, pelo MAP de Barreto e Portas e agora do ministro Vaz Portugal e do monárquico Ferreira do Amaral e pelos CRRAs, autênticos ninhos da reacção e lacaios dos agrários parasitas.

A política destes Governos tem sido uma política antijuvenil, antipopular, antinacional. A juventude é uma das camadas mais atingidas e a prova está à vista: dos 500 mil desempregados, 300 mil são jovens. Se a Lei da contra-Reforma Agrária, «Lei Barreto», continuar a ser aplicada, serão 17 mil jovens que hoje trabalham nas UCPs e Cooperativas que poderão ficar no desemprego e em algumas zonas já há alguns nestas condições».

Com a Reforma Agrária as mulheres defendem o pão

Uma trabalhadora da UCP «2 de Janeiro», Chança – Alter do Chão:

«Foi com a Reforma Agrária que a maioria de nós alcançou postos de trabalho. Se as UCPs e Cooperativas Agrícolas forem destruídas nós somos as primeiras a ficar no desemprego, e em casa somos também as primeiras que sentimos as dificuldades porque temos que comprar o comer para a família e se não tivermos trabalho, de certeza que a fome se não faz esperar.

Não podemos deixar que se entreguem as terras aos agrários porque estes não vão dar trabalho, vão deixar as terras abandonadas como faziam antes do 25 de Abril. Daí que temos de nos organizar, temos de ser amigos uns dos outros e todos unidos teremos força para defender a Reforma Agrária não permitindo que os agrários voltem a ser de novo senhores do Alentejo».

Como se apoiam pequenos e médios agricultores

Um trabalhador da UCP «Flor do Alentejo», Vale de Vargo, Serpa:

«A UCP «Flor do Alentejo» faz serviços com máquinas aos pequenos agricultores, pagando estes só os desgastes e o gasóleo. Para isso quem quiser serviços, passa pelo escritório da Unidade, dá o nome e pede o tractorista. No tempo das ceifas, a Unidade tem emprestado uma ceifeira para lhes fazer as ceifas, pagando baixo preço. Este ano emprestou-se-lhes sementes para semearem e pagarem quando puderem e até, no tempo das colheitas, no tempo da azeitona, têm saído da UCP trabalhadores para lhes recolher a azeitona, às vezes com prejuízo para a Unidade. Ainda no tempo do corte das oliveiras, sairam 15 trabalhadores para lhes fazer os cortes às oliveiras durante mês e meio.

Os pequenos agricultores têm sido ganhos para a defesa da Reforma Agrária. E pergunta-se, porquê? A resposta é esta: em Vale de Vargo, tem-se feito uma política de ajuda para com esta camada de desprotegidos pelos Governos, como nós, e só assim conseguiremos o nosso propósito que é a defesa da Reforma Agrária.

A «Flor do Alentejo» também tem prestado ajuda a outras Unidades, como por exemplo à UCP «Estrela do Guadiana», Mértola, dando-lhe 100 quilos de grãos, 1000 quilos de aveia e emprestando-lhe 2000 quilos de aveia para pagarem quando colherem a mesma importância, e também um semeador. E à UCP «Alvorada na Aldeia», como no tempo das ceifas estavam atrasados, emprestámos duas ceifeiras, um tractorista e mais uma debulhadora fixa para debulhar o pão.

A participação juvenil nas comissões das UCP's/Coop.

Um jovem trabalhador da UCP Popular Pedro Soares, MonteMOR-O-Novo:

«A participação juvenil nas Comissões de Trabalhadores das UCP's/Cooperativas é uma necessidade e seria uma ajuda bastante grande na melhoria da organização e ao mesmo tempo uma oportunidade de os jovens adquirirem experiência com os mais velhos.

Os jovens da UCP «Pedro Soares», que são aqui 35% dos trabalhadores empenhados no aumento da produção nacional, reclamam pela revogação da Lei Barreto, a reabertura do CAE, o fim da repressão.»

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

A questão principal da nossa época é a transformação revolucionária da sociedade capitalista em socialista. É à força política mais influente no mundo, ao movimento comunista internacional, que cabe orientar e conduzir esta transformação porque possui uma rica e variada experiência na luta pela paz, pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo; porque elaborou uma estratégia e uma táctica verdadeiramente científicas da acção revolucionária da classe operária.

Esta transformação revolucionária da sociedade, a passagem do capitalismo ao socialismo, realiza-se no decorrer de uma dura luta de classes levada a cabo pela classe operária internacional e pela sua vanguarda combativa.

Grandes vitórias foram alcançadas: um terço da Humanidade libertou-se do jugo do imperialismo, desmoronou-se o sistema colonial, a correlação de forças na arena mundial alterou-se em favor do socialismo.

Entretanto, difíceis e complexas tarefas aguardam ainda os comunistas do mundo inteiro. Têm de enfrentar inimigos fortes e experimentados: o capitalismo monopolista de Estado, o imperialismo. Isto exige um aperfeiçoamento constante da sua estratégia e da sua táctica para que sejam usadas com justeza as diferentes formas de luta e para que o combate da classe operária e dos trabalhadores seja organizado e dirigido de forma acertada.

Perante estas tarefas, especial importância adquire para os comunistas o estudo da experiência do movimento comunista internacional. Devemos, pois, armar-nos política e ideologicamente para que todo o nosso trabalho, seja ele em que local for que o desenvolvamos, seja ele qual for, seja um bom trabalho, perfeitamente compreendido e desenvolvido, dentro de um espírito de compreensão e de criação.

Tendo bem presentes estes objectivos, as Edições "Avante!" publicaram **O Movimento Comunista Internacional**, cujo 3.º volume foi posto à venda recentemente.

Esta obra no seu conjunto vem precisamente sintetizar experiências que é importante conhecer, esclarecendo questões do Movimento Comunista e Operário e do processo revolucionário mundial. Por outras palavras, a obra é dedicada à análise de aspectos essenciais da actividade dos partidos comunistas e operários: papel de vanguarda desempenhado pelo movimento comunista no desenvolvimento revolucionário mundial e na luta contra o imperialismo; partes componentes do processo revolucionário; e unidade entre elas.

Por outro lado, é dedicada grande atenção aos problemas da revolução socialista, aos esforços dos partidos comunistas no sentido de formarem e consolidarem frentes mundiais antimonopolistas e anti-imperialistas e aos métodos e formas de trabalho dos comunistas entre as massas. São ainda tratadas as questões actuais da luta dos partidos comunistas e operários contra o oportunismo de direita e de "esquerda" e da unidade e coesão do movimento comunista, baseadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Os três grandes temas de que trata o 3.º volume de **O Movimento Comunista Internacional** são:

— **O trabalho dos comunistas entre as massas**, com especial relevo para o conteúdo e formas do trabalho entre a juventude, as mulheres e os crentes, referindo a acção unitária entre os comunistas e os crentes.

Tendo em conta que, em primeiro lugar, os métodos e formas de trabalho do partido estão subordinados antes de mais ao objectivo das tarefas por que luta, logo a forma deve corresponder ao conteúdo da acção empreendida.

Em segundo lugar, o partido deve actuar de forma a que todos vejam e tenham de reconhecer que os comunistas marcham à cabeça, donde não é suficiente actuar apenas como acusadores das classes exploradoras, há que apresentar programas positivos de acção e encontrar as formas de trabalho o mais adequadas.

— **Luta dos partidos comunistas contra o oportunismo de direita e de "esquerda", em que são desenvolvidos aspectos como:**

- as origens sociopolíticas do oportunismo; a base social do oportunismo; origens políticas do revisionismo; as origens do oportunismo nos países socialistas.
- o oportunismo de direita: natureza e formas em que se manifesta; o grande perigo do revisionismo para os países socialistas.
- o oportunismo de "esquerda": formas e natureza; o dogmatismo e o sectarismo; o rumo antileninista do PCC; o neotrotskismo; as variedades contemporâneas do anarquismo; a afinidade ideológica entre o oportunismo de direita e de esquerda.

— **O internacionalismo proletário e a unidade do movimento comunista internacional**, em que, por um lado, é referida a base objectiva do internacionalismo e o significado da Revolução de Outubro e, por outro lado, se examina o internacionalismo na etapa actual e a responsabilidade internacional dos partidos comunistas.

São estudadas as causas do aparecimento de divergências no movimento comunista internacional, abordando os novos problemas do desenvolvimento mundial e o movimento comunista, a desigualdade do processo revolucionário mundial, a incorporação de novas camadas populares ao movimento revolucionário, a ofensiva ideológica do imperialismo, o significado do factor subjectivo e o nacionalismo no movimento comunista.

Finalmente, as vias de luta pela unidade do movimento comunista internacional, contra o nacionalismo e o anti-sovietismo, a união do movimento comunista na luta conjunta contra o imperialismo, a ampliação das relações e contactos entre os partidos irmãos, a combinação das tarefas nacionais e internacionais, a necessidade da luta contra o nacionalismo e a intransigência para com o anti-sovietismo, bem como o internacionalismo consequente do PCUS constituem o assunto da última parte do livro.

Depois de uma leitura atenta e cuidadosa, depois de, se possível, uma discussão colectiva, esta obra poderá, porventura, permitir a aplicação, não de forma mecânica mas criadora, de ensinamentos e experiências que transmite.

Reveste-se de enorme importância porque pode ajudar os comunistas e todos os trabalhadores conscientes a compreenderem melhor as questões nacionais e internacionais.

Temas vários

A história heróica da vanguarda organizada dos trabalhadores alemães

Dois grandes dirigentes do proletariado alemão que estiveram na origem da criação da liga Spartakus de que nasceu o Partido Comunista da Alemanha: Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg

Durante a guerra de Espanha, milhares de comunistas alemães integrados no lendário Batalhão Thälmann fizeram parte das Brigadas Internacionais que na luta ao lado do povo espanhol contra a agressão nazi-fascista escreveram das mais belas e heróicas páginas do internacionalismo proletário e da solidariedade entre os povos

Um aperto de mão histórico: em Abril de 1946, Wilhelm Pieck, secretário-geral do Partido Comunista da Alemanha, e Otto Grotewohl, secretário-geral do Partido Social-Democrata, no final do Congresso em que nasceu o Partido Socialista Unificado da Alemanha, fruto da união daqueles dois partidos operários e que desde então constitui a vanguarda organizada dos trabalhadores da República Democrática Alemã, fundada em Setembro de 1949

No dia 30 de Dezembro, faz 60 anos que nasceu o Partido Comunista da Alemanha. O processo histórico que entretanto viveu a antiga Alemanha, como a Europa e o mundo, produziu profundas alterações na vida deste povo. Hoje não há uma Alemanha, mas uma República Democrática Alemã, uma República Federal da Alemanha, e uma cidade com um estatuto especial: Berlim Oeste. Não há um PCA, mas sim diferentes partidos comunistas, que correspondem aos diversos países implantados nesta zona geográfica. O Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), que actualmente é a base política e orgânica de um país socialista, a RDA, constitui um modelo de unidade da classe operária, pela fusão, num único partido, de comunistas e socialistas.

Porque o PCA chegou a ser o maior Partido Comunista a nível mundial; porque em condições extremamente difíceis, soube mobilizar os trabalhadores alemães e manter vivo o espírito da liberdade num país dominado pelo nazismo e pela histeria guerreira; pelos frutos dessa luta persistente, que abriu caminho à criação de um Estado socialista sobre as ruínas da guerra e com a terrível herança dos vícios e da deformação de mentalidades deixados pelo fascismo – o aniversário do PCA é uma data histórica para todos os povos do mundo.

Pela unidade, pela paz, contra o fascismo

Em 1929, multiplicavam-se na Alemanha os sintomas de que as forças mais reaccionárias e agressivas do capitalismo financeiro se preparavam para destruir a República parlamentar burguesa, a República de Weimar, que os dirigentes sociais-democratas de direita consideravam obra sua. A crise económica mundial que atingiu o capitalismo no Outono de 1929 – a mais profunda até então experimentada – gerou uma situação extremamente difícil para as massas trabalhadoras que suportaram o fundamental do seu peso. O fascismo soube aproveitar habilmente esta crise, assim como as sequelas da Primeira Guerra Mundial. Demagogia, terror, apelo ao nacionalismo e ao chauvinismo, difusão de ideias racistas, o anticomunismo e o anti-sovietismo – foram as armas utilizadas. O nazismo nascente contava com o generoso financiamento dos monopólios, as amplas "liberdades" dos governos burgueses da República Weimar, e com a cegueira, o anticomunismo, o oportunismo dos dirigentes sociais-democratas de direita e dos seus sindicatos.

Face ao perigo eminente do fascismo, um único partido defendeu os interesses vitais das massas trabalhadoras alemãs, um único partido defendeu a democracia e a paz: o Partido Comunista da Alemanha.

A luta contra o perigo fascista foi uma constante da política do PCA. Foram organizadas campanhas contra o desemprego, contra o agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras, contra os crescentes atentados à democracia. Contra o terror fascista criaram-se grupos de autodefesa antifascista. O trabalho ideológico acompanhava a acção prática. O PCA apresentava claramente, como única alternativa para repelir o fascismo, a destruição das suas raízes, da dominação do capitalismo monopolista. A política coerente do PCA, em defesa dos interesses das massas trabalhadoras, traduziu-se numa crescente influência de massas. Entre as eleições parlamentares de Maio de 1928 e as eleições de Novembro de 1932, os votos no PCA quase duplicaram.

Porque a sua luta era em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa da paz, o PCA bateu-se incansavelmente por uma premissa indispensável nessa luta: a unidade dos trabalhadores, a unidade dos antifascistas, a unidade da classe operária. Na Primavera de 1932, o PCA criou a Acção Antifascista, que constituiu o princípio de uma frente unida contra o fascismo, que reunia comunistas, sociais democratas e outros antifascistas. Em Junho e Julho de 1932 foram criados os comités pró-frente unida. Também em Julho de 1932 o PCA organizou uma reunião com 20 dirigentes sociais-democratas. Entretanto, enquanto cada vez mais sociais-democratas participavam junto com os comunistas na luta antifascista, os dirigentes de direita da social-democracia esforçavam-se por paralisar o movimento popular e lançavam-se no anticomunismo. A 30 de Janeiro de 1933, Hitler subiu ao poder. À proposta do PCA de uma greve geral, a social-democracia respondeu com o imobilismo, o anticomunismo, as esperanças eleitoralistas. Ainda em 1933 a actividade dos sociais-democratas, que tinham aberto portas à reacção, era proibida, como a de todos os partidos políticos.

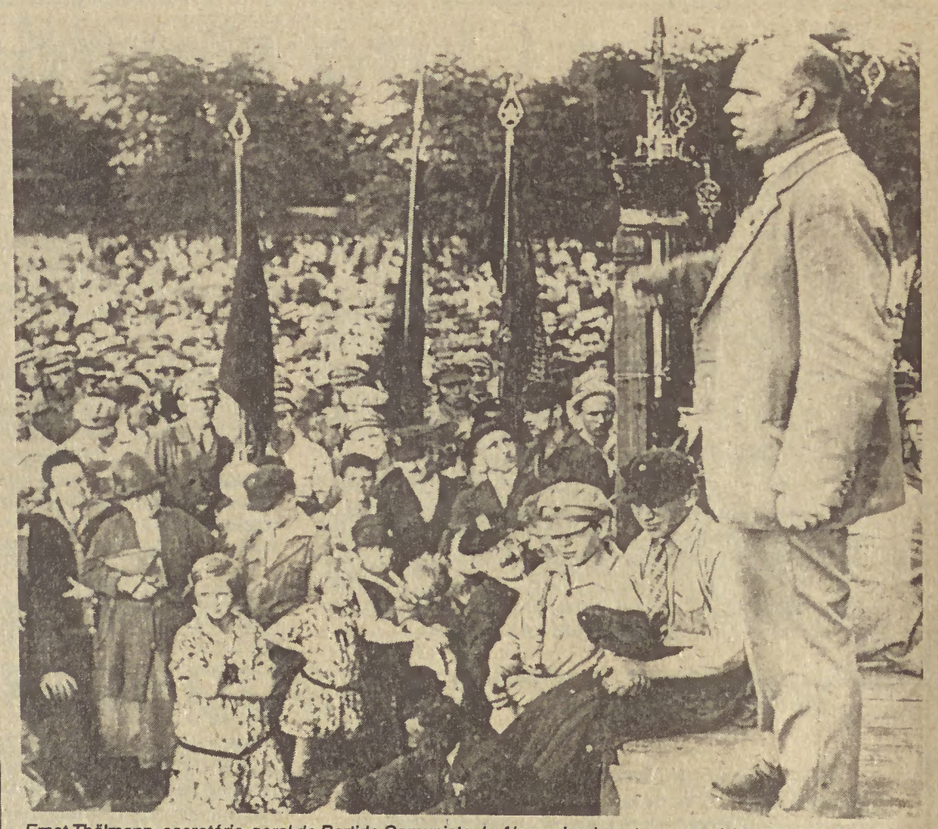
PCA: o partido da resistência e do futuro

O fascismo representou a mais brutal repressão, os campos de concentração, os assassinatos. Uma repressão que atingiu particularmente os comunistas. De 422 dirigentes do PCA, metade foram presos até começos de 1935, 24 foram assassinados. Mas a luta continuou nas novas e duras condições. Organização de greves e paralisações, solidariedade com os perseguidos políticos, impressão de jornais e folhetos, inscrições nas paredes. Mais tarde a participação nas brigadas internacionais em Espanha (cerca de 5000 voluntários ao lado de 30000 combatentes de diversos países), organização nos campos de concentração e nas prisões, participação em unidades guerrilheiras nos territórios ocupados pelos nazis.

E como pano de fundo destas acções, a luta pela unidade, na perspectiva da construção futura de um Estado socialista.

Foi nos campos de concentração, na dura luta comum contra o fascismo, que finalmente se forjou a unidade da classe operária alemã. Em Julho de 1943, por iniciativa do CC do PCA, foi formado em Krasnogorsk, perto de Moscovo, o Comité Nacional "Alemanha Livre", constituído por exilados e prisioneiros de guerra antifascistas, comunistas, sociais-democratas e cristãos. No interior da Alemanha e noutros países criou-se entretanto o Movimento "Alemanha Livre". Estavam lançadas as premissas das unidades antifascistas.

Quando já era eminente a derrota do nazismo, o CC do PCA elaborou um programa de acção apontado para o socialismo. *Superando a divisão da classe operária pela eliminação da influência do oportunismo*, o PCA e o PSA (outrora dirigido por sociais-democratas de direita) fundiram-se, em 1946 no Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA). Se a divisão e o anticomunismo tinham, nos anos 20 e 30, facilitado a implantação do fascismo, a unidade permitiu, depois da guerra, avançar decididamente para a construção do socialismo. Uma lição a não ignorar, nem esquecer.



Ernst Thälmann, secretário-geral do Partido Comunista da Alemanha durante um comício em 1930. Preso pelos nazis, o camarada Thälmann viria a ser assassinado, como milhares de comunistas alemães, nos campos de concentração hitlerianos

Uma foto de Outubro de 1944 deuma reunião do Comité Nacional Alemanha Livre, constituído na União Soviética por iniciativas dos comunistas alemães e que dirigiu a luta do povo alemão contra o nazismo. À direita, o camarada Wilhelm Pieck. Numerosos oficiais superiores do Exército Nacional Popular da RDA de hoje forjaram o Comité Alemanha Livre, como é o caso dos chefes do seu Estado-Maior General, general de divisão Heinz Kessler, e do Estado-Maior político, almirante Waldemar Werner

edições Avante!

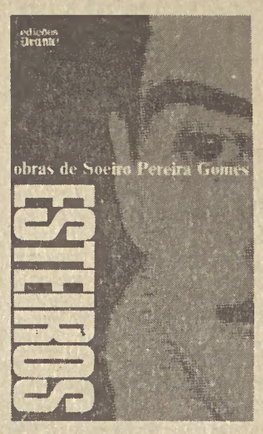
PEQUENO GUIA PARLAMENTAR

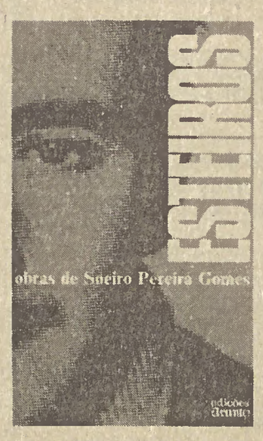
OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Qual o lugar da Assembleia da República no sistema constitucional de órgãos de poder? Quais as suas atribuições e competências? Que legislação tem produzido? Como se tem caracterizado a actividade do PCP na AR...?

PREÇO 100$00

CDL a distribuição





ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro

Soeiro Pereira Gomes

edições Avante!

as nacionalizações defesa e dinamização

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

nº19

pequena biografia de

FRIEDRICH ENGELS

por EVGUÉNIA STEPÁNOVA

CDL a distribuição

Semana

6
Quarta-feira

1941 – Início do esmagamento das tropas nazis na Frente de Moscovo.

O bispo auxiliar de Santiago do Chile, mons. Enrique Alvear, revela que foram descobertos cadáveres em número indeterminado, a semana passada, numa mina há muito abandonada, no sul do país, os quais se devem encontrar ali há dois ou três anos ■ Um porta-voz da Casa Branca anuncia que o presidente Carter decidiu enviar o secretário de Estado Cyrus Vance, na próxima semana, ao Médio Oriente, para tentar desbloquear as negociações Sadat-Begin ■ Colin Eglin, dirigente da oposição sul-africana, pede ao governo que se demita após o relatório da noite passada sobre o uso indevido de fundos públicos ■ O ditador do Uganda, Idi Amin Dada, demite das suas funções vários oficiais superiores que se tinham oposto à invasão do território da Tanzânia ■ Demite-se o primeiro-ministro japonês Takeo Fukuda e o seu gabinete. ■ Na sequência dos graves incidentes ocorridos na embaixada da Bulgária no Egipto, os dois países cortaram relações diplomáticas ■ Hans Huerlimann é eleito por um ano para a presidência da Confederação Helvética (Suiça) ■ O governo ditatorial do Irão ameaça usar a força para «manter a paz» no país, na sequência das manifestações anti-Xá que ontem irromperam de novo na capital ■ O ministro dos NE do Brasil, Azeredo da Silveira, rejeita a ideia de se criar uma Organização de Tratado de Atlântico Sul (SATO).

7
Quinta-feira

1941 – Ataque japonês à esquadra americana em Pearl Harbour, no Pacífico

O Xá do Irão e a sua família fogem de Teerão e refugiam-se na ilha de Kish, situada no Golfo Pérsico ■ Segundo a Rádio Hong Kong o Partido Comunista Chinês classificou como «vergonhosa» a condenação de 340 pessoas acusadas de espionagem ao serviço dos EUA e ordenou a sua reabilitação ■ A ditadura brasileira proclama oficialmente a «vitória» nas eleições do passado dia 15 de Novembro ■ Masayoshi Ohira é eleito primeiro-ministro do Japão, substituindo Takeo Fukuda ■ Fontes norte-americanas em Bruxelas revelam que os EUA não procurarão impedir que os seus aliados da NATO vendam armas defensivas à China ■ A República Federal da Alemanha pede, em Bruxelas, o início de um «debate político» sobre o armamento nuclear no seio da Aliança Atlântica ■ Averell Harriman, antigo embaixador dos EUA em Moscovo durante a II Guerra Mundial, dirige no Kremlin, perante 400 homens de negócios norte-americanos em visita à URSS, um apelo ao Congresso do seu país para que cessem as restrições comerciais com a URSS, restrições que considerou ultrajantes.

8
Sexta-feira

1917 – Fecha o Congresso Extraordinário dos Sovietes Camponeses de toda a Rússia. É decretado o controlo estatal sobre as maquinarias e instrumentos agrícolas.

O ministro do Interior da Bolívia, Raul Lopez Leyton, anuncia que o governo militar boliviano descobriu uma rede subersiva, subvencionada pelo capital privado, cuja finalidade seria impedir o regresso à democracia ■ Oliver Stim, secretário de Estado francês dos NE, declara em Bissau que a França considera nulas as eleições organizadas pelo regime de Pretória na Namíbia ■ Morre, com 80 anos de idade Golda Meir, antigo primeiro-ministro de Israel ■ Segundo resultados oficiais, a nova Constituição espanhola, que enterra definitivamente a legislação fascista de Franco, é aprovada esmagadoramente por 87,79% dos votos expressos ■ O governo militar do Irão anuncia que irá retirar as tropas das ruas de Teerão e que autorizará as manifestações programadas para domingo e segunda-feira.

9
Sábado

1867 – I Congresso das «Trade-Unions»

O presidente francês Valery Giscard D'Estaing convida o presidente Carter, dos EUA, o chanceler Helmut Schmidt, da RFA, e o primeiro-ministro britânico James Callaghan para uma reunião cimeira a 5 e 6 de Janeiro, na ilha Guadalupe (Índias Ocidentais) para discutirem o «estado do mundo no final de 1978» ■ É anunciado que mais de 40 000 norte-americanos deverão abandonar o Irão por estes dias, para o que os EUA estão a enviar aviões especiais ■ Regressa ao seu país o presidente do Afeganistão, após uma visita de quatro dias à URSS, onde celebrou um tratado de amizade e cooperação ■ Um comentador político do jornal «Informaciones» torna público que os presidentes Carter, dos EUA, e Giscard D'Estaing, da França, enviaram notas pessoais a Adolfo Suarez, presidente do governo espanhol, advertindo-o contra a formação de qualquer governo com a participação de comunistas ■ 27 cadáveres, alguns deles com os crâneos perfurados por balas, são encontrados, no Chile, num forno de cal abandonado, perto da capital.

10
Domingo

1956 – Fundação do MPLA que, em 1977, se transformaria em partido marxista-leninista

Milhões de pessoas manifestam-se nas principais cidades do Irão contra o regime ditatorial do Xá Reza Pahlevi e a ingerência dos EUA no país ■ O presidente Agostinho Neto, da República Popular de Angola, preside em Luanda ao acto central das comemorações simultaneamente do 22.º aniversário da arrancada em armas para a libertação nacional e do 1.º aniversário do MPLA-Partido do Trabalho ■ O senador Edward Kennedy, falando numa Convenção Democrática em Memphis (EUA), ataca as propostas orçamentais do presidente Carter e incita os democratas a recusarem cortes drásticos nas despesas internas ■ Quatro sondas norte-americanas esmagam-se na superfície de Vénus, depois de terem enviado para a Terra informações pormenorizadas daquele planeta.

11
Segunda-feira

1900 – Sai o 1.º número do «ISKRA»

Um comunicado oficial do governo moçambicano informa que pelo menos 26 pessoas morreram e 73 ficaram feridas após novos «raids» dos racistas da Rodésia a Moçambique, nos últimos dias ■ O embaixador racista da África do Sul em Brasília, Frederikus Pretorius, diz que o «seu» país é favorável à criação duma «NATO» para o Atlântico Sul ■ Mais de 750 kg de explosivos explodem na maior fábrica de dinamite do mundo, em Modderfontein, perto de Joanesburgo, na África do Sul ■ O governo chinês decide proibir as manifestações em Pequim, alegando que elas poderiam «dividir o país» e «provocar distúrbios», o que parece traduzir um aparente reforço da posição do presidente Hua Kuo-feng ■ Morrer Raul Lastiri, de 63 anos, que foi o chefe de fila do peronismo, na Argentina ■ É anunciado oficialmente em Luanda que o presidente Agostinho Neto, da RP de Angola, demitiu hoje, por decreto, sete ministros, incluindo o primeiro-ministro ■ Violento incêndio deflagra num depósito de combustível na capital da Rodésia. Segundo a polícia racista, trata-se de mais uma acção de guerrilha dos patriotas rodesianos.

12
Terça-feira

1917 – O I Congresso dos Sovietes da Ucrânia proclama a República Socialista da Ucrânia.

Na cidade iraniana de Ispahanestalam registam-se violentos incidentes entre os manifestantes anti-Xá e o Exército, que abriu fogo ■ Realizam-se as exéquias do antigo primeiro-ministro de Israel e uma das fundadoras daquele Estado, Golda Meir ■ Segundo fonte chegada à administração norte-americana, é possível e até provável a celebração nos próximos quinze dias dum acordo para a limitação dos armamentos estratégicos (SALT II) no decurso de um encontro entre o secretário de Estado dos EUA Cyrus Vance, e o ministro dos NE soviético, Andrei Gromyko.

G. Husak, E. Honecker, L. Brejnev, N. Ceacescu, E. Gierek, J. Kadar e T. Jivkov

Pacto de Varsóvia: a paz como objectivo fundamental

Enquanto a NATO mantinha (e prossegue) discussões sobre novos aumentos dos orçamentos militares, novos avanços na técnica de armamentos de destruição massiva, defendendo uma política d "equilíbrio" à beira do abismo, os Estados membros do Pacto de Varsóvia, reunidos numa Conferência do Comité Político Consultivo, realizada a 22 e 23 de Novembro em Moscovo, analisavam a actual situação internacional na perspectiva de defesa da *paz*.

Do balanço feito destaca-se uma conclusão fundamental: "*É possível que se produza uma viragem decisiva no domínio da cessação da corrida aos armamentos. É necessário tudo fazer para que isso se torne uma realidade*".

É nesta perspectiva – a possibilidade e a necessidade urgente de defender e reforçar as bases da paz – que são salientados os novos perigos para o desanuviamento internacional e os progressos entretanto registados na sua defesa, a crescente determinação dos povos, de todas as forças progressistas, de porem termo à "política de agressão e de opressão praticada pelo imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, e a intensificação da actividade das forças do imperialismo e da reacção".

Os passos positivos

Neste contexto, há passos positivos já dados, situações adquiridas, orientações assumidas, que há que defender, e que são elementos concretos do clima internacional actual e da luta pela paz. A Acta Final de Helsínquia, que coroou os trabalhos da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, constitui um bom programa que define as principais orientações e oferece pontos de referência para a acção em prol da paz e do desanuviamento. Têm-se intensificado os contactos políticos entre Estados com orientações político-sociais heterogéneas, acentua-se a cooperação económica e técnico-científica. Belgrado, apesar de não ter sido possível avançar em pontos essenciais como o desanuviamento no campo militar, abriu caminho a algumas medidas multilaterais no domínio de problemas concretos: uma conferência de especialistas sobre a elaboração de um processo de regulamentação pacífica de litígios, um forum científico europeu, uma conferência de peritos sobre cooperação económica, científica, técnica e cultural no Mediterrâneo. A marcação de um novo encontro dos Estados participantes na Conferência Europeia, para 1980, em Madrid, garante a continuidade necessária do processo iniciado com as Conferências Europeias.

Por outro lado foram submetidas, este Verão, à Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Desarmamento e à presente sessão da Assembleia Geral, as propostas dos países socialistas sobre o conjunto de problemas relativos ao fim da corrida aos armamentos e ao desarmamento. Os países do Pacto de Varsóvia desenvolvem todos os seus esforços para a assinatura de um segundo acordo da limitação dos armamentos estratégicos ofensivos entre a URSS e os Estados Unidos; lançam iniciativas que facilitem a eliminação de obstáculos nas conversações em curso sobre vários aspectos da limitação e cessação da corrida aos armamentos.

Entretanto, e como destaca a declaração adoptada na Conferência de Moscovo do Pacto de Varsóvia, "**um progresso na via traçada pela Conferência Europeia, como o reforço da paz em todo o mundo, só poderá ser concretizado se todos os Estados agirem com espírito de consequência e na mesma direcção**".

Aqui reside uma questão central da luta pela paz. O que impõe que a força do movimento da paz assuma uma expressão tão determinante, que esta condição se passe a concretizar como alternativa única.

A ofensiva do imperialismo

A ofensiva do imperialismo contra o desanuviamento, tentando pôr em causa, paralisar e mesmo fazer recuar conquistas importantes da luta de todos os povos, desenvolve-se de forma multifacetada.

Somam-se as violações dos princípios universalmente reconhecidos das relações entre os Estados, o que acarreta graves perigos para a paz e a segurança internacional, para a liberdade e a independência dos povos, levantam-se obstáculos permanentes à cooperação económica, científica e técnica, desencadeiam-se campanhas políticas contra os países socialistas, os partidos comunistas e operários, as forças democráticas e progressistas.

A NATO lança-se numa escalada na corrida aos armamentos, com orçamentos militares crescentes, novos programas escalonados para os futuros decénios, de desenvolvimento das forças armadas e seu reequipamento com armas de extermínio massivo, tentando de facto uma superioridade militar sobre o socialismo.

Por outro lado, "**a ameaça ao desanuviamento internacional emana também da política imperialista hostil aos povos que lutam para se libertarem do jugo colonial e racista, contra o neocolonialismo, pela independência e o progresso social**".

Enquanto se desenvolve a ofensiva do imperialismo contra a paz, prossegue e intensificam-se as iniciativas do socialismo e sua defesa, dentro do princípio de que "**a tarefa primordial da política internacional é, nas condições actuais, assegurar a mais rápida viragem nas conversações sobre a cessação da corrida aos armamentos e o desanuviamento**". Tarefa que pressupõe, simultaneamente, a activa solidariedade dos países socialistas com os povos em luta pela liberdade, contra o imperialismo, luta que limita cada vez mais a capacidade de acção das forças da guerra.

"A bandeira dos direitos e liberdades do homem é a bandeira do socialismo"

Esta uma verdade confirmada também pelo facto indiscutível de que a batalha da paz tem o seu mais forte e decisivo esteio na comunidade socialista.

Estas facetas da luta pela paz, que se insere na batalha pelas liberdades e os direitos humanos, estão bem claras na declaração final de Moscovo, em que **os Estados socialistas "reafirmam a sua solidariedade com a luta dos povos contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, contra as formas de dominação e opressão. Continuarão a conceder apoio às forças que lutam pela libertação nacional, aos povos dos países libertados que defendem em condições difíceis a sua independência e liberdade, nomeadamente o direito de escolher livremente a sua via de desenvolvimento social, de garantir a integridade territorial dos seus países, a sua independência e soberania. Destacam uma vez mais a sua determinação de promover ainda mais a cooperação multiforme e as relações fraternas com os jovens Estados de orientação socialista**". A mesma determinação se reflecte no apelo dirigido a todos os Estados europeus, aos povos do mundo, pelo firme empenhamento na política da paz, pela realização de conversações conducentes à exclusão de todas as armas nucleares dos arsenais dos Estados, por um acordo sobre redução dos orçamentos militares, pela rápida conclusão de conversações e limitação e cessação da corrida aos armamentos, por medidas eficazes para baixar o nível de confrontação militar no continente europeu, pelo fim dos vestígios de colonialismo e da exploração neocolonialista, pela reestruturação e democratização das relações económicas internacionais, porque sejam solidamente afirmados nas relações internacionais os princípios de igualdade de direitos, não ingerência, não recurso à força e à sua ameaça, respeito pela independência e pelo direito dos povos escolherem a sua via de desenvolvimento.

A amizade e cooperação entre países socialistas

Na batalha da paz, no processo de desenvolvimento dos povos rumo ao futuro, um papel importante, decisivo, cabe aos progressos da comunidade socialista, ao reforço dos seus laços e da sua unidade. No balanço feito em Moscovo, destaca-se que "**Os participantes na Conferência do Comité Político Consultivo declaram a vontade inabalável dos partidos e dos governos dos seus países de consolidarem permanentemente a amizade e a cooperação igual em direitos entre eles, entre todos os Estados socialistas e as forças progressistas. Estão convencidos que, na época actual, em que o imperialismo prossegue a sua política de dominação, de opressão e de desigualdade, reveste-se de particular importância a afirmação de relações internacionais de novo tipo, a consolidação da unidade e da coesão dos países socialistas. É precisamente esta via que melhor garante os interesses de todos os povos que constroem a sociedade nova, faz elevar constantemente o prestígio do socialismo no mundo, aumentar o papel dos países socialistas na estimulação e renovação da vida internacional, e do aprofundamento do desanuviamento e da consolidação da paz**". A realização da Conferência, a assinatura por todos os representantes dos Estados do Pacto de Varsóvia da declaração final, são um elemento e um factor dessa unidade.

O documento termina com uma afirmação de confiança:

"**Os Estados do Tratado de Varsóvia reunidos na Conferência do Comité Político Consultivo, sabem bem quão imensa, pela sua envergadura, difícil, pelo seu carácter, é a tarefa principal: o reforço da paz. Mas também sabem bem que a vida, o trabalho e o futuro radioso de todas as pessoas, sejam quais forem os sistemas sociais e os continentes onde vivam, seja qual for o seu nível de desenvolvimento económico, dependem da solução desta tarefa.**

Farão todos os possíveis para que esta grande tarefa seja resolvida e para que a Humanidade entre no século XXI num contexto duma paz sólida e duma larga cooperação internacional."

As conclusões da Conferência, que acima resumimos e citámos, foram subescritas pelos camaradas E. Gierek (Polónia), N. Ceaucescu (Roménia), L. Brejnev (URSS), G. Husak (Checoslováquia), T. Jivkov (Bulgária), V Kadar (Hungria) e E. Honecker (RDA).

Angola: dois aniversários no caminho do futuro

No dia 10, em Luanda, realizou-se o acto central das comemorações simultâneas do vigésimo segundo aniversário do levantamento armado do povo angolano contra o domínio colonial português e do primeiro aniversário do MPLA como Partido do Trabalho.

Para um povo hoje livre que para construir o futuro tem ainda muitos obstáculos a vencer, múltiplos problemas a resolver, como para todos os povos que têm o destino do país entre as suas mãos, as comemorações de datas históricas são não só momentos de festa e regozijo popular, mas também momentos em que se faz o balanço dos passos dados, das dificuldades a enfrentar, das medidas a tomar.

Em Angola, as comemorações de datas tão decisivas como o início do movimento de libertação nacional e a adequação do movimento de libertação às novas condições de independência e liberdade, foram acompanhadas da realização da primeira reunião extraordinária do Comité Central, que decorreu em Luanda de 6 a 9 de Dezembro.

Nesta reunião do CC do MPLA-PT, foram tomadas algumas importantes decisões: desapareceu o cargo de primeiro-ministro e de vice-primeiro-ministro, ocupados respectivamente por Lopo do Nascimento e Carlos Rocha, que cessaram também as suas funções no *bureau* político do Partido. Simulteanamente foram substituídos os directores do "Jornal de Angola" e da Televisão. Pascoal Luvualu, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, passou a fazer parte do *bureau* político do MPLA. Todos os comissários provinciais passaram a uma posição idêntica à dos ministros. Realizou-se uma remodelação governamental e algumas estruturas governamentais foram transferidas para o centro do país. O esforço de maior contacto entre os órgãos de poder e as massas populares, e de uma maior operatividade na solução dos problemas, é evidente.

Nas comemorações de Luanda, o camarada Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola, fez uma intervenção em que destacou a necessidade de resolver os problemas do povo, com o povo, tornando mais seguros os caminhos da revolução.

"Como resolver os problemas do povo neste momento? – destacou Agostinho Neto – Vamos desenvolver a economia. Vamos ajustar melhor às nossas realizações as manifestações culturais. Vamos resolver alguns dos problemas sociais. Como? Quando? Apesar das opções, das determinações do Partido, apesar dos apelos a todas as instituições do governo, ainda há carências grandes".

O caminho apontado para resolver os problemas é uma aproximação maior entre o poder executivo e o povo angolano, a dinamização do Partido, a institucionalização do poder popular,

Agostinho Neto

para o que é criado um departamento especial. O governo angolano, o MPLA-PT, apoiam o seu trabalho nas massas trabalhadoras. A solução dos seus problemas é o objetivo. Isso foi uma vez mais expresso. E é a sólida garantia de que todas as dificuldades serão vencidas no caminho já aberto na perspectiva do socialismo.

Comemorações em Portugal

Comemorando o 22.º Aniversário da criação do MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, e o primeiro aniversário da constituição do MPLA – Partido do Trabalho, a Associação de Amizade Portugal-Angola realizou na passada segunda-feira, dia 11 uma sessão pública.

Na sessão, na qual se encontrava presente o embaixador da RPA em Lisboa, Adriano Sebastião, foi aprovada, por aclamação, uma moção de denúncia do congelamento do espírito dos acordos de Bissau, na qual se solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português que "clarifique publicamente" as tramitações legais e diversas questões relacionadas com o atraso na efectivação do citado acordo assinado polos Presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto. A moção defende ainda o reforço das relações entre os dois países e povos irmãos.

Na mesa da sessão encontravam-se Gualter Basílio, deputada do PS, e os membros da Direcção da Associação de Amizade Portugal-Angola, Anabela, Domingos Lopes, Daniel Matos e Manuel Branco.

Daniel Matos, um dos intervenientes, deu notícia dos inúmeros telegramas de saudação enviados por associações de amizade, partidos, organizações de trabalhadores, delegados sindicais e ainda por diversas personalidades.

Irão e Espanha: luta pela democracia

Por razões diversas, mas com um denominador comum, dois países, entre outros, atraíram esta semana as atenções: o **Irão** e a **Espanha**. No Irão realizaram-se as maiores e mais bem organizadas manifestações de massas em Teerão, contra o Xá e a monarquia. Em Espanha, a nova Constituição, a primeira dss últimos 40 anos, foi votada pela maioria do povo espanhol. No Irão como em Espanha, a clara vontade de rejeição do fascismo.

Durante 48 horas milhões de pessoas, entre bandeiras, em filas de dez, gritando *slogans* e empunhando cartazes, desfilaram pelas ruas de Teerão, capital do **Irão.** Estas 48 horas coincidiram com uma das datas anuais mais importantes da religião shiita. Todos os anos se realizam imensos cortejos religiosos. Este ano, uma das maiores demonstrações religiosas do Irão transformou-se numa poderosa manifestação política. As exigências políticas – fim da ditadura, afastamento definitivo da dinastia – foram nota dominante. Alá foi invocado... contra o Xá. A multidão imensa que durante dois dias consecutivos dominou as ruas de Teerão expressou claramente a vontade do povo iraniano, num momento importante da sua luta contra a ditadura fascista, contra o imperialismo que alimenta e apoia. Ao lado dos cartazes exigindo o afastamento do Xá, outros exprimiam uma exigência repetida por muitos outros povos: "Americanos, vão-se embora!".

E os americanos já se estão a ir... Não, não abandonaram os lucros do petróleo, nem os seus múltiplos interesses económicos, políticos, estratégicos, no Irão. Mas manobram para encontrar na oposição os apoios necessários para o prosseguimento da exploração do povo iraniano, das riquezas do seu país, de uma outra forma. E, entretanto, saem do Irão às dezenas de milhar. Estes factos, somados ao refúgio do Xá no Golfo Pérsico e ao levantamento da lei marcial nos dois dias de manifestação em Teerão, depois das ameaças de repressão, são sintomas de que alguma coisa está a quebrar no sistema, posto radicalmente em causa pela luta popular que não retrocede, que alia greves a manifestações, ao protesto contra os assassinatos, contra a repressão.

Em **Espanha**, com a votação da nova Constituição, que reconhece a Declaração Universal dos Direitos Humanos e garante os direitos democráticos fundamentais, um passo importante foi dado na democratização da vida nacional. Os totais da votação – cerca de 88% de "sim", quase 33% de abstenções e um pouco menos de 8% de "não" – reflectem a clara rejeição do franquismo, a relativamente pequena expressão popular dos sectores abertamente fascistas. A elevadíssima abstenção no país Basco dá-nos a medida de um dos muitos problemas que não estão resolvidos, porque herança do franquismo, porque o caminho democrático aberto em Espanha não toca para as estruturas da sociedade, mantendo-se portanto, ou mesmo agudizando-se, problemas como um desemprego que atinge já um milhão de trabalhadores, uma alta do custo de vida que acentua o desiquilíbrio social – 50% das famílias desfrutam 20% do rendimento nacional, enquanto 20% mobilizam 50% desse rendimento.

Pela democracia, solidariedade com o povo da Bolívia

No dia 24 de Novembro, quando na Bolívia um grupo de militares afastou do poder o autodenominado presidente Pereda, o fascismo recebeu um rude golpe. Com Padilla, o actual presidente, o fascismo perdeu o governo. O que não quer dizer, naturalmente, que tenha morrido.

Neste momento a Bolívia vive uma situação complexa, instável, não consolidada. Pesa a herança de 7 anos de fascismo, com fronteiras com países que vivem também situações repressivas ou estão mesmo sujeitos a regimes fascistas. Com dificuldades de contacto com o mundo exterior, e a dificuldade correspondente em fazer ouvir a voz do povo. Sete anos em que o fascismo liquidou a legalidade. Os centros de trabalho, as minas, foram ocupadas. Foram criados campos de concentração. Milhares de presos, torturados e mortos. Dezenas de milhares de exilados.

Hoje vive-se uma nova etapa. A convocação de eleições, exigência fundamental do movimento popular de massas, abre a possibilidade de uma democratização da vida nacional por um processo eleitoral. O governo de Padilla – governo heterogéneo, onde estão representados sectores diferenciados das Forças Armadas, e onde se desenvolve uma luta de posições – demonstrou respeitar o movimento de massas, os seus partidos políticos, os sindicatos, tendo mesmo pedido o apoio popular no 24 de Novembro.

A complexidade da situação manifesta-se em diversos planos. Mantém-se a ameaça e a possibilidade de um contra-golpe de militares da direita. Simultaneamente a direita reúne esforços para se unir em torno de um candidato único, provavelmente Paz Estensoro. Em paralelo com a acção da direita, desenvolve-ve a actividade do esquerdismo, com alguma expressão de massas e influência nas camadas médias e entre estudantes. Os grupos trotskistas e maoistas, unidos numa política anticomunista, provocam divisões no movimento popular de massas e dão pretextos à direita para criar uma falsa imagem da actividade e dos objectivos das forças de esquerda. Diversos sectores guerrilheiros contribuem também para gerar confusão e dispersão na acção das forças populares. A luta das forças democráticas tem assim que se desenvolver simultaneamente contra o perigo da direita e contra os desvios, o confusionismo, a acção anticomunista de grupos esquerdistas.

A complexidade da situação política soma-se uma crise económica gravíssima. A dívida externa cresceu 500 milhões de dólares nos últimos sete anos. Os juros a pagar correspondem a 1/3 das exportações. A dívida externa corresponde a três vezes o total do Produto Nacional Bruto em moeda estrangeira. Reina o caos na indústria de petróleo e hidrocarbonatos. O aumento dos preços dos produtos de consumo corrente quase duplicou nestes sete anos, enquanto os salários foram congelados. A desvalorização do dólar atinge os preços de vários minerais de exportação. A crise na agricultura leva à importação de produtos que antes chegavam para as necessidades da população (2/3 do trigo é importado; importam-se igualmente as batatas).

Esta herança económica do tempo de Banzer pode levar à desestabilização da Bolívia, pois dificulta um justo equilíbrio entre as possibilidades económicas do país e as prementes necessidades no domínio salarial. Impõe-se às forças democráticas defender o nível de vida das massas sem agudizar a crise.

O novo governo militar garantiu a entrega do poder aos civis, após eleições já marcadas para 1 de Julho próximo.

A perspectiva de uma vitória eleitoral da UDP — Frente Democrática que reúne actualmente 14 organizações políticas,

sendo o Partido Comunista uma das três mais importantes – assenta em factos bem concretos. Nas eleições de Julho passado, apesar das imensas dificuldades de um processo eleitoral completamente viciado, foi a oposição que ganhou de facto as eleições. O golpe de Pereda, contra a manifestação da vontade popular, não passou de uma tentativa frustada de ganhar tempo para recompor as forças abaladas da direita.

Apesar da repressão sob o fascismo, o movimento popular de massas manteve-se sempre vivo e actuante. Impôs conquistas importantes ainda sob o regime de Banzer, manifestou a sua força nas eleições-farsa de Julho, exprimiu-se de forma clara no 24 de Novembro, traduz-se em grandes e pequenas lutas pelos direitos das massas trabalhadoras, pela democracia. Hoje, só é possível garantir a democracia com a mobilização popular de massas.

Para que os trabalhadores e as massas populares bolivianas vençam, para que a direita não possa inverter o processo de democratização encetado, a vigilância internacional, a solidariedade activa de todos os povos, é um elemento importante. Uma Bolívia democrática é uma brecha no fascismo na América Latina, um golpe nas posições do imperialismo e um contributo para a paz, para o reforço das forças progessistas a nível internacional.

REVISTA INTERNACIONAL
PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Visita da delegação do PCP a Moçambique

• Entrevista com Carlos Costa

A convite da Frelimo uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e Carlos Carvalhas, membro do Comité Central, visitou a República Popular de Moçambique, de 4 a 9 do corrente, tendo sido recebida pelo Presidente da Frelimo, camarada Samora Moisés Machel, que se encontrava acompanhado pelos camaradas Joaquim Chissano e Óscar Monteiro, membros do Secretariado da Frelimo.

Tendo decorrido num clima de calorosa amizade e fraternidade revolucionária, a visita foi amplamente coberta pelos órgãos de informação de Moçambique. A delegação do PCP teve conversações com duas delegações do Comité Central da Frelimo, dirigidas respectivamente pelo camarada Joaquim Chissano, secretário da Frelimo para as Relações Exteriores, e pelo camarada Marcelino dos Santos, secretário da Frelimo para as questões de política económica. Nestas conversações participaram, além de outros camaradas, os membros do CC da Frelimo Bonifácio Gruveta Massamba e José Correia Ganâncio.

No regresso da delegação do PCP, que durante a visita à RPM se deslocou à província de Gaza, onde foi recebida pelo 1.º secretário da organização provincial da Frelimo, camarada João Facitela Pelembe, o «Avante!» entrevistou o camarada Carlos Costa. A primeira pergunta, como não podia deixar de ser, incidiu sobre os objectivos da visita:

— Os objectivos da visita da nossa delegação foram os de trocar uma informação sobre a situação política nos respectivos países, sobre a situação internacional e, em particular, a situação na África Austral – esclareceu o camarada. **A delegação do Partido Comunista Português afirmou o nosso apoio à luta do povo moçambicano para repelir as sucessivas agressões armadas do regime ilegal de Ian Smith, o nosso apoio à luta da Frente Patriótica do Zimbabwé pela independência total e completa deste país, o nosso apoio à luta dirigida pela SWAPO pela libertação da Namíbia, e à luta dirigida pela ANC contra o regime racista e fascista da África do Sul e a nossa condenação das manobras do imperialismo traduzidas na agressão de Idi Amin à Tanzânia.**

— Os comunistas sabem bem que os objectivos das conversações entre as delegações do PCP e de outros partidos irmãos são constantemente deturpados por afirmações caluniosas procurando fazer crer, por exemplo, que o nosso Partido influencia negativamente as relações Estado a Estado entre Portugal e Moçambique. Que se te oferece dizer sobre isto?

— Na verdade, sempre que há contactos entre o PCP e a Frelimo – comentou Carlos Costa – **as forças reaccionárias que permanentemente pretendem dificultar as relações entre o Estado Português e o Estado Moçambicano, atribuem-nos a nós aquilo que elas próprias pretendem fazer.**

O Partido Comunista Português considera que, no interesse de Portugal e do Povo português, devem existir e desenvolver-se relações amistosas entre o Estado Português e o Estado de Moçambique, baseadas no respeito pela independência e soberania de cada um dos Estados e no interesse mútuo dos dois países.

A este respeito aproveito para dizer que um jornal da tarde do dia 11, me atribuiu algumas declarações que não fiz.

Mas devo dizer – sublinhou o camarada – **que nas nossas conversações não se tratou das relações entre os dois Estados.**

— Não foi a primeira vez que visitaste Moçambique depois de Abril de 1974. Quais foram as tuas impressões gerais acerca da mudança? Como se vê a mudança?

— Há, na verdade, mudanças fundamentais durante o período ocorrido entre a minha primeira e a última visita a Moçambique. Para além de factos tão importantes como foram a proclamação da independência e a aprovação da Constituição, como creio que o que se pretende é recolher impressões de aspectos concretos, posso dizer que hoje, por toda a parte, se sente a presença activa do partido marxista-leninista que é a Frelimo, se sente a construção de um novo Estado, se vê a edificação das bases materiais, culturais e políticas do socialismo.

Há, naturalmente, dificuldades, mas vê-se que essas dificuldades vão sendo superadas e se vão criando as condições para superar outras.

Para quem visita Moçambique, torna-se evidente a participação massiva do povo na construção entusiástica de nova vida.

Amigos e irmãos

— As relações entre a Frelimo e o nosso Partido sempre se distinguiram pela calorosa amizade. Queres falar-nos da maneira como os representantes do PCP foram recebidos durante as visitas que efectuaram?

— A Frelimo e o povo moçambicano não identificam os portugueses com os colonialistas. Quanto aos comunistas consideram-nos seus irmãos de combate na mesma luta, na luta contra o fascismo e o colonialismo, no passado, na luta contra o imperialismo, pela paz e pelo progresso dos povos, hoje.

Posso dar um exemplo de como fomos apresentados na aldeia comunal de «Marien N'Gouabi». O camarada que nos acompanhava depois de afirmar que, sempre que levam visitantes amigos à aldeia previnem os habitantes de quando a visita se fará, deu a explicação por que, neste caso, não tinha feito tal prevenção, dizendo:

«Quando convidamos um amigo para vir a nossa casa, enganâmo-lo um pouco, visto que lhe damos galinha e não comemos galinha todos os dias. Mas agora não trouxemos apenas amigos, trouxemos irmãos. E por isso não vos prevenimos, para que os nossos irmãos possam ver exactamente como vivemos».

— Tiveste a oportunidade de tomar contacto directo com as realizações da Revolução Moçambicana. Além da visita que acabaste de referir, que outras fizeste?

— Visitámos, na província de Gaza, a empresa agrícola estatal do Baixo Limpopo e, do que ali vimos, podemos concluir que esta exploração agrícola estará em breve totalmente recuperada e ficámos com a certeza de que não passará muito tempo sem que ela produza mais do que produziu em qualquer outra altura da sua existência. Mas não é apenas isto que importa. Importa que são trabalhadores agrícolas que a dirigem, que a dirigem com eficácia e sabedoria. Importa ainda que todos os trabalhadores da empresa e suas famílias foram vacinadas contra doenças epidémicas, que está em construção um bairro para os trabalhadores. Enfim, torna-se claro que a empresa se desenvolve e que se desenvolve em benefício imediato dos seus trabalhadores e do país.

Visitámos, também na província de Gaza, uma loja do povo, em que era patente a limpeza, a arrumação, a disciplina e a eficiência comercial desta espécie de supermercado.

É um facto que existe a falta de géneros. Mas, como se sabe, o aparelho colonialista de escoamento e de distribuição dos produtos, que se baseava nos cantineiros, ficou destruído pela fuga destes e não é fácil criar, mas está a ser criado, um novo aparelho de escoamento dos produtos agrícolas e de distribuição dos bens necessários à vida do povo.

Visitámos igualmente a empresa industrial «Cajuca», onde pudemos verificar que os operários que dirigem a empresa dominam perfeitamente os processos de produção. E visitámos ainda o Instituto do Livro e do Disco e outras realizações.

Não queria deixar de referir – salientou por fim o camarada Carlos Costa – **a emocionante visita que fizemos ao Museu da Revolução, no Maputo, onde pudemos apreciar, numa forma tecnicamente bem concebida, a História da luta do povo moçambicano, desde os tempos da escravatura até à realização do III Congresso da Frelimo, no qual foi criado o partido marxista-leninista que manteve o nome de Frelimo.**

Temos a certeza de que, com esta visita, se reforçaram ainda mais os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos e povos, e se criaram condições para o ulterior desenvolvimento de tais laços. A nossa delegação transmitiu ao CC da Frelimo a proposta do nosso Comité Central para que em data a fixar oportunamente, se efectue uma troca de visitas entre delegações da Frelimo e do PCP.

Uma importante contribuição para a resolução dos problemas do Porto

Os graves problemas e carências do Porto e da sua população, a urgência de ser definida uma nova política municipal virada para a sua resolução, a necessidade do funcionamento colegial e democrático da Câmara, o papel insubstituível da iniciaitiva popular e das suas organizações, foram os temas dominantes do Encontro de Munícipes daquela cidade, promovido pelos eleitos da Aliança Povo Unido.

Esta importante reunião possibilitou também o balanço da actividade dos eleitos do Povo Unido para os órgãos autárquicos da cidade, culminando um amplo trabalho preparatório, que não só permitiu a elaboração do mais completo inventário das dificuldades da cidade até agora realizado, como também mostrou o papel decisivo da participação criadora do povo na superação das suas dificuldades.

Os problemas da cidade continuam por resolver, como ficou patente ao longo dos trabalhos, que se prolongaram por três sessões, no decurso das quais foram divulgadas mais de meia centena de comunicações, abordando os problemas das 15 freguesias portuenses, que foram atentamente escutadas pelo meio milhar de participantes e pela centena de convidados, onde se encontravam – designadamente – delegações do PCP, do MDP/CDE, da União dos Sindicatos do Porto, os presidentes da Câmara, Assembleia e Conselho Municipais, assim como membros eleitos por outras forças políticas para as autarquias do Porto, nomeadamente presidentes de Juntas e Assembleias de Freguesia.

manancial de situações e soluções contidas em todos os documentos do Encontro, nas respostas ao inquérito e nas intervenções proferidas ao longo da reunião.

No final do Encontro, foram aprovados por unanimidade vários documentos, designadamente um manifesto à população e as conclusões da reunião, extenso documento de análise, de balanço e de propostas de actuação. Foram igualmente aprovadas moções condenando a violência contra os trabalhadores da Reforma Agrária, exigindo a punição dos bandos fascistas, protestando contra o corte de financiamento às cooperativas e associações de moradores, manifestando preocupação face à eventual passagem do Governo Mota Pinto e apelando ao recenseamento, e uma moção contra a proposta de postura da CMP, limitando a liberdade de informação.

É urgente definir política municipal justa

Integrada por cinco elementos do PS, três do PPD/PSD, três do CDS e dois da APU, a Câmara Municipal do Porto tem-se comportado – no fundamental – como uma edilidade PS/PPD/CDS, funcionando de uma forma não colegial e não democrática, não dirigindo, nem favorecendo a participação popular. Em suma, não satisfaz as exigências de uma gestão eficiente e democrática como o reclamam os múltiplos problemas da segunda cidade do país e a sua população que, neste momento, já ultrapassa os 300 mil habitantes.

Esta situação coloca na ordem do dia a definição de uma política municipal justa, que responda cabalmente aos anseios e reclamações populares. Das inúmeras intervenções escutadas ao longo do Encontro, retenhamos o seguinte passo da comunicação do representante da comissão de moradores do Bairro de Habitação Económica de Ramalde:

«A comissão de moradores de que faço parte, ao longo dos seus três anos de existência já apresentou nas várias repartições camarárias quatro projectos, 12 exposições, foram feitas 27 reuniões com os vários serviços e enviados 240 ofícios. De todo este trabalho pode dizer-se que os resultados foram nulos. Note-se que os nossos pedidos de auxílio nunca foram no sentido de outros resolverem os problemas do nosso bairro, mas solicitando material para sermos nós próprios a resolvê-los».

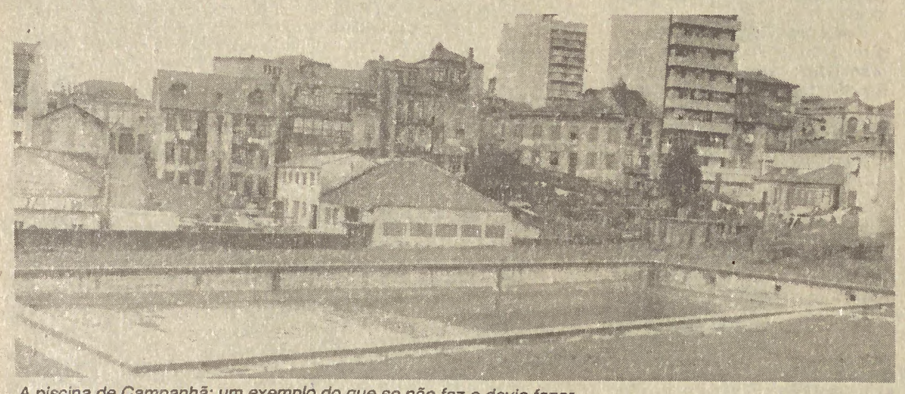
Há muito mais. Mas este parece-nos ser um exemplo significativo do divórcio entre a edilidade portuense e a população. Importantes decisões escapam ao debate e à decisão colectiva. A nomeação de dois vereadores do PS e de outros tantos do PPD para exercerem funções em regime de permanência (dois estão só a meio tempo) foi uma clara discriminação relativamente ao Povo Unido, que assentou exclusivamente em motivos políticos, como afirmou o próprio presidente da Câmara, e contribuiu decisivamente para que os serviços camarários tenham um domínio cada vez mais avassalador, com os inerentes prejuízos derivados da sua conhecida ineficácia, incompetência e corrupção.

Enquanto as acções de planeamento camarário se têm limitado «a coser, qual manta de retalhos, os orçamentos dos diversos serviços», cuja situação se encontra como antes do 25 de Abril, a Câmara tem-se alheado face aos Serviços Municipalizados, limitando a sua acção a uma posição de caixa do correio, através do envio dos relatórios, planos, orçamentos e propostas daqueles departamentos. É gritante e escandaloso o que se tem passado com os SMAS, onde se assiste a uma degradação notória no fornecimento de água, em quantidade e em qualidade, pondo em perigo a saúde pública.

Nos dois órgãos municipais, os eleitos da Aliança Povo Unido têm desenvolvido esforços para influenciar positivamente as decisões, através da defesa dos interesses e soluções populares, dos princípios fundamentais da Constituição, do Estado democrático e do apoio às conquistas de Abril.

Na AM, a Povo Unido abordou os mais variados problemas e foi, ao longo destes dois anos, a força política que maior volume de documentos submeteu a apreciação. Relativamente aos dois partidos da direita (PPD e CDS), a APU apresentou quase o triplo de propostas, moções ou tomadas de posição, ou seja 38 contra 14.

As conclusões do Encontro de Munícipes reclamam a mudança da actual política camarária. Como salienta o Manifesto ao Povo do Porto, aprovado na sessão de encerramento, «já é tempo dos órgãos autárquicos municipais alterarem o seu estilo de trabalho e contribuirem para criar com a população (ouvindo-a, dialogando, debatendo, aprendendo e resolvendo com ela) um amplo e entusiástico movimento de participação popular na definição da política municipal e na resolução dos problemas. Tal participação é possível, necessária e urgente. O próprio Encontro mostrou-o à evidência».



A piscina de Campanhã: um exemplo do que se não faz e devia fazer

Tornar a cidade mais limpa

A limpeza da cidade foi um dos problemas abordados pormenorizadamente durante os trabalhos, Trata-se de uma questão que preocpa não só os moradores como tem sido objecto de propostas concretas dos vereadores da Aliança Povo Unido, quer relativamente à dinamização de reuniões com comissões e associações de moradores, juntas de freguesia e população, quer visando a melhoria dos serviços, aquisição de material e o reforço dos seus efectivos.

De acordo com as respostas aos inquéritos feitos na preparação do Encontro, são numerosas as lixeiras, péssimo o estado de limpeza das ruas, que não são varridas e lavadas, e deficiente a recolha de lixos domésticos e industriais. Como exemplo, foram fornecidos os seguintes números: há 14 lixeiras com carácter permanente, dez cuja remoção é feita de um modo mais ou menos regular; nas zonas ribeirinhas, há 13 montureiras permanentes e 16 temporárias; em 20 zonas degradadas da cidade, aqueles números atingem as 15 e as três dezenas, respectivamente.

«Que é feito da verba para a compra de contentores?». Esta uma das perguntas muitas vezes repetida durante a reunião por activistas e eleitos da APU, por membros de associações e comissões de moradores dos mais variados pontos da cidade. Registe-se a propósito que no inquérito feito pelo Povo Unido são reivindicados uma dezena de contentores para o Bairro das Campinas, seis para o do Barredo, quatro dezenas para a Sé, 16 para Miragaia, e treze para o Bairro da Tapada. Frise-se que estes recipientes para o lixo não existem em nove dos 18 bairros, em alguns locais das zonas ribeirinhas, e não há nenhum deles em zonas degradadas, de acordo com as respostas ao questionário distribuído na preparação do Encontro.

Como disse um participante, «a Câmara só pensa em limpar as liberdades que Abril nos trouxe e não mexe uma palha para limpar a cidade». São evidentes os perigos resultantes para muitas crianças que, não tendo locais próprios para brincar, se entretêm nas lixeiras, durante os seus tempos livres, como sucede na Parceria Antunes, no Bairro de S. João de Deus e noutros locais. Por outro lado, como foi denunciado por um eleito para a JF de Campanhã, está a ser cometido naquela freguesia um duplo crime (contra a saúde pública e o direito à prática desportiva), devido a permanecer inacabada uma piscina, actualmente transformada em lixeira.

Registe-se que a situação seria ainda mais grave em algumas zonas, caso se não verificasse a intervenção das estruturas populares, como por exemplo nas zonas de Sé e de Miragaia.

As conclusões do Encontro de Munícipes defendem, neste capítulo, o estímulo à participação popular, das juntas de freguesia, das comissões e associações de moradores, reclamando da CMP a melhoria e reapetrechamento técnico e humano dos serviços e a sua reorganização, a adopção de sistemas de recolha de lixo industriais e o estudo de alternativas à Fertor que, a par da diminuição dos lixos que recolhe, tem aumentado de forma abusiva o preço por tonelada do que admite para tratamento, o cumprimento das medidas especiais previstas no Plano de Actividades relativas aos bairros camarários e zonas degradadas, através da admissão de funcionários especializados, especificamente para estas zonas.

Contribuir para a solução do problema da habitação

A falta de operacionalidade da Câmara, a política de cedências dos sucessivos governos ao imperialismo e aos especuladores, têm contribuído para o agravamento do problema da habitação no Porto. Conta-se por dezenas de milhares, o número de famílias que habitam em condições degradantes, em compartimentos exíguos, em casas sem quarto de banho, sem esgotos e sem água.

Como foi divulgado no Encontro, situações como as acima citadas encontram-se por toda a cidade, quantas vezes junto a bairros residenciais de luxo. «A freguesia de Massarelos não é apenas o cruzamento da rua Júlio Dinis com a do Campo Alegre e as transversais (Guerra Junqueiro, António Cardoso, etc.). É também a «beira-rio», a zona da Maternidade, a Parceria Antunes, Vilar e tantos outros núcleos de grande densidade populacional», como bem recordou um participante daquela freguesia.

Um membro da CM de S. Vítor, em poucas palavras, falou sobre as difíceis situações dos moradores pobres daquela freguesia, obrigados a viver em condições de autêntica promiscuidade e de falta de limpeza. Ali, apenas existe um balneário público. E que dizer do modo de vida dos habitantes do Bairro do Riobom onde persistem condições sub-humanas e as casas – com fissuras enormes – estão implantadas num morro com quase 50 metros de altura?

Os exemplos podiam multiplicar-se. À tribuna do Encontro subiram muitos representantes de estruturas populares dos bairros camarários, cujo número ascende a cerca de três dezenas e servem de habitação a mais de 50 mil pessoas. As críticas ao município sucedem-se: por não fazer obras, por deixar deteriorar seriamente o saneamento, por não reparar as canalizações, por não ter em conta os anseios de uma vida melhor e mais digna daqueles que, por força da especulação dos terrenos e grandes negociatas, foram atirados contra a sua vontade para verdadeiros «ghetos».

Em nome de muitas comissões de moradores, interessadas no processo SAAL, foram feitas críticas à edilidade portuense por, apesar da deliberação de 16 de Junho do ano passado, quase ter paralisado esta intervenção. Citando o artigo 65.º da Lei Fundamental da República, que consigna o direito à habitação, muitas vozes protestaram contra o corte do financiamento, decidido pelo Governo Nobre da Costa, reclamando a revogação do despacho 240/78, o apoio financeiro às operações SAAL e a reposição das taxas de juro de zero a três por cento.

Durante uma das sessões de Trabalho

Enquanto se arrasta penosamente o projecto de instalação dos Serviços Municipalizados de Habitação, a CMP não se tem mostrado capaz de aproveitar os recursos financeiros disponíveis para a construção social, coloca à disposição das populações um exíguo número de fogos, adopta soluções com implicações mais que duvidosas (como a recente compra de 170 fogos da urbanização Santa Luzia), permite o compadrio na atribuição de casas vagas e não atende com rapidez propostas das organizações populares.

Além de medidas concretas combatendo a especulação e a agiotagem neste domínio, o Encontro de Munícipes apontou importantes medidas para contribuir para a solução deste gravíssimo problema.

Visando a concretização do Plano de Actividades camarário, as conclusões defendem o prosseguimento das operações SAAL, dinamizando-as e corrigindo as suas anteriores deficiências, um maior apoio camarário às cooperativas de habitação, associações e comissões de moradores, através da cedência de terrenos e execução de arranjos urbanísticos e infra-estruturas; a promoção – nos termos da lei vigente – de contratos de desenvolvimento, interessando a iniciativa privada na habitação social. Defendem também que, com a efectiva participação das comissões de moradores dos bairros e da Comissão Central dos Bairros Camarários do Porto, sejam implementadas as acções que dêem satisfação às suas reivindicações, aprovadas no plenário que 27 de Maio de 76, designadamente: a realização de obras de reparação e conservação, a beneficiação das caves, convertendo-as em áreas úteis, e o apetrechamento dos bairros com equipamentos sociais.

A mesa que presidiu ao plenário final

«Um grande acontecimento na vida da cidade»

• Entrevista com Helena Medina

A realização deste Encontro e todo o intenso trabalho que o precedeu, bem patente no desenrolar das várias sessões, constitui sem dúvida um importante acontecimento na vida da cidade do Porto, declarou ao «Avante!» a camarada Helena Medina, membro suplente do Comité Central e da DORN do PCP, transmitindo as suas impressões acerca daquela iniciativa dos eleitos da Aliança Povo Unido, a cujos trabalhos assistiu como convidada.

Foi um Encontro largamente participado e largamente vivido. Com um conhecimento profundo dos problemas, com uma rica e viva experiência, com propostas concretas, dezenas e dezenas de eleitos e activistas da APU, membros de organizações populares, subiram à tribuna e mostraram a intensa luta do povo do Porto pela resolução dos seus problemas, os enormes entraves colocados à sua acção nomeadamente pela CMP, e a sua disposição e determinação de lutar por uma Câmara nova e democrática.

Prosseguindo, Helena Medina acentuou:

Como o PCP tem frequentemente afirmado, as enormes carências da cidade e a não resolução dos problemas, a existência de uma Câmara onde funciona uma maioria PS/PPD/CDS e onde a APU é marginalizada, duma Câmara dominada pela burocracia, pela ineficácia, que se demite perante os serviços, os quais mantêm, no fundamental, as mesmas características de antes do 25 de Abril – são aspectos indissociáveis e foram largamente referidos e exemplificados durante o Encontro.

Salientando a riqueza das comunicações escutadas, no último fim-de-semana, nas instalações da Faculdade de Economia, a nossa interlocutora afirmou:

O povo do Porto e as suas organizações, nomeadamente as comissões e associações de moradores, contrariando – com dados e números – toda a propaganda dos que pretendem denegrir e calar as aspirações populares, apareceram no Encontro com toda a sua força. Membros destas estruturas populares expuseram com detalhe a sua acção. E, mesmo quem de muito perto tem contactado com esta realidade, não pode com certeza deixar de se impressionar com o intenso trabalho e as incontáveis realizações feitas sem qualquer tipo de apoio.

Mas o Encontro impressionou também por outros aspectos. Mostrou a força e o trabalho altamente responsável e capaz das organizações populares e da Aliança Povo Unido, mostrou que, durante estes dois últimos anos, foram de facto os comunistas, os membros do MDP/CDE e os democratas que a eles se uniram no quadro da APU, os mais firmes defensores dos interesses populares no seio dos órgãos autárquicos municipais.

Helena Medina falando ao repórter do «Avante!»

Além disso, como assinalou a camarada Helena Medina, **a reunião mostrou ainda como em muitas ocasiões e em vários órgãos, nomeadamente nas freguesias, eleitos por várias forças políticas se unem para encontrarem soluções para os problemas locais, reafirmando assim a justeza da orientação seguida pelos eleitos da APU para apoiarem todas as propostas justas, venham elas de onde vierem e de combaterem todas as propostas contrárias aos interesses populares, venham também de onde vierem. O Encontro mostrou ainda a vontade de defenser a democracia e o repúdio pela actuação fascizante da Câmara, visando limitar as liberdades; mostrou a solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária e as preocupações com a actual situação política.**

Acerca das conclusões e de outros documentos aprovados no Encontro de Munícipes, a nossa entrevistada – após realçar a sua importância e riqueza, «fruto de um sério e intenso esforço», salientou:

Da análise feita, resultou um vasto conjunto de propostas abrangendo os sectores mais importantes da actividade municipal (planeamento, reorganização de serviços e funcionamento dos Serviços Municipalizados, habitação, abastecimento e preços, higiene e saúde, transportes, arruamentos, cultura, desporto, tempos livres, apoio à infância e à terceira idade), a exigência de um novo funcionamento e actuação da CMP e a alteração das relações com os serviços, os outros órgãos autárquicos e os organismos populares.

A terminar as suas declarações ao «Avante!», Helena Medina sublinhou que **os comunistas e, estou certa, todos os que estão interessados na resolução dos problemas, terão presentes na sua actividade, fora e dentro dos órgãos autárquicos, as conclusões de tão importante realização e lutarão arduamente para que o Porto progrida e tenha à sua frente órgãos autárquicos verdadeiramente democráticos, dinâmicos, sem compadrios nem subornos, ligados ao interesse do povo e que se unam, num esforço comum, à enorme combatividade, à capacidade e criatividade populares.**